



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LEONINA AMANDA FEITOZA

**REGIMES DE INFORMAÇÃO DOS SISTEMAS DE
ARQUIVOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E
ESTADUAIS DO BRASIL**

Londrina
2012

LEONINA AMANDA FEITOZA

**REGIMES DE INFORMAÇÃO DOS SISTEMAS DE
ARQUIVOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E
ESTADUAIS DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, Mestrado Profissional da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Terezinha Elisabeth da Silva

Londrina
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F311rFeitoza, Leonina Amanda.

Regimes de informação dos sistemas de arquivo das universidades federais e estaduais do Brasil /Leonina Amanda Feitoza. – Londrina, 2012. xiii, 142f.; 30cm.

Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual de Londrina- UEL, Mestrado Profissional em Gestão da Informação, 2012.
Orientadora: Teresinha Elisabeth da Silva.

Referências: f.131-138.

1. Política de Informação-Tese.2.Regime de Informação- Tese.3. Sistema de Arquivos- Tese.4. Instituições de Ensino Superior- Tese. I. Silva, Teresinha Elisabeth da. II. Universidade Estadual de Londrina.Centro de Educação, Comunicação eArtes. Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação – Mestrado Profissional.III. Título.

CDU: 025.171

LEONINA AMANDA FEITOZA

**REGIMES DE INFORMAÇÃO DOS SISTEMAS DE ARQUIVOS DAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS E ESTADUAIS DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, Mestrado Profissional da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr.^a Terezinha Elisabeth da Silva
UEL – Londrina - PR

Prof^a. Dr.^a Sueli Bortolin
UEL – Londrina - PR

Prof^a. Dr.^a Zueleide Casagrande de Paula
UEL – Londrina - PR

Londrina, 1 de novembro de 2012.

“Com todo meu amor e gratidão dedico este trabalho a Deus. Foi por Ele e para Ele esta caminhada”.

AGRADECIMENTOS

À Deus, todo louvor, toda a glória e toda a honra!

À minha orientadora Telis, pelo norte, sul, leste e oeste, imprescindíveis no desenvolvimento deste trabalho.

À minha filha Clara, por existir.

À amiga Marlene, por escutar atenciosamente os meus desbafos e pelos conselhos sábios.

À todos os colegas do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina pelo apoio durante o mestrado.

À Coordenação do Programa de Mestrado Profissional pela oportunidade oferecida.

Aos meus colegas de mestrado (turma 2010) pelos bate-papos, risadas e compartilhamento de informações e pelo afeto firmado desde os primeiros encontros.

À Banca de Qualificação (Zuleide e Sueli) pelo carinho dispensado com considerações e sugestões. E à Wilmara (Diretora do Sistema de Arquivos da UEL) na participação como pré-teste do formulário de pesquisa. Suas contribuições foram significativas.

À Rosane e à Tê Batista pelo carinho fornecido com o auxílio das revisões da dissertação.

À minha mãe Zilda, por transmitir a certeza dos propósitos de Deus na minha vida.

Ao meu pai Inaldo, pelos conselhos pessoais e profissionais.

À minha irmã Dani, pelo amor materno.

À minha prima Regina e à minha tia Néia pela prontidão na ajuda com a Clara.

À todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho. Deus os abençoe sempre.

“Mestrado Profissional em Gestão da Informação: veículo que a 1000 Km/hnos conduz por uma extensa ponte de conhecimentos”.

Leonina Amanda Feitoza

FEITOZA, Leonina Amanda. **Regimes de Informação dos Sistemas de Arquivo das universidades federais e estaduais do Brasil**. 2012. 142f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação)-Departamento de Ciência da Informação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

RESUMO

A escassez de literatura e de políticas que versam sobre as práticas arquivísticas, bem como os múltiplos empregos do termo “Sistema de Arquivos” levantam questionamentos entre os pesquisadores, acadêmicos e cientistas da área arquivística acerca da competência e finalidade dos Sistemas de Arquivos no Brasil. Com o intuito de trazer novas reflexões e contribuições à arquivística e especificamente aos Sistemas de Arquivos de Instituições de Ensino Superior, esta dissertação objetivou analisar os Regimes de Informação dos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil com foco em suas conformações. Para tanto, realizou-se a identificação na literatura dos elementos que constituem um Regime de Informação. Detectou-se nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil os elementos que integram seus Regimes de Informação. Dessa forma, compreendeu-se a relevância de cada elemento que constitui os Regimes de Informação dos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil na perspectiva dos chefes e/ou diretores. Reuniu-se uma gama de literatura conceitual acerca de Regime de Informação, Política de Informação e Sistema de Arquivos a fim de que compusessem o aporte teórico do trabalho e que promovessem a análise dos resultados obtidos na aplicação do formulário de pesquisa. Dentre os resultados obtidos evidencia-se que de modo geral a conformação dos Regimes de Informação dos Sistemas de Arquivos pesquisados envolve Recursos, Canais, Atores e Mensagens, mas na expectativa dos respondentes esta conformação deveria acontecer de forma a se valorizar uma determinada categoria de elemento em detrimento de outra.

Palavras-chave: Política de Informação. Regime de Informação. Sistema de Arquivos. Instituições de Ensino Superior.

FEITOZA, Leonina Amanda. **Information Regimes of Archives Systems of federal and state universities in Brazil**. 2012. 142f. Dissertation (Professional Masters in Information Management, Department of Information Science) - University of Londrina, Londrina, 2012.

ABSTRACT

The shortage of literature and policies that deal with archival practices and the multiple uses of the term "Archives System" raise questions among researchers, academics and scientists in the field about the competence and archival purpose of Archives Systems in Brazil. Aiming to bring new ideas and contributions to the archival and archives systems specifically to Institutions of Higher Education, this thesis aimed to analyze the Information Regimes to Archives Systems of public higher education institutions in Brazil focusing on their conformations. Therefore, the identification took place in the literature of what constitutes an Information Regime. Spotted on the archives systems of public higher education institutions in Brazil the elements that go into its information regimes. Thus, it was understood the importance of each element that constitutes the Information Regime to Archives Systems of Higher Education Institutions in Brazil's public perspective of heads and/or directors. He met a range of literature about conceptual Information Regime, Information Policy and Archive Systems so that compose the theoretical work and promote the analysis of the results obtained by applying the search form. Among the results it is evident that the overall conformation of Information Regimes the Archives Systems involves surveyed Resources, Channels, Actors and Messages, but in expectation of respondents this conformation should happen in order to appreciate a certain element category over another.

Key words: Information Policy. Information Regime. Archives System. Institutions of Higher Education

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Existência dos elementos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil.....	89
Gráfico 2 – Inexistência dos elementos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil	90
Gráfico 3 – Grau 5 de relevância dos elementos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil	107
Gráfico 4 – Grau 4 de relevância dos elementos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil	108
Gráfico 5 – Grau 3 de relevância dos elementos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil	109
Gráfico 6 – Grau 2 de relevância dos elementos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil	110
Gráfico 7 – Grau Zero de relevância dos elementos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Ocorrência dos elementos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil.....	91
Tabela 2	– Ocorrência de existência e não existência dos exemplos de Atores nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil	93
Tabela 3	– Ocorrências de existência e não existênciadados exemplos de Recursos nos Sistemas de Arquivos das Instituiçõesde Ensino Superior públicas do Brasil	99
Tabela 4	– Ocorrências de existência e não existência dos exemplosde Canais nos Sistemas de Arquivos das Instituições de EnsinoSuperior públicas do Brasil	101
Tabela 5	– Ocorrências de existência e não existência dos exemplosde Mensagens nos Sistemas de Arquivos das Instituições deEnsino Superior públicas do Brasil	104
Tabela 6	–Relevância dos elementos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições públicas brasileiras deEnsino Superior.....	111
Tabela 7	– Relevância dos exemplos de Atores nos Sistemas deArquivos das Instituições públicas brasileiras de Ensino Superior	113
Tabela 8	– Relevância dos exemplos de Recursos nos Sistemas deArquivos das Instituições públicas brasileiras de Ensino Superior	117
Tabela 9	– Relevância dos exemplos de Canais nos Sistemas de Arquivosdas Instituições públicas brasileiras de Ensino Superior	120
Tabela 10	– Relevância dos exemplos de Mensagens nos Sistemas de Arquivosdas Instituições públicas brasileiras de Ensino Superior	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UEL	Universidade Estadual de Londrina
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos
IES	Instituição de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
ENARQUIFES	Encontro Nacional de Arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior
C & T	Ciência e Tecnologia
PBDCT	Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PADCT	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
ICSU	Conselho Internacional de Associações Científicas
UNISIST	Sistema Mundial de Informação Científica e Tecnológica
NATIS	Sistema Nacional de Informações
FID	Federação Internacional de Documentação
FIAB	Federação Internacional de Associações de Bibliotecários
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
R.I.	Regime de Informação
SEPLAN/NJ	Secretaria de Planejamento do Ministério da Justiça
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
AAB	Associação Brasileira de Arquivistas
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
SAESP	Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo
SIARQ	Sistema de Arquivos da Unicamp
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UFG	Universidade Federal de Goiás
UNOCHAPECÓ	Universidade Comunitária da Região de Chapecó

SAUEL	Sistema de Arquivos da UEL
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
USP	Universidade de São Paulo
UFMS	Universidade Federal de Santa Maria
UFAL	Universidade de Alagoas
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFOP	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNIRIO	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFGD	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UDESC	Fundação Universidade de Santa Catarina
UPE	Universidade de Pernambuco
CONSUNI/CEPE	Conselho Universitário / Conselho de Educação, Pesquisa e Extensão
UNIANA	Universidade Estadual de Anápolis
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
FESP	Fundação de Ensino Superior de Pernambuco
SECTEC	Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco
UR	Universidade do Recife
FEFIEG	Federação das Escolas Federais isoladas do Estado da Guanabara
FEFIERJ	Federação das Escolas Federais isoladas do Estado do Rio de Janeiro
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TAR	Teoria Ator-Rede

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.1 Política de Informação.....	25
2.2 Regime de Informação	33
2.2.1 Elementos de regime de informação.....	41
2.3 Sistema de Informação.....	43
2.4 Sistema de Arquivos	52
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	62
3.1 Ambientes da Pesquisa.....	67
3.1.1 Caracterização das IES pesquisadas.....	70
3.1.1.1 Universidade Federal do Acre- UFAC	70
3.1.1.2 Universidade Federal de Alagoas - UFAL	70
3.1.1.3 Universidade Estadual de Goiás - UEG	71
3.1.1.4 Universidade Federal de Goiás - UFG	71
3.1.1.5 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS e Universidade Federal da Grande Dourados -UFGD.....	71
3.1.1.6 Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF	72
3.1.1.7 Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP.....	72
3.1.1.8 Universidade Federal de Uberlândia - UFU.....	72
3.1.1.9 Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA.....	73
3.1.1.10 Universidade Federal do Pará - UFPA	73
3.1.1.11 Universidade Federal da Paraíba - UFPB	73
3.1.1.12 Universidade Estadual de Londrina - UEL.....	74
3.1.1.13 Universidade de Pernambuco - UPE.....	74
3.1.1.14 Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	75
3.1.1.15 Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.....	75
3.1.1.16 Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	75
3.1.1.17 Universidade Federal Fluminense - UFF	76
3.1.1.18 Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.....	76
3.1.1.19 Universidade Federal do Rio Grande do Sul.- UFRGS	77

3.1.1.20 Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.....	77
3.1.1.21 Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS	77
3.1.1.22 Universidade de São Paulo - USP	78
3.1.1.23 Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.....	78
3.1.1.24 Universidade de Campinas - UNICAMP	78
3.1.1.25 Universidade Federal do ABC - UFABC.....	79
3.2 Instrumento de Coleta de Dados.....	79
3.3 Intercorrências da Pesquisa	81
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	83
4.1 Elementos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições Públicas Brasileiras de Ensino Superior.....	83
4.1.1 Ocorrência dos elementos de regime de informação nos sistemas de arquivos das instituições de ensino superior públicas do Brasil	87
4.1.2 Relevância dos exemplos de elementos de regime de informação nos sistemas de arquivos das instituições de ensino superior públicas do Brasil.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS.....	131
APÊNDICE A– Formulário de Pesquisa	139

1 INTRODUÇÃO

A formação acadêmica em Arquivologia e a experiência em Gestão de Arquivos e Documentos que somam aproximadamente oito anos proporcionaram à pesquisadora o contato com situações e cenários arquivísticos os mais diversos como, por exemplo, prestação de serviços em organizações públicas, privadas, pequeno, médio e grande porte. Organizações com visão arquivisticamente adequada de seus acervos documentais e organizações com visões inadequadas.

Estas circunstâncias em muitos momentos da vida profissional da proponente desta pesquisa trouxeram preocupações e anseios que levaram a almejar outros caminhos que pudessem propiciar contribuições à Ciência da Informação e à Arquivística.

Um destes caminhos foi a carreira acadêmica iniciada em 2007 na Universidade Estadual de Londrina (UEL) que possibilitou contato com uma generalidade de novas situações e cenários, práticos e reais. Inclui-se dentre eles a ministração da disciplina “Políticas de Informação” no curso de Arquivologia. Este desafio favoreceu aprimoramento de um conhecimento específico na área da Arquivologia trazendo em si questionamentos acerca da necessidade e aplicabilidade de políticas de informação no contexto de uma arquivística local e nacional.

No decorrer dos estudos empreendidos para compor a disciplina “Políticas de Informação no âmbito da Arquivologia”, temáticas referentes ao Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e ao Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) foram surgindo. Desta forma, pode-se notar a singularidade e a complexidade da problemática que envolvia e que ainda envolve Sistema de Arquivos e Sistema Nacional de Arquivos no Brasil. Singular porque são arroladas questões muito específicas de arquivo e complexo por envolver órgãos públicos e privados do país.

Sabia-se na época do desenvolvimento dessa disciplina que a elaboração e implementação de Políticas de Informação referentes a arquivos eram, e são até hoje, expectativas de praticamente todos os ramos de atividade nacionais, principalmente porque o Sistema Nacional de Arquivos se constituiu no Brasil com a intenção de implementar a Política Nacional de Arquivos públicos e privados. Só não se sabia muito bem, de onde deveria partir (como começar), dentro do Mestrado em Gestão da Informação, buscas de identificação de possíveis soluções ao cenário

nacional crítico, relacionado a Sistema de Arquivos. Uma luz surgiu com as leituras desenvolvidas na disciplina “Economia e Política da Informação” durante o mestrado, pois se evidenciava na literatura em estudo um início de utilização de Regime de Informação como possibilidade de análise de políticas de informação. Foi então que se iniciaram reflexões que levaram a proponente desta dissertação a também usar Regime de Informação para buscar soluções à problemática referente a sistemas de arquivos nacionais.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística de 2004 menciona quatro definições para arquivo, dentre as quais, a primeira vê o arquivo como um conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade pública ou privada, pessoa ou família, no decorrer de suas atividades, independente de seu suporte, e a segunda definição define arquivo enquanto Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2004). Mas atualmente os arquivos não são apenas utilizados como conjuntos de documentos que servem de suporte à história das civilizações e ao governo na área administrativa, mas também a todas as instituições tanto públicas como privadas no âmbito de suas atividades. Como já se sabe, eles auxiliam no sistema político-administrativo, financeiro e histórico das empresas.

Entretanto, vale ressaltar que ao utilizarmos o termo Arquivo nesta pesquisa referimo-nos à segunda acepção acima mencionada e, especificamente relacionada a Sistema de Arquivos das Instituições de Ensino Superior brasileiras.

No Brasil muitas Instituições de Ensino Superior (IES) possuem serviços, setores e/ou divisões de protocolo, órgãos responsáveis por fazer o registro de toda a documentação referente aos processos administrativos e acadêmicos e ainda o encaminhamento desses aos seus respectivos destinatários.

Muitas dessas IES também entendem que esses serviços, setores e/ou divisões significam no âmbito de suas administrações, os seus Sistemas de Arquivo, Arquivos Centrais e/ou Arquivos Gerais, atribuindo a esses, funções específicas de um órgão que deveria se responsabilizar apenas pela custódia dos arquivos intermediários/permanentes da rede de arquivos dessas IES e pela orientação dos procedimentos e políticas que toda a Rede de Arquivos deveria respeitar no quesito arquivos correntes.

Então, nesta pesquisa, a existência apenas dos serviços ou setores de protocolo no âmbito dessas IES não foi suficiente para caracterizá-los como Sistema de Arquivos ou Arquivo Central ou Arquivo Geral. O escopo desta pesquisa são aqueles órgãos que, no âmbito dessas IES, se apresentaram instituídos e praticantes das funções específicas de Sistemas de Arquivo, Arquivos Centrais e/ou Arquivos Gerais.

Entende-se, para fins de coerência textual, que esses termos são correlatos e dizem respeito à centralização de arquivos universitários e de seus respectivos gerenciamentos. Todavia, optou-se por utilizar ao longo da dissertação, o termo Sistema de Arquivos.

Uma variedade de produção científica em arquivística traz à tona teorias, princípios e procedimentos que servem de base para estudos e práticas na área. Porém, é mister que os arquivistas, assim como a Arquivologia, necessitam de bases mais sólidas, concretas e que visem a consolidação de seus conceitos e definições, para poder garantir a efetividade e qualidade de seus estudos e práticas. Inserem-se neste contexto os Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior.

O debate e as ações (políticas sistemáticas) em torno da preservação da memória do ensino superior no Brasil ainda são muito tímidos. Também se observa, em relação aos Sistemas de Arquivos, pouca literatura no campo da Arquivologia, o que evidencia um cenário precário, onde os profissionais da área não estão se mobilizando (BOTTINO, 2012).

Os Sistemas de Arquivos são alvo de comentários no meio acadêmico-profissional da Arquivologia, mas apesar de muito se falar a respeito, é possível notar a polissemia desse termo e até mesmo a carência de objetividade e responsabilidade para se chegar a um consenso do significado no âmbito da Arquivologia.

O termo Sistemas de Arquivos é comumente utilizado ora como órgãos de ascendência técnica, ora como estratégias. Ora como métodos que facilitam o arquivamento de documentos, ora como redes de arquivos, dentre outros.

A polissemia do termo, além de outros motivos (administrativo-legais), contribuiu no Brasil, por exemplo, para que os projetos para implantação do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) passassem por duas revisões até que fosse efetivamente implantado em 1994. O primeiro projeto surgiu no ano de 1962 e o

segundo em 1978. Porém, as especulações acerca das competências e abrangência do SINAR são nítidas e os questionamentos quanto à sua capacidade de atender as necessidades brasileiras com relação a arquivos ainda existem.

Atualmente, a principal função do SINAR é a implementação da Política Nacional de Arquivos, mas essa função tem sido contestada por um grupo de pesquisadores, acadêmicos e cientistas da área arquivística. Comenta Jardim (1995), que esse grupo entendeu SINAR como um incentivador dos órgãos que o compõem, no sentido deles próprios, por meio de um processo de interação sistematizada, implementarem essas políticas, já que a execução de políticas públicas não caracteriza um sistema nacional de arquivos.

No quesito universidade, foco desta dissertação, o Brasil possui atualmente cerca de 101 instituições de ensino superior públicas credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC). Dessas 101 instituições, 26 possuem Sistema de Arquivos ou Arquivo Central ou Arquivo Geral. Esses dados estão disponíveis nos sites dessas instituições.

Entretanto, a implantação de Sistemas de Arquivos em universidades data da década de 1920 quando foram criadas as primeiras universidades do Brasil e, juntamente com o início das práticas de ensino e relacionadas ao ensino, surgiram também os primeiros registros informacionais que culminaram nos primeiros documentos e, conseqüentemente, formaram os primeiros arquivos. Por volta de 1938 cria-se o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) do Brasil, que trouxe uma preocupação com questões relativas a arquivo, já que o DASP via o arquivo como elemento fundamental para administração pública (VENÂNCIO, 2012).

No âmbito das instituições de ensino superior as atividades, competências, características e objetivos dos Sistemas de Arquivos, envolvem em termos gerais principalmente: o estabelecimento e execução de gestão e de avaliação documental; a administração da produção arquivística desde a geração ou recepção dos documentos, até o seu destino final; a preservação, conservação, proteção, compartilhamento e disseminação das informações geradas pelas relações internas e externas; a coordenação e supervisão das atividades referente a protocolo, arquivos setoriais, arquivo permanente e microfilmagem de documentos; o acesso ao acervo e atendimento ao usuário para o empréstimo de documentos armazenados no arquivo corrente, arquivo intermediário, arquivo permanente; a preparação das pastas, etiquetas, envelopes, caixas, até o arquivamento;

recebimento de visitas técnicas de alunos e pesquisadores; o cumprimento da legislação e normas da área arquivística; a preservação da memória da Instituição servindo como referência, informação, prova ou fonte de pesquisa científica (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2011; MARIA, 2004; SAUEL, 2011; SÉRVIO, 2011).

Percebe-se então, a existência de similaridades entre os Sistemas de Arquivos dessas instituições, no que tange aos objetivos, finalidades e competências, mas nota-se também que a “forma” ou o “como” suas atividades são planejadas e executadas, na prática, destoa na maioria desses sistemas, a começar pela carência de disseminação e compartilhamento dessas atividades e a falta de padronização e consenso em relação à terminologia empregada no âmbito desses sistemas.

Para tentar atenuar parte da problemática referente a sistema de arquivos os arquivistas de instituições federais de ensino superior do Brasil têm se reunido anualmente no Encontro Nacional de Arquivistas das IFES (Enarquifes), que no ano de 2011 congregou sua segunda edição. Discussões são provocadas com o intuito de promover o crescimento não só interno dos Sistemas de Arquivos das instituições federais de ensino superior (IFES), mas também de contribuir para o avanço teórico e prático da área arquivística.

Algo semelhante ao propósito do ENARQUIFES ocorreu no I Simpósio de Arquivologia ocorrido na cidade de Belo Horizonte – Minas Gerais em setembro de 2011, cujo tema central trouxe questões referentes aos Sistemas de Arquivo das IES brasileiras (SIMPÓSIO DE ARQUIVOLOGIA, 2011).

Dentre todas as discussões promovidas por essa temática, ficou clara a necessidade de existirem na área de Arquivologia movimentos e iniciativas para a promoção das políticas de arquivo para esses sistemas, bem como da importância do surgimento e/ou institucionalização de Sistemas de Arquivo nas IES que ainda não os têm.

Ao mesmo tempo em que existe, por parte dessas IES, anseio por uma política de arquivos voltada às questões específicas de seus Sistemas de Arquivo, existe também uma preocupação em se saber se essa política tão esperada, será elaborada, acompanhada e fiscalizada principalmente pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) juntamente com o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), e se

será institucionalizada pelos sistemas de arquivos ou arquivos centrais ou arquivos gerais dessas IES.

Essa preocupação advém de uma certeza que é comum às universidades públicas: a cada nova gestão/administração ou a cada novo(a) reitor(a), as estruturas são modificadas, cargos são extintos, servidores são remanejados e as políticas administrativas acabam sendo modificadas também. O medo surge em relação justamente a essas políticas administrativas que a cada mandato podem modificar as políticas de arquivos.

Talvez a esperança dessas IES com relação à elaboração, implementação e acompanhamento de certos procedimentos específicos dos seus Sistemas de Arquivos esteja em pensar não apenas em políticas de arquivos, mas em planos, programas e projetos que poderão dar conta de efetivar as ações nesses sistemas em curto, médio e longo prazos.

Para Marques e Pinheiro (2008), o plano possui um *roll* de atividades voltadas para a formulação de culturas em instituições públicas ou privadas, prevê um tempo curto para execução dessas atividades e está ligado diretamente a questões operacionais.

Nogueira (2011, p. 1) explica que “o plano delineia as decisões de caráter geral, as suas grandes linhas políticas, estratégias, diretrizes e prevê responsabilidades”. Ele envolve a sistematização de objetivos e metas de forma concisa de maneira a otimizar a utilização dos recursos (NOGUEIRA, 2011).

Dessa forma, o plano se torna denso a partir dos seus objetivos específicos que serão os objetivos gerais do programa, o qual pode se materializar também como um documento, detalhando por setor/seção/departamento a política, as diretrizes, as metas e as medidas instrumentais do programa (NOGUEIRA, 2011).

Moore (1988), citado por Marques e Pinheiro (2008, p. 167), afirma que “uma política é estabelecida por um governo em exercício [...], possui temporalidade de longo prazo, explicitação e legitimação legislativa”.

Para Nogueira (2011, p. 2), citando Batista (1981), “o projeto é o documento que sistematiza e estabelece o traçado prévio da operação de uma unidade de ação. É, portanto, a unidade elementar do processo sistemático da racionalização de decisões”.

Na visão de Paula (2003, p. 108), o plano “remete a um sujeito coletivo, o Estado, o programa remete a um sujeito individual ou coletivo, indivíduo, partido,

organização e o projeto a um sujeito universal e a uma intenção genérica de realizar coisas no futuro”. Já a política também remete à coletividade, desde que as tomadas de decisões advindas destas visem interesses da coletividade.

Estudos relativamente recentes em Ciência da Informação e que têm suscitado a análise de políticas de informação referem-se aos conceitos de Regime de Informação. Bernd Frohmann, em 1995, foi um dos precursores desses estudos juntamente com Sandra Braman (1989) e, no Brasil, Maria Nélida González de Gómez, em 2002. Os teóricos de Regime de Informação comentam a sua utilidade como forma de análise informacional que possibilita a identificação não só dos elementos que constituem um regime de informação específico, como também que subsidiam questionamentos relacionados às políticas de informação que ora se apresentam segmentadas e institucionalizadas, o que contribui para o fortalecimento e consolidação de regimes de informação específicos e, no caso supracitado, dos regimes de informação dos Sistemas de Arquivos de IES públicas do Brasil (BRAMAN, 2004; FROHMANN, 1995; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002).

Para a literatura especializada Regime de Informação

São os modos de produção informacional dominante em uma formação social ou institucional, em que são definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 34).

Wilke e Jardim (2006) abordam Regime de Informação como um horizonte informacional (formal e informal) repleto de diferentes atores que se relacionam promovendo mediações comunicacionais e informacionais.

Para Lima e colaboradores (2009), o Regime de Informação é a esfera onde ocorrem as relações de informação, sendo as regras de produção, utilização e organização da informação em um determinado ambiente informacional, representando a dinâmica das relações.

O que se pode perceber é que os Regimes de Informação se constituem em ambientes onde as informações são produzidas, recebidas, utilizadas, organizadas, armazenadas e compartilhadas, ou seja, são todas as ações de informação intencionais e não intencionais. Essas ações são movimentadas por indivíduos que

agem conforme necessidades (que mudam o tempo todo) de busca e uso das informações e que para tanto, são otimizadas por canais e recursos de informação, bem como pela troca de mensagens que esses indivíduos estabelecem entre si.

Nesse contexto, identificam-se Regimes de Informação no cenário dos problemas referentes aos Sistemas de Arquivos de IES públicas, que, mesmo possuindo entre si semelhanças quanto à estrutura e atividades, caracterizam-se como Regimes de Informação específicos, já que o planejamento e a execução de suas atividades, dentre outros quesitos, são distintos.

O conceito de “Regime de Informação” oferece, de acordo com Albagli e Maciel (2007), algumas reflexões para os estudos da informação porque ele não implica em determinações acerca de qual seja o contexto preferencial para o entendimento das questões da informação.

Para González de Gómez (2002), com a evolução da Ciência da Informação, o conceito de informação prioriza as ações de informação direcionadas à formação, organização e manutenção dos estoques de informação (registro). Portanto, entende-se nesta pesquisa que a informação relacionada a Regime (Regime de Informação) é aquela relativa a estoques de informação registrados, ou seja, aquela onde as informações dos mais variados tipos, gêneros e espécies são registradas em suportes físicos ou virtuais e que possuem um caráter orgânico entre si. São aquelas que após registro irão auxiliar no cumprimento da missão da organização e que para tanto, estarão armazenadas em locais específicos e comporão um conjunto de documentos orgânicos, denominados arquivos.

Iluminada pela teoria do Regime de Informação, esta dissertação apresenta como objetivo geral: Analisar os regimes de informação dos Sistemas de Arquivos de Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil com foco em suas conformações. Para a consecução deste objetivo, foram delineados os seguintes objetivos específicos: a) Identificar na literatura os elementos que constituem um regime de informação; b) Detectar nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil, os elementos que integram seus regimes de informação e cotejar com os elementos identificados na literatura; c) Compreender a relevância de cada elemento que constitui os regimes de informação dos Sistemas de Arquivos, na perspectiva dos pesquisados.

Para tanto, foi necessário reunir, para esta pesquisa, uma quantidade significativa de literatura acerca de Regime de Informação e de Sistema de Arquivos,

não importando o ano das publicações, já que a escassez da produção científica dessas temáticas poderia se constituir em fator complicador para o desenvolvimento da pesquisa.

São trazidas à tona questões teóricas acerca de sistemas, teoria geral dos sistemas, sistemas biológicos, enfoque sistêmico, sistemas de arquivos, sistema nacional de arquivos, plano, projeto, programa e política, políticas de informação, políticas de arquivos, regime de informação, no intuito de promover reflexões dentro da Ciência da Informação, mais especificamente dentro da Arquivologia que possam auxiliar no aperfeiçoamento de seu *corpus* teórico e prático e no estabelecimento de novos caminhos e possibilidades de pesquisa.

Os procedimentos metodológicos pautaram-se nos objetivos específicos de maneira a melhor compreender e analisar os resultados referentes ao objeto geral proposto. Neste sentido, acredita-se ter sido necessário partir do estudo de um Regime de Informação específico referentes aos Sistemas de Arquivos de universidades estaduais e federais brasileiras, suas estruturas administrativas e técnicas, identificando os elementos que os constituem. Foi possível chegar a comparações com a literatura de Regime de Informação, de modo a traçar novos rumos de discussão dentro da arquivística e dos Sistemas de Arquivos. Com isto evidenciou-se aquisições significativas para a Ciência da Informação.

Espera-se, portanto, ter trazido contribuições efetivas às universidades estaduais e federais brasileiras, mais especificamente aos seus Sistemas de Arquivos e também à consolidação da Linha de Pesquisa “Compartilhamento da Informação e do Conhecimento”, do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação – Mestrado Profissional – do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina. A identificação e análise dos elementos dos Regimes de Informação dentro de estruturas institucionais específicas, pode talvez clarear suas características e possibilitar a realização de uma reflexão sobre as funções e papéis dos Regimes de Informação, dentro dessas estruturas.

Este trabalho está dividido em oito capítulos. O primeiro Capítulo, de caráter teórico, intitulado “Política de Informação”, refere-se à Política, Política de Informação Científica e Tecnológica, Política de Informação Organizacional e Política de Informação Governamental em âmbito nacional e internacional e suas relações com Regime de Informação, ou seja, de que forma, segundo a literatura conceitual

de Política de Informação, os Regimes de Informação têm sido utilizados para analisar Políticas de Informação.

“Regime de Informação” é o título do segundo Capítulo, também teórico, que aborda literatura sobre Regime, Teoria do Regime e Regime de Informação por meio de discussões alavancadas pelo entendimento de Modo de Produção, Modo de Informação, Relações de Poder e Teoria Ator-Rede. Aparecem também, neste Capítulo, autores que estudam as conformações de Regime de Informação e ainda sucinta abordagem dos elementos que o constituem, na opinião de Bernd Frohmann, Sandra Braman, Maria Nélide González de Gómez e Roberto Unger, por exemplo.

O terceiro Capítulo “Sistemas de Informação” fornece um panorama geral teórico dos primórdios, no Brasil, de reflexões referentes a Sistema Nacional de Informações que posteriormente influenciaram o conceito de Sistema Nacional de Arquivos. Arrolam-se também nesse Capítulo, conceitos relacionados a Sistemas e Teoria Geral dos Sistemas.

O quarto Capítulo, nomeado de “Sistemas de Arquivos” apresenta aspectos teóricos sobre o termo “Arquivo” e seu significado no contexto desta dissertação, o entendimento de Sistema e Rede, e Sistema de Arquivos e Rede de Arquivos, de acordo com autores especializados em Arquivística.

O Capítulo denominado “Procedimentos Metodológicos” engloba desde a forma como foram identificadas as Instituições de Ensino Superior (IES) que fazem parte da pesquisa até como foi realizada a elaboração e aplicação do formulário de pesquisa, passando pela caracterização das IES pesquisas (ambientes da pesquisa) e pelas intercorrências da pesquisa.

O sexto Capítulo se refere à “Descrição e Análise dos Resultados” e traz a apresentação dos dados obtidos com a aplicação do formulário de pesquisa na forma de gráficos, figuras e tabelas. Este Capítulo evidencia, na forma de considerações parciais, a análise desses dados com auxílio da literatura acerca de Regime de Informação e de Sistemas de Arquivos.

As “Considerações Finais” formam o sétimo Capítulo que fecha a dissertação apresentando ponderações advindas do cotejo entre a literatura sobre Regime de Informação e Sistemas de Arquivos com os resultados obtidos com a aplicação do formulário de pesquisa. Quando se aborda a conformação de Regime de Informação, este Capítulo evidencia gargalos em Regimes de Informação

específicos que, neste caso, se referem aos Regimes de Informação dos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil.

Finalmente, é apresentada a lista de Referências utilizadas no desenvolvimento da pesquisa e que se relacionam aos temas Regime de Informação, Teoria Ator-Rede, Sistemas de Arquivos e Políticas de Informação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este Capítulo, seccionado pelos temas Política de Informação, Regime de Informação e Elementos de Regimes de Informação, Sistemas de Informação, Sistema de Arquivos, apresenta toda a literatura levantada no decorrer da pesquisa como forma de cumprir ao primeiro objetivo específico da dissertação: Identificar na literatura os elementos que constituem um Regime de Informação, tendo em vista a posterior análise dos Regimes de Informação dos Sistemas de Arquivos de Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil com foco em suas conformações.

2.1 Política de Informação

A política, a partir do século XIII, quando começam a circular no mundo os pensamentos de Aristóteles, Sócrates e Platão, entre outros filósofos, refletia sobre os atos humanos cometidos em sociedade, na vida pública. Significava um elemento necessário à tomada de decisões que visavam interesses que iriam refletir na coletividade. Porém, na Grécia Antiga, o termo política era a própria convivência entre os indivíduos, o envolvimento com os negócios relativos à administração da cidade, da *polis*, já o político era o cidadão que opinando e reunindo-se livremente junto a seus pares, discutia e deliberava acerca das leis e das estruturas da sociedade (FRISCHEISEN, 2000).

Essa definição de política está estritamente relacionada com o sentido de cidadania e democracia, sendo cidadania um *status* concedido àqueles que integravam uma comunidade. Neste sentido, a ideia de cidadania implicava num conceito de igualdade, uma vez que todos os que possuíssem esse *status* seriam iguais em relação aos direitos e obrigações. Além disso, remetia também à democracia como o acesso de todos os indivíduos à administração da sociedade. Por sua vez, a cidadania consistia em todos tomarem parte do processo decisório sobre aquilo que teria consequência na vida de toda coletividade (GALLO, 1997).

As questões políticas referentes à *polis* vão além do ambiente doméstico, são situações que começavam na praça pública, onde se exercia o diálogo entre cidadãos livres (cerca de 40% da sociedade da época, o que significava excluir os estrangeiros, escravos, mulheres e crianças) (GALLO, 1997).

Para Frischeisen (2000) existem três teorias relacionada com Política. A primeira delas se refere à “justiça”, a “boa-ordem”, a “vida virtuosa”; a segunda envolve o fenômeno do poder; e a outra explica Política a partir de uma visão marxista.

A primeira teoria vê na Política as obrigações humanas que são a base para alcançar a justiça social, onde as pessoas possuidoras e praticantes de uma vida de virtudes contribuem para o fortalecimento da ordem social. A segunda teoria compreende a Política sob o prisma das relações de domínio e autoridade de “homens sobre homens”. A terceira teoria contextualiza a Política como variadas práticas do indivíduo com seu Estado legislador nos muitos níveis de uma formação social (FRISCHEISEN, 2000).

Relacionadas com o Estado estão as políticas públicas que, por meio de diretrizes, princípios, metas coletivas conscientes, direcionam a atividade do Estado, objetivando o interesse público (FRISCHEISEN, 2000). Uma das grandes finalidades do Estado é a realização de políticas públicas, sendo elas o conjunto de ações coletivas voltadas à garantia dos direitos sociais, através de ações e procedimentos que visam resolver a alocação de bens e recursos públicos (FRISCHEISEN, 2000). Ou seja, Política Pública se relaciona com o direito à satisfação das necessidades básicas, como por exemplo, o cidadão possuir emprego, educação e saúde para ele e para sua família, moradia, meio ambiente e transportes adequados, entre outros.

Referindo-se à política relativa ao ambiente informacional, em 1987, Antonio Agenor Briquet de Lemos (*apud* SILVA; TOMAÉL, 2009, p. 2) indicava que a política é “um conjunto de preceitos e orientações, baseado em princípios suficientemente genéricos e consensuais, que levavam a determinadas ações dirigidas a determinados fins”.

Para Braman (2011, p. 42) “Política de Informação é definida pelo conjunto de leis e regulações pertinentes a qualquer criação, processamento, fluxos e usos da informação [...]”. Neste sentido, corroboram Silva e Tomaél (2009, p. 18) argumentando que:

O aspecto regulatório ainda tem papel muito importante no âmbito de estudo da política de informação, porque, em última instância é a regulação que seria capaz de promover maior equilíbrio das condições de produção, distribuição, acesso e uso dos recursos de informação e comunicação.

As autoras frisam ser importante na discussão no âmbito das políticas de informação, incluir a reflexão sobre as tecnologias de informação.

Rowlands (1996) sintetiza Política de Informação como um conjunto de leis públicas, regulamentos e políticas que fomentam ou regulam a criação, o uso, o estoque e a comunicação da informação. O autor coloca que o papel fundamental da política é o de prover estrutura legal e institucional para que a troca de informação tenha espaço, o que implica uma política atrelada às metas políticas e burocráticas.

Para Barreto (2003), a Política de Informação diz respeito à passagem de uma intenção formal de um discurso de governo para sua implementação como uma ação coordenada de governo.

Já González de Gómez e Chicanel (1999, p. 3, grifo do autor) colocam a Política de Informação como

Meta mais abrangente para a consolidação das formas coletivas da inteligência comunicacional, a fim de manter ativas as redes de informação (elementos interligados com objetivos comuns) com um duplo movimento: um deles *objetivo*, direcionado ao conhecimento e ao controle das estruturas e das condições de produção do conhecimento. E o outro, *subjetivo*, orientado para o monitoramento informacional dos contextos de ação, conforme processos de avaliação, reflexão e idealização dos sujeitos coletivos.

A Política de Informação, nesse sentido é definida “como o conjunto das ações e decisões orientadas a preservar e a reproduzir, ou a mudar e substituir um Regime de Informação e podem ser tanto políticas tácitas ou explícitas, micro ou macro-políticas” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; CHICANEL, 1999, p. 69). Neste contexto, Regimes de Informação são ambientes onde se produzem, utilizam, compartilham informações.

Silva e Tomaél (2009) afirmam serem necessários estudos mais densos no campo da Política de Informação a fim de se entender, mapear e discutir sobre da problemática que envolve Política de Informação atualmente.

A introdução do conceito de Regime de Informação por González de Gómez e Chicanel (1999) e demais autores como Frohmann (1995) e Braman (2004), mostra a possibilidade de ampliação e, ao mesmo tempo, de detalhamento do entendimento da Política de Informação, diferentemente dos termos “sistema de informação”, “contexto de informação”, “âmbito de informação”, “documento”, “centro de informação”, “arquivos” e “bibliotecas” que se mostram restritivos e vagos. É por

este motivo que muitos estudiosos recorrem à Teoria do Regime de Informação para analisar a Política de Informação (SILVA; TOMAÉL, 2009).

Cowhey (1990), citado por Braman (2011), foi o primeiro a usar esta teoria para analisar Políticas de Informação. Para Braman (2011), a Teoria do Regime tem sido usada em praticamente todo estudo sobre o domínio das políticas emergentes.

Para tanto, Ting e colaboradores (2005 *apud* BRAMAN, 2011, p. 46) afirmam que “o uso da teoria do regime na análise da política de informação, comunicação e cultura tem se disseminado nos últimos anos, a pesquisa sobre opções alternativas para governança do espectro é uma aplicação típica da análise de regime”. Magnani e Pinheiro (2011, p. 607, grifo nosso) corroboram o exposto ao afirmarem que o:

Conceito de regime de informação em suas aplicações permite a **análise transversal das relações entre atores, sistemas e redes de informação, políticas e normas estabelecidas e as práticas de informação adotadas**, sem se restringir a uma única entidade, a tipos determinados de artefatos, permitindo várias possibilidades de recorte de acordo com o contexto informacional.

Para Sandra Braman (2004) a junção semântica dos termos “regime” e “informação” é da ordem dos estudos de política internacional. O regime seria assim a condição ou o estado de um sistema político que em um equilíbrio dinâmico passa a ganhar forma de um domínio regulamentado ou ainda um *status* jurídico. Neste sentido, a Teoria do Regime oferece alguns traços significativos para abordar a Política de Informação. Para Frohmann (1995) as Políticas de Informação fazem parte da genealogia instauradora do regime.

Já na opinião de Branco (2006) há basicamente três principais linhas de abordagem de Política de Informação. A que trata da Política de Informação científica e tecnológica, a que se refere à Política de Informação organizacional e a que se dedica à Política de Informação governamental.

Um dos primeiros indícios de uma política de informação científica e tecnológica (C&T) datada 1967 a 1985 com a criação do I, II e III PBDCT (Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) que versavam sobre a consolidação da capacitação científica e a ampliação do grau de autonomia tecnológica (SCHWARZELMÜLLER; GESTEIRA; BULCÃO, 2012) e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT) formalizado para

efetivar ações programadas e apoiar os setores de C&T considerados prioritários.(SILVA; GARCIA, 2009).

O PBDCT e o PADCT representaram macro-políticas governamentais de desenvolvimento científico e tecnológico para o país devido à abrangência e por integrarem os planos e programas nacionais, mas também podem ser considerados micropolíticas, pois se voltam para ações específicas do sistema de C&T (GOMES, 1988).

Para González de Gómez (2011, p. 186)

[...] a questão das políticas de conhecimento, comunicação e informação ocupam um lugar no cerne da própria possibilidade da política – políticas públicas ou coletivas -, já que os modos de sua definição, alargando ou restringindo as redes de atores sociais que participam dessa elaboração, assim como condicionando as formas de participação, afetarão não só a orientação de fins e interesses das políticas, mas também o domínio de responsabilidade e eficácia de sua implantação.

A Política de Informação científica e tecnológica, desta forma, é a ação dirigida para sistematização, organização, distribuição e circulação da produção científica. Essa ação é, em geral, exercida por instâncias governamentais, inseridas no contexto das políticas de educação, cultura e desenvolvimento científico e tecnológico de cada país (SILVA; GARCIA, 2009).

A Política de Informação organizacional, por sua vez, é o conjunto de diretrizes que estabelece como a organização pretende administrar os recursos de informação de forma que contribuam para o alcance de seus objetivos e metas (DAVENPORT; PRUSAK, 1998).

Para Orna (2008), a Política de Informação organizacional é fundada em uma organização, delineando-se os objetivos gerais e as prioridades. Em nível geral apresenta os objetivos do uso de informação na organização, o que "informação" significa no contexto de um tipo de negócio, os princípios que irão gerenciar a informação. No nível prioritário, permite a alocação e utilização de recursos e de tecnologia, promove interação, comunicação e suporte mútuo entre todas as partes da organização e ainda a atribuição de valor a essa informação, ou seja, pode relatar tudo o que for feito com a informação para o alcance dos objetivos globais da organização (ORNA, 2008).

As organizações utilizam Políticas de Informação por acreditarem que estas serão bases para ações efetivas, para evitar riscos com perdas financeiras com exploração incompleta e descoordenada das informações, desperdício de tempo, falhas de inovação, e perda de reputação. E também por acreditarem que as Políticas de Informação propiciarão negociação e abertura entre os responsáveis por diferentes aspectos do uso da informação (uso produtivo de Tecnologia da Informação em suporte aos funcionários que trabalham com informação) e capacidade de adequação para conseguir vantagens das mudanças de ambientes(ORNA, 2008).

Na visão de Davenport e Prusak (1998, p. 52) a Política de Informação organizacional é “um componente crítico e envolve o poder proporcionado pela informação e as responsabilidades da direção em seu gerenciamento e uso”. Para o autor, existem quatro modelos de Política de Informação organizacional, sendo o primeiro o Modelo Federalista, atividade na qual “pessoas com diferentes interesses buscam definições coletivas de objetivos e meios para alcança-los” (DAVENPORT; PRUSAK, 1998, p. 92). Este modelo engloba “democracia representativa, governo central fraco, alto nível de autonomia local [...], os termos tem igual significância em toda a organização [...], e também define “cliente” da maneira que melhor lhe convier (DAVENPORT; PRUSAK, 1998, p. 92). Davenport e Prusak (1998) ressalta ainda, que esse tipo de modelo é ideal para empresas pouco sinérgicas e com muitos departamentos.

O segundo modelo, o Feudalista, conforme Davenport e Prusak(1998, p 96) refere-se a “gerentes das unidades que têm o controle de seus ambientes de informação como senhores feudais que vivem em castelos isolados”.

O modelo Feudalista, comenta Davenport e Prusak (1998, p. 97) é

Apropriado às unidades que possuem diferentes produtos; unidades que possuem diferentes clientes; unidades que possuem diferentes medidas de desempenho; unidades que possuem diferentes formatos de informação e algumas vezes esse modelo não se adapta às necessidades de uma organização podendo causar grandes danos, uma vez que ele resulta de uma concentração quase exclusiva nos objetivos informacionais das unidades, sem considerar as questões mais amplas dos negócios.

Já o Modelo Monárquico de acordo com Davenport e Prusak (1998, p. 99) ocorre quando um indivíduo (monarca), sendo ou não “gerente de alto nível,

especifica que tipos de dados são importantes, estabelece significados para elementos-chave e até mesmo procura controlar o modo como a informação é interpretada [...], beneficiando assim, empresas relativamente pequenas que operam em um só setor”. Apresenta problemas caso o monarca seja um funcionário de nível técnico, pois isso significará que ninguém acima dele na hierarquia administrativa se importa muito com a questão da informação fazendo com que este monarca não tenha poder para o gerenciamento da informação (DAVENPORT; PRUSAK, 1998).

Finalmente, Davenport e Prusak (1998) descreve o quarto e último modelo, o Anarquista, onde cada indivíduo atua só e onde dificilmente surgirá de forma consciente dentro de um organização, já que costuma aparecer a partir de tentativas fracassadas de centralização.

Nesse modelo, indivíduos e pequenos departamentos “gerenciam sozinhos seus bancos de dados, lapidam as informações de acordo com suas necessidades, há uma busca incansável por informação (definida pelos usuários) porque ela influencia diretamente o trabalho que fazem” (DAVENPORT; PRUSAK, 1998, p. 100).

Outra abordagem teórica relacionada com Política de Informação, de acordo com Branco (2006), é a Política de Informação governamental, que proporciona o escopo formal, legal e institucional no qual o intercâmbio de informação terá lugar. É uma política pública, aliás, todas as Políticas de Informação possuem, de certa forma, caráter público, já que são elaboradas muitas vezes sob a égide do Governo.

Para Jardim (2008), a literatura voltada aos estudos da informação não dispõe de um quadro conceitual profundo sobre políticas públicas de informação. A noção de “Política de Informação” designa diversas ações e processos do campo informacional como os arquivos, bibliotecas, Internet, tecnologia da informação, governo eletrônico, sociedade da informação, informação científica e tecnológica.

Na realidade, nota-se em alguns estudos da Ciência da Informação voltados para o campo das Políticas de Informação, sugestões de reflexão e discussão sobre a implantação de Políticas de Informação, ou seja, seria pensar nas Políticas *aposteriori* de suas implantações.

Para Jardim (2008), um conjunto de decisões governamentais no campo da informação não resulta necessariamente na constituição de uma política pública de informação, pois uma política de informação é mais que a soma de um determinado número de programas de trabalho. Para o autor a Política de Informação deve ser

pensada e elaborada definindo-se, em primeiro lugar, o universo geográfico, administrativo, econômico, temático, social e informacional a ser contemplado pela Política de Informação. Deve-se prever ainda os diversos atores do Estado e da sociedade envolvidos na elaboração, implantação, controle e avaliação dessas políticas.

Um conjunto de valores políticos, juntos, auxilia a formulação e execução de Políticas Públicas de Informação, que tanto podem estar inseridas explicitamente em outras políticas públicas, como podem estar implícitas nelas, já que o Estado democrático tem por princípio de não compactuar com políticas públicas de saúde, educação, habitação ou informação, por exemplo, que não sejam explícitas (JARDIM, 2008).

A literatura em Ciência da Informação, mais especificamente relacionada à Arquivística, sobre Política Pública de Informação, foca a produção documental dos governos. Essa abordagem tende a privilegiar aspectos como produção, organização e disseminação da informação científica e técnica.

Para Jardim, Silva e Nharreluga, (2009) as Políticas Públicas de Informação expressam várias divergências e convergências do campo da informação, tanto em relação ao Estado quanto à sociedade. São processos complexos que sinalizam construtos políticos característicos da contemporaneidade. Frisam ainda que “escolhas, confrontos e ações informacionais de grande impacto em vários níveis da vida social são a essência da formulação, implementação e avaliação de qualquer política pública de informação” (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 3-4).

E, neste sentido, Jardim (2008) afirma que Políticas Públicas de Informação são o conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que se referem à produção, uso e preservação de documentos de arquivo de natureza jurídica pública e privada.

Entretanto, do ponto de vista prático, assiste-se atualmente à adoção de diferentes modelos para a construção de Políticas de Informação, como no caso coreano, onde o Estado determina as diretrizes a serem seguidas, por vezes à revelia do mercado (FACKLER, 2006) e o caso norte-americano, em que os modelos de políticas são fortemente influenciados pelas corporações (ELKIN-KOREN, 2001).

Mingers (2003) propõe um modelo para construção de Políticas de Informação com base na ontologia (multiplicidade inserida no contexto social),

epistemologia (indissociabilidade entre usuário e informação) e hermenêutica (observação de comportamentos como norteadores das políticas). Esta proposta tem na ontologia o reconhecimento do problema de informação em seu contexto adequado, derivado da construção social das interações que exigem a troca de informações; na epistemologia vê o real papel do usuário, sua caracterização por meio da informação, indicando a interação com seus pares e; na hermenêutica observa a interação por meio da análise dos documentos que a caracterizam (MINGERS, 2003).

As Políticas de Informação, neste contexto, “serão o produto da interação entre os usuários e seus pares, contemplando as redes de informação e as forças (influências, conflitos) presentes no momento de sua formulação, e atentas às modificações aí representadas” (MARCIANO, 2006, p. 46). Essas políticas serão implementadas e acompanhadas por meio dos programas, ou seja, pelas unidades administrativas (MARCIANO, 2006).

2.2 Regime de Informação

A primeira abordagem do tema Regime de Informação surge com o conceito de modo de informação de Mark Poster (1990) advindo do entendimento de modo de produção. Para Poster e John Law (1992) e Michel Callon (1986), o conhecimento é um produto social, mais do que algo gerado a partir da operação de um método científico privilegiado, e tal conhecimento (generalizado) pode ser visto como um produto ou um efeito de uma rede de materiais heterogêneos.

Os primeiros registros dos argumentos de Poster sobre modo de informação datam de 1989 e 2000, em dois livros: *Critical Theory and Poststructuralism* e *The Second Media Age*, respectivamente (FIDALGO, 2001). “O modo de informação, para Poster, designa o modo como a comunicação eletronicamente mediada desafia e, ao mesmo tempo, reforça os sistemas de dominação emergentes na sociedade e cultura pós-moderna” (FIDALGO, 2001, p. 1).

Este conceito parte da teoria marxista do modo de produção e tanto o modo de produção como o modo de informação contemplam relações sociais transitórias, as questões teóricas fazem parte da realidade analisada (FIDALGO, 2001) e, “o objetivo da teoria é tanto revelar as estruturas de dominação como a de evidenciar todo e qualquer padrão de experiência linguística” (FIDALGO, 2001, p. 1).

Já as diferenças são quatro. Primeiro o que diferencia o modo de informação do modo de produção é o fato de que o modo de produção não vê no trabalho uma prioridade, enquanto que o modo de informação atribui ao trabalho um papel fundamental nas sociedades contemporâneas (FIDALGO, 2001). A segunda diferença se refere à preservação da teleologia no modo de informação, fato que não ocorre no modo de produção (FIDALGO, 2001). Outra diferença é que a teoria do modo de produção se refere à maneira como os objetos que satisfazem as necessidades humanas são produzidos e trocados, enquanto que o modo de informação incide sobre a maneira como os símbolos são usados no compartilhamento de sentidos e na construção de objetos (FIDALGO, 2001). A quarta diferença envolve a influência que os novos e diversos modos de informação têm trazido às sociedades contemporâneas a partir do advento das tecnologias de última geração, pois modificam significativamente as interações sociais (FIDALGO, 2001).

De acordo com Fidalgo (2001), o modo de informação recebe a contribuição de Poster (1990) através do pós-estruturalismo, e vê em Michel Foucault (1988) reflexões acerca do envolvimento de “poder” nas relações sociais.

Para Poster (1990), citado por Fidalgo (2001), os meios e as formas de comunicação nas relações sociais constituem-se em tipos de discurso determinantes de uma dominação (relações de poder) e neste caso, o modo de informação decreta uma reconfiguração desta comunicação, pois mostra como o indivíduo racional e autônomo se transforma em outro possuidor agora, de uma identidade instável.

O conceito de Regime de Informação sofreu influência do conceito de regime, um sistema de regras e normas menos rígidas que as de um sistema legalizado (BRAMAN, 1989). Um regime é “[...] uma ferramenta organizacional que foca na convergência de expectativas considerando princípios, normas, regras e procedimentos em áreas de interesse particulares” (BRAMAN, 1989, p. 234).

O entendimento de regime advém da Teoria do Regime que, segundo Braman (2004), desenvolvida por acadêmicos da área de relações internacionais, oferece um quadro teórico e conceitual para lidar com sistemas regulatórios que incluem campos formais e informais.

Um regime para a referida autora envolve governo (instituições formais, regras, normas, práticas e histórias de entidades geopolíticas); governança (instituições formais e informais, regras, acordos e práticas [ações e comportamentos] de atores estatais e não estatais com efeito constitutivo na

sociedade); governabilidade (contexto social e cultural no qual modelos de governança emergem e são sustentados) (BRAMAN, 2004).

Todos esses itens irão configurar um regime específico por meio de relações entre atores imbuídos de princípios abstratos, mas operacionalizados por múltiplas e diversas instituições, acordos e procedimentos (BRAMAN, 2004). A autora entende regime como um conjunto de princípios explícitos ou implícitos, normas, regras, procedimentos de tomada de decisão que facilitam a convergência de expectativas de atores numa área específica (BRAMAN, 2004).

Outro autor precursor dos estudos acerca de Regime de Informação é Bernd Frohmann que, no ano de 1995, durante a 23ª Conferência Anual da Associação Canadense de Ciência da Informação, introduziu o conceito de “Regime de Informação”. Para Frohmann (1995, p. 5), Regime de Informação é “[...] um sistema ou rede mais ou menos estável na qual a informação flui através de canais determináveis – de produtores específicos, via estruturas organizacionais específicas, a consumidores ou usuários específicos”.

Frohmann (1995) apoiou-se na Teoria Ator-Rede, para mapear a construção e circulação da informação como artefato em redes heterogêneas e também para traçar sobre essas redes, as relações de poder, uma vez que atendem ao objetivo de abranger a complexidade e a diversidade apresentada nos regimes de informação, considerando a existência de vários elementos (naturais, sociais e discursivos).

Ferreirinha e Raitz (2010) colocam que “poder” se refere à mobilização de forças, sejam elas econômicas, sociais ou políticas na obtenção algum resultado. E para Souza, Garcia e Carvalho (1998) a definição de poder abrangem poder social, poder político, poder constituinte, poder moderador, poder potencial, poder coordenador, entre outros.

Nesse sentido para Ferreira e Raitz (2010, p. 371) o Triângulo de Foucault (1988) (poder, direito e verdade) fornece uma análise para as relações de poder, onde a ‘disciplina’ é colocada como um instrumento facilitador das ações entre “opressor-oprimido, mandante-mandatário, persuasivo-persuadido, e tantas quantas forem as relações que exprimam comando e comandados”.

De acordo com Wilkinson (2004 citado por FREIRE, 2006, p. 54), a Teoria Ator-Rede (TAR) “alcançou o estatuto de uma teoria, quer pelas ambições do seu método (abolição do pensamento dualístico) quer pela sua reconceitualização

sistemática de práticas de pesquisa, que envolvem uma nomenclatura extensa e original”.

Segundo Freire (2006, p. 54), a TAR é “um método, um caminho para seguir a construção e fabricação dos fatos, que teria a vantagem de poder produzir efeitos que não são obtidos por nenhuma teoria social”. A autora afirma ainda, citando Latour (2002), que o ator é identificado na rede a partir das consequências que suas ações trarão para toda a rede e estas consequências serão também uma forma de se comprovar se aqueles que se autointitulam atores os são de fato. (FREIRE, 2006).

Freire (2006, p. 55) afirma que uma rede é “uma lógica de conexões, e não de superfícies, definidas por seus agenciamentos internos e não por seus limites externos”. Mas, para Moraes (2003) a rede não se resume aos vínculos entre atores e sim às ações e transformações das ações dos atores em rede.

Para González de Gómez (2002, p.42) o termo rede assim como o termo mediação, nos situam numa “concepção relacional da sociedade e cultura, e têm sido elaborados para designar a co-ocorrência de elementos plurais e heterogêneos, sendo eles discursivos, tecnológicos, sociais, materiais e simbólicos”. Na mediação das partes heterogêneas, em uma rede, pode-se perceber a informação como operador em movimento das relações (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002). E ainda, conforme Marteleto (2010), a rede pode ser percebida como fenômeno que se constitui nas práticas e representações sociais e nas relações que se estabelecem entre sujeitos coletivos.

Callon (1986 citado por FREIRE, 2006) comenta que uma rede de atores é ao mesmo tempo um ator que faz alianças com novos elementos e uma rede é capaz de redefinir e transformar seus componentes. Nesta concepção as consequências para os estudos em ciências, neste caso, em Ciência da Informação, devem ser observadas para que não se deixe escapar as contribuições de González de Gómez (2002, p. 34) que conceitua Regime de Informação como “um modo de produção informacional dominante [...], onde são definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos [...] de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais [...]”.

Para González de Gómez e Chicanel (2008, p. 4)

O regime de informação remete à distribuição do poder formativo e seletivo de ‘testemunhos’ sociais - entre atores e agências organizacionais, setores de atividades, áreas do conhecimento, regiões locais e redes internacionais e globais -, seja na medida em que definem, constroem e estabilizam as zonas e recursos de visibilidade social regulada, seja pela sonegação e/ou substituição de informações, seja por efeitos não totalmente intencionais que resultam daqueles atos seletivos de inclusão/exclusão de atores, conteúdos, ações e meios.

Complementando a afirmação de González de Gómez (2002), Wilke e Jardim (2006) argumentam que, se num primeiro momento, em um regime de informação é encontrada a produção informacional dominante de uma sociedade, num segundo momento, essa produção é de certa forma ampliada por meio da sinalização da existência de outras produções informacionais advindas de redes formais e informais não dominantes.

Desta forma, Albagli e Maciel (2009) comentam que dois aspectos são, portanto, centrais no conceito de regime de informação: o primeiro aspecto diz respeito à ênfase nas práticas informacionais (“ações de informação”) dos atores – estatais e não estatais - tanto quanto na dimensão institucional formal e o segundo refere-se ao reconhecimento do Regime de Informação como um campo de disputa e conflito, assim como de negociação e estabilização.

No âmbito das políticas internacionais, o regime de informação envolve a responsabilidade de instituições formais, regras e práticas de entidades geopolíticas (governo – atores estatais e não estatais) e que necessitam da formulação de programas de governança (BRAMAN, 2004). Além disso, consideram os contextos cultural e social a partir dos quais surgem e são sustentados os modos de governança, garantindo a possibilidade de governamentalidade (BRAMAN, 2004).

No sentido de fornecer mais visibilidade às questões expostas no parágrafo anterior, González de Gómez e Chicanel (2008, p. 4) refletem sobre a passagem das dinâmicas sócio culturais às outras configurações da informação (leis, programas):

Uma das mais importantes consequências desta formulação de Braman (2004) seria o destaque dado à função heurística do conceito, ao permitir reconhecer tendências comuns em fenômenos e processos que, até hoje, estiveram dispersos em arenas historicamente dissociadas e foram tratados com diferentes quadros analíticos. Esta abordagem, aliás, outorga visibilidade a novas instituições e instrumentos políticos, permitindo ir além das explanações baseadas na deterioração de antigos “sistemas”. Ao mesmo tempo, ao desenhar cenário comum, coloca em questão

expectativas acerca da reformulação e renegociação de políticas, outrora segmentadas entre atores, empreendimentos e tecnologias setorializados e organizadas conforme as jurisdições funcionais dos canais e meios, o que tem até agora favorecido as definições monistas de domínios de políticas de comunicação e informação – tal como no caso de políticas que visam de modo específico rádio, jornalismo, TV, etc.

Dessa forma, o conceito de Regime de Informação é visto como uma perspectiva de análise informacional que possibilita a identificação não só dos elementos que constituem um Regime de Informação específico, como também é uma fonte que subsidia questionamentos relacionados às políticas de informação que ora se apresentam institucionalizadas nos ambientes de informação.

Para Wilke e Jardim (2006, p. 4), o Regime de Informação “seria a substituição do termo ‘morfologia de rede’, do horizonte informacional, pois se constituiria num complexo de relações de força onde as mediações comunicacionais e informacionais são encontradas”.

Conforme menciona Britto (2002), a morfologia de rede engloba quatro elementos: nós, posições, ligações e fluxos. Os **nós** se referem a um conjunto de sujeitos (agentes) que podem ser objetos, eventos e as pessoas. Para Sacomano Neto (2004) as **posições** são as localizações físicas desses sujeitos no interior da estrutura da rede. As **ligações** envolvem o número de relacionamentos que os agentes estabelecem na rede. Já os **fluxos** significam os diversos aspectos relacionados ao “caminho” percorrido ou procedimentos utilizados na aquisição e troca de insumos, produtos e informações dentro da rede.

Os relacionamentos organizacionais, para Unger(2006, p. 28), acontecem nos “ambientes (Regimes de Informação) onde convivem os sistemas de recuperação da informação, as linguagens documentarias, e os constituídos por políticas originadas de órgãos privados ou governamentais” [...].

Parece oportuno frisar que os ambientes citados por Unger(2006) para designar Regime de Informação, envolvem os corpos “humanos” e “não humanos” por todos os lados, o ar que rodeia os seres vivos, o meio em que vive cada um, o local com muitos usuários conectados por várias redes (ambiência).

Complementando, Unger(2006) argumenta que os Regimes de Informação são compostos fisicamente por estoques de informação (que se constituem de linguagens documentárias e sistemas de informação); diretrizes políticas que

contornam e direcionam os conteúdos informacionais abrigados nos sistemas de informação; seres humanos e suas necessidades informacionais; ambiente cultural-sócio-econômico-político em que se encerram; acesso à informação; meios físicos que permitem o ir e vir da informação.

Sob essa ótica, um Regime de Informação é reconhecido por suas linhas de força dominantes definindo, em sua aplicabilidade, todos os elementos envolvidos (destinatários ou receptores específicos ou amplos, redes sociocomunicacionais formais ou informais, canais, organizações, regras e autoridades informacionais), além de condicionar e orientar todos os outros regimes vigentes na sociedade (sociais, econômicos, culturais) (BRAMAN, 2002).

Neste cenário, Wilke e Jardim (2006, p.4) explicam ainda que:

Por um lado temos o somatório das informações produzidas, armazenadas, disseminadas e trocadas pelo conjunto das diferentes redes formais e informais organizacionais (os diferentes tipos de organização, tais como as associações, as empresas, os domicílios, os órgãos governamentais, por exemplo) e intersociais (os diferentes atores sociais, individuais, coletivos, institucionais, governamentais, públicos e privados), através dos variados meios de comunicação, fruto de diferentes produtores e dirigido a distintos usuários; por outro, há a estrutura tecnológica que cada vez mais torna disponível a informação digitalizada numa convergência de meios, que, desenvolvidos uns em interface com outros, abre-nos a possibilidade de acesso praticamente em qualquer lugar e tempo.

Wilke e Jardim (2006) corroboram e complementam o exposto por González de Gómez e Chicanel (2008) ao abordarem Regime de Informação como um horizonte informacional (formal e informal) povoado de diferentes atores que se relacionam promovendo mediações comunicacionais e informacionais. Essas mediações ocorrem atualmente, mais do que nunca, em tempo real, por meio de estruturas tecnológicas que cada vez mais despontam no âmbito dos regimes de informação.

Para Magnani e Pinheiro (2011, p. 596) o Regime de Informação, também chamado de Regime Global da Política de Informação – este último apresentado inicialmente na literatura de Ciência da Informação por Sandra Braman -, se refere a uma “forma de obter uma paisagem do campo de ação da política de informação relacionando atores, tecnologias, representações, normas e padrões regulatórios que configuram políticas implícitas ou explícitas”.

Para Keohane (1982) um regime global pode aumentar a probabilidade de cooperação entre atores através de fornecimento de informação acerca do comportamento de atores (externos ao regime) por meio do monitoramento do comportamento dos membros (internos ao regime); reduz os custos de transação pela institucionalização da cooperação; gera a expectativa dessa cooperação entre membros e faz com que este regime aumente a importância da reputação dos atores e permita o emprego de estratégias complexas.

Para Lima e colaboradores (2009) o Regime de Informação é o local das relações e interações de informação e o modo como essa informação é organizada, orientada, produzida e utilizada. São, portanto, as regras do uso da informação em determinada sociedade ou organização, uma vez que estas possuem regimes de informação “através dos quais organizam a produção material e simbólica e representam a dinâmica das relações sociais e organizacionais” (LIMA *et al*, 2009, p.1744).

Os processos de aprendizagem interorganizacionais por interação e por cooperação, são “dependentes diretos da conformação institucional de um aglomerado, onde a informação e o compartilhamento estão no cerne da sua caracterização e sustentabilidade [...]” (ALBAGLI; MACIEL, 2007, p.11).

Ao identificar o mundo do trabalho com o mundo da vida cotidiana, Berger e Luckmann (1985 *apud* CARVALHO, 2009) reforçam a importância das atividades rotineiras e habituais na sua conformação, o que confirma a importância do conhecimento tácito, específico, inerente à execução de uma dada tarefa. Também “conduz à relação entre a atividade a ser desenvolvida e a identidade do grupo social onde ela se fará presente” (CARVALHO, 2009, p. 124).

As categorias utilizadas na descrição do processo de conformação de um Regime de Informação envolvem, de acordo com Carvalho (2009), todos os aspectos socioculturais existentes nos Regimes de Informação específicos, o compartilhamento de informações e de conhecimento entre os atores locais e as regras, normas, políticas relacionadas a esses Regimes.

Em todos esses aspectos abordados observa-se ênfase nas relações entre os atores num determinado território. “O território é concretude e forma, mas também indica movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em torno de interesses comuns” (FISCHER; MELO, 2004, p.14 *apud* CARVALHO, 2009, p. 90). Assim, torna-se importante entender como se processam as interações entre

os atores no contexto dos Regimes de Informação. Como salienta Rapini e colaboradores (2004 *apud* CARVALHO, 2009), a conformação institucional do ambiente local (Regime de Informação específico) produz impacto sobre os mecanismos de aprendizado por interação.

As categorias apresentadas mostraram-se capazes de auxiliar na compreensão da conformação do Arranjo Produtivo Local de Santa Rita do Sapucaí, em estudo feito por Carvalho em 2009 e podem ser utilizadas como forma de observação e estudo em qualquer Regime de Informação. Estas categorias atendem à observação de Braman (2004) de que é preciso investigar as formas de codificação do conhecimento pelas quais as práticas sociais vão “contaminar” as instituições e as leis.

2.2.1 Elementos de regime de informação

Os elementos de Regime de Informação mencionados abaixo – Recursos, Canais, Atores e Mensagens –, referem-se ao que González de Gómez e Chicanel (1999) abordam acerca da constituição de Regimes de Informação em saúde. Para as autoras, o Regime de Informação em Saúde é o conjunto de Recursos, Canais, Atores e Mensagens que possibilitam, agregam, segmentam ou dispersam os fluxos da informação sobre a saúde e para a saúde (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; CHICANEL, 1999).

Os Recursos além de englobarem capital humano, material e financeiro, são informacionais também. A informação, de acordo com Carvalho (2001), é um recurso do ponto de vista do valor que representa para a organização e para a sobrevivência desta no ambiente, tão importante quanto os demais recursos organizacionais. Horton Júnior (1979), González de Gómez e Chicanel (1999), González de Gómez (2002), Frohmann (1995) e Unger (2006) indicam que os itens que compõem os recursos informacionais são as bibliotecas, os centros de informação, bancos/bases de dados computadorizados, arquivos documentais textuais e digitalizados oficiais, gravações sonoras, jornais, filmes, correspondências, regras, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, diretrizes políticas, arranjos organizacionais, tecnologias da informação em geral, armazenamento, recuperação e transferência de informação e documentos, linguagens documentárias, sistemas de informação. Ainda estão incluídos nos recursos, o conhecimento, a informação e

os dados brutos e os já tratados por meio de recursos humanos ou tecnológicos e que têm como função principal orientar as atividades desenvolvidas em uma organização abrangendo todos os setores desta, advindos tanto do ambiente interno quanto do ambiente externo.

Pode-se dizer que o elemento Canais, que neste caso são os informacionais, classificando-se em canais formais e canais informais. Para Moresi (2003) os canais informais, por meio do contato face a face ou mediados por computador, têm a função de troca de ideias, discussões e *feedbacks* com os pares. Nos canais formais o processo de comunicação é lento, mas necessário para a consolidação da memória e a difusão de informações para o público em geral (MORESI, 2003). Para Frohmann (1995), González de Gómez e Chicanel (1999), González de Gómez (2002) e Unger (2006), são exemplos de Canais nos Regimes de Informação a difusão por rádio e TV, distribuidora de filmes, publicações acadêmicas, internet, fluxos de transbordamento de dados, conversas entre atores e discursos, os jornais, a representação das informações disponíveis, estoques de informação (dinâmicos e estáticos), necessidades informacionais.

Na literatura sobre redes sociais os Atores significam os “nós” - classes de equivalência -, na identificação de indivíduos estruturalmente semelhantes. “A equivalência estrutural dos atores possibilita distinguir os papéis representados na rede, determinando os atores que têm papéis similares” (TOMAÉL, 2005, p. 155). Para Frohmann (1995) os “nós” são os elementos que constituem um regime de informação específico. Este autor e ainda González de Gómez e Chicanel (1999), González de Gómez (2002) e Unger (2006) afirmam que os atores de Regime de Informação são as instituições, autoridades informacionais, grupos, médicos e pacientes (área da saúde), a clientela, produtores e consumidores de informação, organizações e empresas, emissores, receptores, usuários específicos, públicos amplos, universidades, domicílios, associações, a comunidade, coletivos profissionais, agências governamentais, distribuidores de filmes, órgãos ou departamentos da administração pública, estoques de informação, seres humanos com suas necessidades informacionais.

Para González de Gómez (1999, 2002), Frohmann (1995) e Unger (2006) as Mensagens nos Regimes de Informação dizem respeito aos emissores e receptores (Internet, jornais, conversas informais, meios e recursos de informação, diálogos, produtores, usuários), ou seja, são as ações dos indivíduos inspirados por suas

necessidades informacionais que através de meios físicos e relacionais permitem o ir e vir da informação. Todas as vezes que uma informação é requerida, ela é obrigatoriamente enviada como Mensagem, independentemente de a solicitação ser voluntária ou involuntária. A recepção e a interpretação da mensagem como informação são posteriores. Uma possibilidade de aprofundamento do estudo acerca da relação entre mensagem e informação é promovida pela Teoria da Mensagem, a Angelética, que permite estudar a forma, o conteúdo, o objetivo, os produtores e receptores das mensagens (CAPURRO, 2000 *apud* MATHEUS, 2005).

2.3 Sistema de Informação

Os primeiros indícios relativos a Sistemas de Informação aparecem a partir da fundação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), em 1945, cujos objetivos eram de “ampliar as bases da educação no mundo, levar os benefícios da ciência a todos os países e fomentar o intercâmbio e a divulgação cultural”, de forma a refletir sobre os “problemas da informação e da comunicação, ressaltando aspectos relacionados com as políticas educativas e culturais como fator essencial para o desenvolvimento” (JARDIM, 1995, p. 35).

Desta forma, na década de 1960, a UNESCO e o Conselho Internacional de Associações Científicas (ICSU) sugeriram ideias para criação do Sistema Mundial de Informação Científica e Tecnológica (UNISIST) que surgiu com vislumbrando-se o apoio mútuo entre os países membros na formulação, planejamento e coordenação da política nacional de informação, deveria ser um movimento mundial orientado para a melhoria do compartilhamento de informações científicas e técnicas entre os diversos países o que possibilitou influenciar o surgimento do conceito de Sistema Nacional de Informação (NATIS) (JARDIM, 1995).

Para tanto, em 1974, uma Conferência Intergovernamental sobre o planejamento das infraestruturas nacionais de documentação, bibliotecas e arquivos foi organizada pela UNESCO com auxílio da Federação Internacional de Documentação (FID), da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários (FIAB) e do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), com a finalidade de “analisar os conceitos gerais, resultantes das conclusões de conferências regionais sobre planejamento na América Latina, Ásia, África, Estados Árabes e definir diretrizes

gerais da política e a metodologia do planejamento para aplicá-las aos serviços de documentação, bibliotecas e arquivos” (JARDIM, 1995, p. 35).

Após essa Conferência, o NATIS recebeu apoio da comunidade científica cujo objetivo era de se conseguir que todos os usuários em qualquer ramo de atividade recebam a informação necessária, permitindo-lhes prestar a toda a comunidade a sua máxima contribuição. O NATIS deveria ser composto por todos os serviços relacionados com a difusão da informação para todos os órgãos e instituições do país. Entretanto, a literatura, de acordo com Jardim (1995) não evidencia que esses objetivos tenham sido alcançados, mas nota-se todavia, que seus princípios continuam influenciando, debates e ações em torno das políticas nacionais de informação alguns países do Terceiro Mundo.

De acordo com Le Moigne (1984), por volta de 1930 surgia no campo das ciências biológicas uma teoria que se dedicava a estudar aspectos inerentes aos sistemas gerais. Esta teoria recebeu o nome de Teoria Geral do Sistema, trazida por Ludwig von Bertalanffy e posteriormente aperfeiçoada por pesquisadores e teóricos como Willian Ross Ashby, em 1956.

Uhlmann (2002) afirma que Ludwig von Bertalanffy era Biólogo, iniciou a sua carreira em Viena na década de 1920 e desde o início de seus estudos Bertalanffy acreditava que os fenômenos biológicos deveriam ser estudados a partir de uma visão do todo e de suas interações com o ambiente. Esta teoria se configuraria em disciplina matemática formal, porém aplicável às várias ciências empíricas de forma a evidenciar inicialmente as diferenças entre sistemas físicos e biológicos.

Desta forma afirma Santos (1981, p. 184 *apud* JARDIM, 1995, p. 28) que

Face ao Sistema da Matemática, tudo é sistema, conjunto de elementos em interação: o universo, uma cidade, uma célula, um organismo [...]. Essa é a razão por que, aliás, nenhuma definição da palavra sistema pode ser satisfatória, porque só a noção de sistema é fecunda. Esta só se revela e se enriquece sob a iluminação indireta dos múltiplos raios da expressão analógica, modelizadora e metafórica. A noção de sistema é a encruzilhada das metáforas.

Para Le Moigne (1984), a Teoria do Sistema Geral permite identificar conceitos de base, verificar a sua coerência e revelar as condições da sua implementação numa prática de moldar os objetos.

O autor comenta que existem duas teorias do sistema, sendo a primeira relativa às questões universais, uma teoria geral do universo e, a segunda teoria é a teoria da modelização (moldes), que apresenta o sistema geral como uma metodologia de investigação, um modelo de natureza global que pouco a pouco molda o pensamento humano (LE MOIGNE, 1984).

Le Moigne (1984), comentando o pensamento de Chardin (1955), lembra que o sistema é imediatamente perceptível a qualquer observador na natureza, mas o sistema não se encontra na natureza e sim no espírito dos homens e enquanto a teoria geral dos sistemas não for universalmente formulada e validada, o sistema deverá ser entendido como produto artificial desse espírito. Dessa forma, o sistema sendo útil poderia auxiliar na representação dos objetos que o homem quer conhecer.

Segundo Le Moigne (1984, p. 91):

Esta universalidade da própria palavra sistema recobre intuitivamente uma profunda experiência que transforma em consciência os modelizadores contemporâneos [...]. Sistema métrico, sistema solar, sistema respiratório, sistema políticos... mesmo sistema D: a linguagem humana dava conta de um mesmo modo de representação designado com este mesmo substantivo os objetos que ela reconhecia contudo como diferentes.

Um sistema, para Morin (1980 *apud* LE MOIGNE, 1984), possui uma capacidade de auto-organização, pois a sua propriedade como sistema dá conta da sua capacidade de transformar e de se transformar, de produzir e de se produzir, de ligar e de se ligar, de manter e de se manter. O reconhecimento dessa capacidade de auto-organização fez com que surgisse a concepção de uma organização que produz a si própria, também chamada de autopoiese ou autonomia dos seres vivos.

Ao tentar entender a organização dos sistemas vivos, Humberto Maturana e Francisco Varela, a partir de 1960, começaram a pesquisar a natureza autônoma da organização biológica e sua identidade e a evolução de sua diversidade em busca de distinguirem o que pertence ao sistema como constitutivo da sua fenomenologia e o que apenas pertence ao domínio da sua descrição (MATURANA; VARELA, 1973).

Os autores perceberam que o que define um sistema é o conjunto de relações existentes entre os seus componentes e o conjunto de relações que define

um sistema como uma unidade é a sua organização. Já o conjunto de relações efetivas entre os componentes presentes numa máquina concreta dentro de um espaço dado constitui sua estrutura.

De acordo com a Teoria Geral dos Sistemas as principais características da estrutura são: a tendência em permanecer relativamente constante dentro de certos limites que determina a qualidade essencial dos sistemas, a capacidade para absorver as mudanças dos componentes suprimindo alguns e retendo outro o que permite delinear o crescimento e desenvolvimento do sistema e, a capacidade para determinar o modo específico de interconexão e interação dos elementos estabelecendo a organização interna do sistema (RAMOS, 2011).

Para Ramos (2011), a organização de um sistema se efetiva a partir de muitas estruturas na medida em que o conjunto de relações e propriedades que a definem são um subconjunto daquelas que definem uma estrutura e a noção de finalidade de um sistema está relacionada com o domínio de seu funcionamento.

Uma característica importante de um sistema é a hierarquização dos seus componentes e a relação que esses estabelecem com o entorno, ou seja, com um ambiente. Em geral os sistemas podem ser analisados dentro de uma relação hierárquica, compostos por subsistemas (componentes, elementos, partes) e também fazendo parte do ambiente externo (RAMOS, 2011). Esta hierarquização pode ser estrutural ou funcional.

As relações dos componentes em diferentes níveis de hierarquia determinam a subordinação das partes entre si e do sistema em relação ao entorno. Por sua vez, a relação dos componentes em um mesmo nível de hierarquia se define como coordenação dos componentes do sistema. Todo sistema só funciona dentro de um determinado ambiente ou de um dado contexto (LÓPEZ VARGAS; ROMERO, 2006).

Lembrando de Humberto Maturana, Ramos (2011) afirma que nos jogos de complexidade ocorre a autopoiese, ou seja, a capacidade de reprodução do sistema. A título de exemplo pode-se citar que a epiderme humana renova-se constantemente, a célula epitelial morre, mas a pessoa permanece da mesma forma que os humanos morrem, mas a humanidade procura a sua permanência. A questão da permanência, tendo-se em mente a busca da permanência, deve ser analisado levando-se em consideração também, o sistema maior.

A autopoiese é palavra oriunda dos radicais gregos *auto*(si mesmo) + *poiese*(poesia = criação/construção), obtendo-se daí a autopoiese (autocriação) que está diretamente ligada à própria concepção do que é vida, qual é a distinção entre sistemas vivos e não-vivos, quais são os limites da auto-organização e da vida (RAMOS, 2011).

Na década de 60/70 do século XX, Maturana e posteriormente Francisco Varela, igualmente neurocientista, ocuparam-se destas pesquisas e passaram definir os conceitos sistêmicos de ORGANIZAÇÃO de um sistema vivo e ESTRUTURA.

A organização de um sistema vivo é o conjunto de relações entre os seus componentes e é onde se caracteriza o sistema como pertencente a uma determinada classe (tal qual uma bactéria, um girassol, um gato ou um cérebro humano) (CAPRA, 1998).

Maturana e Varela (1973) afirmam que todo objeto autopoietico é um sistema vivo, porque de modo geral são artefatos feitos pelo homem, com propriedades conhecidas, pelo menos conceitualmente e perfeitamente previsíveis; e também porque enquanto a natureza do ser vivo for desconhecida fica difícil identificar quando um sistema é ou não vivo e em terceiro lugar porque existe a crença que observação e experimentação, sem nenhum recurso à análise teórica, sejam suficientes para revelar a natureza do ser vivo.

Segundo López Vargas e Romero (2006), os sistemas complexos surgiram do desenvolvimento da natureza a quatro milhões de anos atrás com o aparecimento da vida. A evolução da vida passou por várias etapas sendo cada uma delas mais complexa que a anterior até se chegar à aparição da espécie humana e da sociedade, da consciência e da autoconsciência social, ou seja, esse processo evolutivo acarretou a definição de uma das mais fundamentais características dos sistemas, a sua continuação.

Dessa forma, o entendimento de sistema envolve sua atividade e evolução, ou seja, os sistemas estão em constante mudança e quando essa mudança se torna necessariamente irreversível, desenvolve-se um processo histórico originando uma nova estrutura.

Um sistema é um conjunto de elementos ou componentes independentes que interagem para atingir um objetivo. Ele é maior que a soma de suas partes, portanto, a investigação de qualquer parte de um sistema deve ser feita em relação

ao todo (BERTALANFFY, 1995) e dessa forma os próprios elementos e as relações entre eles é que irão determinar como o sistema trabalha.

Ludwig von Bertalanffy (1995) afirma que qualquer sistema deve ser visto como um sistema de informações e, um sistema de informações é uma série de elementos ou componentes interrelacionados que coletam (entrada), manipulam (processamento) armazenam e disseminam (saída) os dados e informações local ou remotamente e fornecem um mecanismo de *feedback*.

As reflexões desse autor permite classificar os sistemas em abertos e fechados. Os sistemas abertos são aqueles que mantêm relação dinâmica com o ambiente com o qual compartilha matéria, energia e informação, ou seja, relação ativa onde ocorre a troca de insumos e recursos vitais ao seu funcionamento. Já os sistemas fechados se caracterizam por serem autodestrutivos, suas aniquilações acontecem gradualmente. Ainda nas reflexões de Ludwig von Bertalanffy (1995) há duas maneiras de considerar o conceito de sistemas: enfoque cartesiano e o enfoque sistêmico.

O enfoque cartesiano utiliza uma abordagem positivista (CHAUI, 1997) da ciência clássica, enquanto o enfoque sistêmico considera a totalidade, uma visão holística. Já o enfoque sistêmico surgiu no momento em que os seres humanos começaram a adquirir seus conhecimentos abstratos e, com isso, passaram a tentar explicar o mundo onde vivem. Esse processo de construção do enfoque sistêmico, de acordo com López Vargas e Romero (2006), foi desenvolvido em quatro etapas.

A primeira etapa é a visão mitológica que enxerga o mundo sob dois componentes: um relacionado aos espíritos e aos processos naturais e o outro componente seriam os processos sociais. Ou seja, na tentativa de explicar o mundo, o ser humano passou a criar na mente uma realidade repleta de “anjos” e “demônios”, o bom e o mal, os espíritos e um mundo obscuro que o fizeram dividir a realidade de mundo em dois componentes (LÓPEZ VARGAS; ROMERO, 2006).

A segunda etapa seria o desenvolvimento da filosofia. Na sociedade grega, baseada em juízos e raciocínios principalmente dos egípcios, foi sendo formulada uma espécie de ciência única, chamada de filosofia e que era constituída pela justaposição dos saberes já adquiridos. Mais tarde, com a celebração do processo filosófico na sociedade feudal, a partir do desprendimento dos saberes gregos, ocorreu o surgimento das ciências particulares ou clássicas (LÓPEZ VARGAS; ROMERO, 2006).

A terceira etapa seria o desenvolvimento das ciências particulares acelerado pelo Renascimento e continuado por Copérnico e Newton, por volta de 1515. O processo de desprendimento e especialização do conjunto global dos saberes gerou nas ciências um sistema de conhecimentos por regiões do mundo exterior, formulando métodos e procedimentos de conhecimentos fundamentais e comprovados na prática, permitindo descobrir leis de desenvolvimento do mundo objetivo e na elaboração de meios de se empregar os conhecimentos obtidos (LÓPEZ VARGAS; ROMERO, 2006).

A quarta etapa se refere ao surgimento e desenvolvimento dos métodos gerais de investigação, em que o conjunto de ciências particulares que estudam as complexidades da biologia da natureza teve como ponto de partida o descobrimento da estrutura das células e a teoria da evolução de Darwin de 1859. Com elas foi possível descobrir os processos essenciais da vida: nutrição, reprodução, metabolismo na transmissão dos caracteres hereditários (LÓPEZ VARGAS; ROMERO, 2006).

Para Alves (2006) um sistema, de forma ampla, é uma coleção de objetos unidos por uma interação ou uma interdependência, ou seja, uma coleção de objetos de alguma forma interligados ou interdependentes que leva a um todo com alguma funcionalidade.

A visão científica citada por Alves (2006), desenvolvida na França pelo filósofo Augusto Comte por volta de 1822, atribuía o progresso ao desenvolvimento das ciências positivas. Essas ciências (positivas) permitiriam ao ser humano saber para prever e prever para prover, contribuindo para o desenvolvimento social. E é de Comte a ideia de “Ordem e Progresso” que viria a fazer parte da bandeira brasileira, entretanto, a abordagem positivista da ciência clássica tem se mostrado inadequada para o gerenciamento do impacto dos produtos da tecnologia, justamente por não dar conta do todo (ALVES, 2006). Propõem-se, portanto, uma alternativa: abordagem ou enfoque sistêmico.

O enfoque sistêmico da Teoria Geral de Sistemas oferece uma alternativa, por meio da descoberta de princípios comuns a todo tipo de sistema, o que facilita estudos de cada um deles. Possuindo caráter interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, a Teoria Geral de Sistemas pretende superar a fragmentação do conhecimento, o isolacionismo implícito nas especialidades científicas e, por fim, tentar atender um mundo crescentemente complexo (ALVES, 2006). Para Skjottner

(1996 citado por ALVES, 2006) foi possível alcançar esse enfoque sistêmico, por meio do entendimento de seis paradigmas, a saber: o paradigma Escolástico; o paradigma do Renascimento; o Mecanicismo e o Determinismo; a hegemonia do Determinismo; a Era da Relatividade e Mecânica Quântica e; a Era de Sistemas.

Conforme Vieira (1998), os sistemas devem ser abertos pois somente assim os mecanismos de produção serão efetivos no sentido de haver um compartilhamento energético dentro do sistemas (ambientes). É no sistema ambiente que “encontramos todo o necessário para trocas entre sistemas, desde energia até cultura, conhecimento, afetividade, tolerância, ‘estoques’ necessários para efetivar os processos de permanência” (VIEIRA, 1998, p. 16).

São características básicas e invariantes de todos os sistemas, a coleção de componentes ou de elementos e um conjunto de relações entre seus componentes. Essas duas características é que conseguem dotar o sistema das funcionalidades nele observadas(ALVES, 2006).

Há outras características de sistemas, além das básicas que são válidas para qualquer sistema. Dentre elas está o entendimento de sistema. Sistema é uma ideia, uma abstração. Os elementos que o compõem podem ser concretos e/ou abstratos (ALVES, 2006). Esses elementos dentro dos sistemas podem ter uma existência física ou simplesmente ser uma construção mental. Um sistema como o computador, por exemplo, só possui elementos concretos (CPU, Memória). Já um sistema monetário, por sua vez, possui tanto elementos concretos (cédulas, moedas, bancos), como elementos abstratos (valor monetário das cédulas, moedas, taxas de juros). E, ainda, há sistemas compostos apenas por elementos abstratos por exemplo: o seu sistema de julgamento de beleza, onde do surgimento de uma pessoa (homem ou mulher, ou criança) a referida imagem desta passa por esse sistema (de julgamento) e, na saída do mesmo há uma resposta relacionada a: linda, feia, mais-ou-menos (ALVES, 2006).

Há várias formas de classificação de sistemas sendo as mais utilizadas as classificações dos sistemas estáticos e dinâmicos, sistemas físicos, conceituais e abstratos. Os sistemas dinâmicos possuem memória e acontecem através de equações diferenciais (quando são sistemas contínuos) ou equações de diferença (quando são sistemas discretos) (ALVES, 2006). Os sistemas estáticos são desprovidos de memória sendo que os recursos que os envolvem não se modificam com as variações ambientais.

Os sistemas físicos existem na realidade de espaço e tempo. Eles podem ainda ser sistemas com vida (naturais) e sistemas sem vida (feitos pelo ser humano). Os sistemas conceituais, por suas vezes, são compostos de organizações de ideias expressas de forma simbólicas. Um sistema conceitual pode existir dentro de um sistema físico. Já em um sistema abstrato todos os componentes são conceitos. Em psicologia, por exemplo, as estruturas de processos psíquicos são descritas por meio de um sistema de conceitos abstratos (SKYTTNER, 1996 *apud* ALVES, 2006).

Para o referido autor, os tipos mais importantes de sistemas são os Sistemas Abertos, os Sistemas com Estrutura Fixa (*Framework Systems*); os Sistemas Mecanismo de Relógio (*Clockwork, Systems*), os Sistemas Cibernéticos, os Sistemas de Crescimento Planejado (*Blueprinted Growth Systems*), os Sistemas com Imagem Interna, os Sistemas com Processamento Simbólico, os Sistemas Sociais e os Sistemas Transcendentais (SKYTTNER, 1996 *apud* ALVES, 2006).

Para Uhlmann (2002) outra forma de classificação dos sistemas se refere a Sistema Abstrato, arranjo ordenado de ideias interdependentes. O segundo sistema é o Físico, conjunto de materiais que operam juntos para atingir um objetivo. A terceira classificação aborda o sistema como Determinista que funciona de maneira previsível, isto é, o estado do sistema, em um dado ponto, leva idealmente à previsão do próximo estado, sem equívocos. O quarto sistema é o Probabilista onde um comportamento é passível de ser revisto antes de ser realizado. A quinta classificação se refere a um Sistema Fechado que não troca material, informação ou energia com o ambiente e a última classificação se refere a Sistema Aberto onde há troca de informações, materiais e energia com o meio ambiente, ou seja, um “sistema aberto é aquele que tem um ambiente, que são outros sistemas com os quais ele se relaciona, efetua trocas, portanto se comunica” (UHLMANN, 2002, p. 20). Esta última classificação possui um parâmetro conceitual que permite fazer analogias com Sistemas de Arquivos no sentido de que os Sistemas de Arquivos, de modo geral, favorecem a integração de toda a Rede de Arquivos, promovem a interrelação entre os mais diversos Atores (da Rede) e facilitam o compartilhamento das informações entre as partes.

2.4 Sistema de Arquivos

As organizações e/ou instituições visando à qualidade nas atividades desenvolvidas e nos serviços prestados e oferecidos à comunidade ou a um grupo específico de pessoas, sentem necessidade de que a documentação, contida em seus arquivos, esteja organizada e preservada de maneira a facilitar a administração das atividades rotineiras, assim como na tomada de decisão, favorecendo o sucesso na área em que atua. Nesta linha, os documentos de uma instituição se constituem na materialidade das informações decorrentes das atividades desenvolvidas, dos serviços oferecidos e prestados por ela, à comunidade ou a um grupo específico de pessoas.

Se “documento designa a materialidade da informação, e se a materialidade seria importante para entender os aspectos sociais e públicos da informação logo os estudos da documentação são importantes para os estudos da informação” [...] (FROHMANN, 2006, p. 4). Se uma determinada documentação (conjunto de documentos) se configura como um arquivo específico (ARQUIVO NACIONAL, 2004), é importante frisar que estudos referentes a arquivos também são relevantes na busca do entendimento dos aspectos sociais e públicos da informação.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, de 2004 existem quatro definições para “Arquivo” sendo elas:

- 1) Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza dos suportes;
- 2) Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos;
- 3) Instalações onde funcionam arquivos;
- 4) Móvel destinado à guarda de documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2004, p.19).

Os arquivos, de acordo com seus ciclos de vida, podem ser divididos em arquivo corrente, intermediário e permanente. O arquivo corrente, que também corresponde à fase ativa dos documentos de arquivo, é o conjunto de documentos, em tramitação ou não, que, pelo seu valor primário, é objeto de consultas frequentes pela entidade que o produziu, a quem compete a sua administração ou, unidade administrativa ou serviço responsável pelo arquivo corrente. O arquivo intermediário é o conjunto de documentos originários de arquivos correntes, com uso pouco

frequente, que aguarda destinação ou, unidade administrativa ou serviço responsável pelo arquivo intermediário. Por fim, arquivo permanente é entendido como o conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor e como setor ou unidade organizacional, responsável pelo arquivo permanente (ARQUIVO NACIONAL, 2004).

O arquivo de qualquer instituição e/ou organização pública tem sua origem no setor de protocolo, responsável pelo recebimento dos documentos produzidos ou recebidos. Segue-se a tramitação no arquivo corrente, onde acontece a classificação (por assunto, função, estrutura, atividades e/ou espécie documental) desses documentos. Nessa fase ocorre também a avaliação dos documentos onde prazos de guarda e eliminação destes, são estabelecidos. Seguindo seu curso documental e auxiliando nas atividades organizacionais, os documentos seguem para o arquivo intermediário, no qual permanecem cumprindo os prazos estabelecidos na tabela de temporalidade. Em seguida, após o processo de avaliação com base na tabela de temporalidade os documentos podem ser eliminados e/ou recolhidos ao arquivo permanente e/ou histórico, cumprindo assim sua vida útil e integrando em alguns casos o acervo documental histórico local ou nacional.

Logo, é pelo setor ou serviço de Protocolo que são recebidos e expedidos os documentos formais de uma instituição pública e é também onde se dá o controle sobre o trâmite desses. Os profissionais que trabalham diretamente no setor de protocolo precisam conhecer um pouco de todos os setores da organização e/ou instituição onde estão inseridos, ou seja, precisam ter visão macro da instituição, para, dessa maneira, saberem proceder quanto ao recebimento e encaminhamento dos documentos aos setores responsáveis, fornecendo a informação correta às pessoas certas, proporcionando maior agilidade aos processos e até mesmo às tomadas de decisão. O protocolo é o serviço encarregado do recebimento, registro, classificação, distribuição, controle da tramitação e expedição de documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2004).

Para Paes (2004, p. 27) o protocolo é

A denominação geralmente atribuída a setores encarregados do recebimento, registro, distribuição e movimentação dos documentos em curso; denominação atribuída ao próprio número de registro dado ao documento; Livro de Registro de documentos recebidos e/ou expedidos.

Partindo do exposto, concebe-se que os arquivos têm sua origem no setor de protocolo, considerando os documentos produzidos ou recebidos. De acordo com a Lei nº 8159/91, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, os arquivos são definidos como “[...] conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física [...]” (BRASIL, 1991, p. 1).

Dessa forma, o foco dado ao termo “Arquivo” nesta pesquisa é aquele que parte do entendimento que arquivo significa conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública e setor ou serviço ou órgão que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos, ou seja, Sistema de Arquivos. O termo Sistema de Arquivos, neste contexto, evidencia, além das funções de suporte, orientação e planejamento e coordenação das ações de arquivos, a centralização e descentralização de arquivos. Para Paes (2004, p. 17) estas funções se referem a:

[...]prestar assistência técnica aos arquivos setoriais; estabelecer e fazer cumprir normas gerais de trabalho, de forma a manter a unidade de operação, a fim de atender às peculiaridades de cada arquivo setorial; promover a organização ou reorganização dos arquivos setoriais, quando necessário; treinar e orientar pessoal destinado aos arquivos setoriais, tendo em vista a eficiência e a unidade de execução de serviço; promover reuniões periódicas com os encarregados dos arquivos setoriais para exame, debate e instruções sobre assunto de interesse do sistema de arquivo.

A centralização pressupõe a concentração (armazenamento) de documentos e das atividades de recebimento, registro, distribuição, movimentação e expedição de documentos de uso corrente num mesmo local e é órgão da estrutura organizacional. Já a descentralização acontece com a centralização das atividades de controle (protocolo) e a descentralização dos arquivos correntes nos setores organizacionais (locais físicos) da empresa.

O Dicionário de Terminologia Arquivística (1993), publicado pelo Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, de Portugal, evidencia que sistema de arquivos equivale ao termo rede de arquivos (INSTITUTO DA BIBLIOTECA NACIONAL E DO LIVRO, 1993 *apud* JARDIM, 1995).

A rede de arquivos, por sua vez, é definida como “[...] conjunto de arquivos que, independentemente da posição que ocupam nas respectivas estruturas administrativas, funcionam de modo integrado e articulado na prossecução de objetivos comuns” (INSTITUTO DA BIBLIOTECA NACIONAL E DO LIVRO, 1993*apud* JARDIM, 1995, p.45).

Heredia Herrera (1991,*apud*JARDIM, 1995, p. 46) entende Sistema de Arquivos como “um conjunto de atividades articuladas através de uma rede de arquivos de centros e serviços técnicos para estruturar a transferência, o recolhimento, depósito, arranjo e descrição e serviço dos documentos”.

As redes de arquivos são elementos interligados com objetivos comuns, possuem componentes autônomos e características individuais. A ausência de um componente não compromete a realização dos objetivos da rede como um todo porque há cooperação e complementação entre elas. Já nos sistemas os elementos são integrados, possuem objetivos específicos e componentes interdependentes, procuram a padronização das atividades e exercem funções específicas e interdependentes. A ausência de um componente compromete a realização dos objetivos do sistema como um todo (SOUZA, 1988*apud* JARDIM, 1995).

Analisando uma das falas de seus entrevistados de pesquisa, Jardim (1995) comenta que as redes de arquivos não implicam em poder, elas complementam o sistema, não têm uma coordenação, têm gerenciamento horizontal e suas estruturas são complexas e fáceis de serem instaladas, lidam com muitas informações e possuem grande agilidade. Ainda analisando uma das falas de seus entrevistados, expõe Jardim (1995), que a rede de arquivo é o emaranhado de elementos (setores, departamentos, seções), ou seja, é a interação desse grande conjunto de elementos, é o contorno do sistema de arquivos, pois engloba sinais provenientes de um emissor, passando por canais comunicacionais, até chegar a um receptor (JARDIM, 1995).

Desta forma, ao continuar analisando as falas de seus entrevistados, Jardim (1995) traça um paralelo conceitual entre Redes e Sistemas, e comenta que este último envolve poder em diversos estágios, possui coordenação, apresenta acentuada hierarquia, trabalha com base em diretrizes e tem uma estrutura de pequena complexidade. A analogia decorrente remete, dessa forma, à existência de centralização da administração e do controle.

Todo o sistema traz em si a rede formal ou informal, mas nem toda a rede tem um sistema (JARDIM, 1995). A definição de Sistema de arquivos para a Associação dos Arquivistas Brasileiros (1990 *apud* JARDIM, 1995, p. 45), se configura em “um conjunto de atividades articuladas através de uma rede de centros e serviços técnicos para estruturar a transferência, o recolhimento, depósito, arranjo e descrição e serviço os documentos”. Sob o aspecto de informações, Cunha (1977, p. 36) frisa que rede é o “conjunto de componentes interrelacionados que, de comum acordo, promovem a transmissão da informação dos produtores aos usuários da mesma, de conformidade com normas e procedimentos idênticos ou compatíveis”.

Para Vasquez (1994 *apud* JARDIM, 1995) os Sistemas de Arquivos se caracterizam como instrumentos de racionalização dos espaços de arquivos nacionais, estaduais, municipais e de empresas privadas. Na perspectiva do autor, um sistema (integrado) de arquivos possuem uma direção central que é responsável por estabelecer normas para os processos relativos aos arquivos e propiciar o acesso à eles à toda comunidade usuária.

Jardim (1995) afirma que Shellenberg (1974) não menciona o conceito de sistema de arquivos, porém fala dos tipos modernos de sistemas de arquivamento, referindo-se a sistemas numéricos, alfabéticos e classificados.

Para Gorbea e colaboradores (1976 *apud* JARDIM, 1995), o termo sistema é se refere a sistema alfabético, sistema geográfico, sistema numérico, sistema de dígitos-terminais, sistema de classificação por assunto. Conceito similar ao exposto pelo Arquivo Nacional do Canadá (1975): sistema de administração de documentos; sistema de arquivos correntes; sistema de controle de “assuntos pendentes”; sistema de transferência de documentos; sistema de descarte; sistema de controle centralizado (ARQUIVO PÚBLICO, 1975 *apud* JARDIM, 1995).

Para Prado (1977 *apud* JARDIM, 1995), os sistemas são coordenados entre si, de modo que concorram para um determinado fim, o que exige a existência de um plano preestabelecido de colocação de documentos, no intuito de facilitar a guarda e pesquisa desses documentos. Entretanto a autora também frisa aspectos conceituais de sistemas referentes a sistema direto, sistema indireto e sistema semiindireto em função, nesta ordem, do auxílio de índices. Mas Jardim (1995, p. 52) observa que a literatura arquivística coloca sobre o termo Sistema “um modelo de representação da realidade, qualidades de centralização/descentralização a partir de um *locus* não apenas administrativo, mas também físico da organização”.

Conforme o Dicionário de Terminologia, elaborado pelo Núcleo Regional de São Paulo, da Associação de Arquivistas Brasileiros, sistema de arquivos é o conjunto de arquivos “que independentemente da posição que ocupam nas respectivas estruturas administrativas, funcionam de modo integrado e articulado na consecução de objetivos comuns da Arquivística”(ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1990*apud* JARDIM, 1995, p.45).

Para Castilho (1991) se um Sistema de Arquivos estiver bem estruturado ele subsidiará planos e decisões e se constituirá num fator de grande economia, mostrará as realizações e os planejamentos do passado, motivará a continuidade de realizações importantes e evitará a duplicidade antieconômica de iniciativas.

Na visão do referido autor, para que um Sistema de Arquivos possa ser implantado é preciso em primeiro lugar mudar a mentalidade arquivística dos funcionários, incluindo a rede de arquivos, instalar comissões de avaliação de documentos (central e setorial), reformar os arquivos setoriais na rede de arquivos, instalar o arquivo intermediário e arquivo permanente (CASTILHO, 1991).

Heredia Herrera (1991*apud*JARDIM, 1995, p. 46) vê o conceito de sistema de arquivos, associando a um sistema nacional de arquivos, ou seja, o “conjunto das estruturas de arquivos sob a égide do Estado, que variam em função das características unitárias e federalistas de cada país”.

A noção de sistema nacional de arquivos para Ketellar (1987*apud* JARDIM, 1995) aponta para estruturas públicas de arquivos em âmbito nacional, tendo em vista as características unitárias ou federalistas dos distintos países.

Segundo Delmas e D’Olier (1974*apud*JARDIM, 1995), um sistema nacional de arquivos deveria envolver o fundos documentais, públicos e privados, existentes em todo espaço nacional, ter como autoridade responsável um órgão governamental, que visaria exercer sua ação sobre a totalidade dos serviços administrativos governamentais, como no caso do Conselho Superior de Arquivos.O Conselho Superior de Arquivos,“seria o ponto de confluência dos representantes das diferentes instituições arquivísticas do país, elaboraria a legislação, os planos, e, sobretudo, coordenaria a política nacional de arquivos” (JARDIM, 1995, p. 56), elaborada por um sistema nacional de arquivos, sendo este um órgão institucionalizado no Brasil.

De acordo com Jardim (1995), desde o final da década de 1950, o Arquivo Nacional “órgão que completou 173 anos de existência e que voltou a estar

subordinado ao Ministério da Justiça em janeiro de 2011” (INDOLFO, 2012, p. 15) vem projetando a implementação de um sistema composto pelo conjunto de serviços arquivísticos públicos e privados do país.

De 1962 a 1994 foram elaborados três projetos de Sistema Nacional de Arquivos – SINAR (1962, 1978, 1994). Os de 1962 e 1978 não foram implementados, sendo o de 1993 consubstanciado em Decreto da Presidência da República de 29 de junho de 1994, posteriormente alterado por Decreto de 25 de abril de 1995.

No ano de 1961, foi instituída pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores uma comissão, com o objetivo de elaborar um anteprojeto para a criação do Sistema Nacional de Arquivos. Esta comissão conclui que a representação do poder público, nesse campo, seria incumbida ao Arquivo Nacional, com o encargo, embora sob um regime de desconcentração administrativa, de manter e supervisionar a uniformidade de organização e funcionamento dos arquivos da União. Essa atividade compreenderia o conjunto de órgãos públicos, federais, estaduais e municipais, destinados a recolher, selecionar, conservar e tornar acessíveis os documentos de valor permanente para vida da Nação. O anteprojeto previa ainda um Conselho Nacional de Arquivos, presidido pelo Diretor do Arquivo Nacional (JARDIM, 1995).

Já o anteprojeto de 1972 foi apresentado no I Congresso Brasileiro de Arquivologia, contendo basicamente o seguinte parecer: que estava na hora de atualizar o anteprojeto anterior e trabalhar em prol de seu crescimento (JARDIM, 1995).

Vislumbra-se então, uma proposta de Sistema Nacional de Arquivos, a ser elaborada em 1977 pela Secretaria de Planejamento do Ministério da Justiça (Seplan/MJ) com o apoio do Arquivo Nacional, fato que trouxe o conceito de informação, respaldado no II Plano Brasileiro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de 1976. O processo de elaboração da proposta do Sistema Nacional de Arquivo de 1978 iniciou-se em fins de 1976, no âmbito da Secretaria de Planejamento do Ministério da Justiça, mas a ausência de normalização foi apontada como um obstáculo à eficiência administrativa, “tendo em vista que a documentação oficial, estava sendo preservada de maneira heterogênea e, na ausência de instruções normativas, a organização mais ou menos racional fica a variar” (JARDIM, 1995, p. 86).

Após 1983, diversas ações são desenvolvidas pelo Arquivo Nacional para justificara implantação do Sistema Nacional de Arquivos. O Arquivo Nacional passou por uma reestruturação organizacional o que conseqüentemente ampliou significativamente a liderança desta instituição no Brasil, além suscitar o seu reconhecimento por parte da comunidade arquivística internacional. E apesar dos avanços alcançados na interação do Arquivo Nacional com os arquivos federais, estaduais e municipais, não foi possível se implantar o Sistema Nacional de Arquivo. A partir de 1988, a direção geral do Arquivo Nacional, propõe o esboço de uma nova proposta para o Sistema Nacional de Arquivos. Esta proposta em relação às anteriores privilegiaria o conjunto das informações arquivísticas do país sobre o conjunto das instituições arquivísticas responsáveis por estas informações (JARDIM, 1995).

O Sistema Nacional de Arquivos, da forma como se estava propondo estabeleceria um sistema aberto de relações entre as diferentes unidades arquivísticas brasileiras e dessa forma, complexo porque envolveria o conjunto de arquivos públicos e privados do país e dinâmico porque determinaria um fluxo contínuo de serviços e informações, nos planos nacional e internacional, de intercâmbio de informações arquivísticas (JARDIM, 1995).

Esta nova proposta reconheceu, todavia, a necessidade de “[...] uma política normativa de arquivos para o país [...]”, mediante o estabelecimento de “[...] um centro normativo, capaz de definir regras através de uma operação descentralizada, a fim de que cada arquivo conserve sua autonomia e tenha elasticidade necessária para adequar à própria instituição” (JARDIM, 1995, p. 94).

Nesse sentido, em 1991 é aprovada a Lei nº 8.159 (Lei de Arquivos), que versou sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, mediante iniciativas lideradas pelo Arquivo Nacional, no sentido de dotar o país de uma legislação arquivística (BRASIL, 1991).

A Lei de Arquivos apresenta dentre outras questões conceituais acerca de arquivos, o princípio de acesso do cidadão à informação governamental, bem como prevê o sigilo relativo a determinadas categorias de documentos. Prevê-se a identificação de arquivos privados como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjunto de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional.

Esta Lei criou ainda o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), com a atribuição de definir a política nacional de arquivos públicos e privados, ou seja, “[...] o conjunto de princípios, diretrizes, normas e métodos para a administração, organização e funcionamento dos arquivos do país” (JARDIM, 1995, p. 83) e atuar como órgão central do SINAR (JARDIM, 1995) e exercer orientação normativa visando a gestão documental e a proteção especial dos documentos de arquivo. “Sua competência, organização e funcionamento estão regulamentados atualmente pelo Decreto nº 4.073/2002” (INDOLFO, 2012, p. 13).

O SINAR apresenta a seguinte composição: Arquivo Nacional; arquivos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; arquivos estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; arquivos do Distrito Federal e dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; arquivos municipais dos Poderes Executivo e Legislativo; pessoas físicas e jurídicas de direito privado, mediante convênio com o órgão central (BRASIL, 1994).

Após essas iniciativas de criação e implantação do SINAR, as competências e finalidades dos Sistemas de Arquivos e do Sistema Nacional de Arquivos foram foco de algumas discussões no âmbito de eventos de Arquivologia. Um grupo de arquivistas da Associação dos Arquivistas Brasileiros em 1979, por exemplo, no I Congresso Brasileiro de Arquivologia, elaborou uma proposta de terminologia na área e entre os termos apresentados por esse grupo estava a noção de sistema como a coordenação das regras empregadas no arranjo dos documentos, já que essa noção há tempos norteava suas práticas profissionais (DANNEMANN *et al.*, 1979 *apud* JARDIM, 1995).

Em 1992 o I Seminário Nacional de Arquivos Universitários, que poderia ser chamado de I Seminário Nacional de Sistemas de Arquivos, organizado pela Coordenadoria do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) também marcou a história dos arquivos universitários do Brasil, porque esses sistemas passaram a ser tratados como área específica da Arquivologia, “fazendo emergir[...] o desenvolvimento das instituições de ensino superior, através de ações administrativas, pedagógicas, relativas à pesquisa, ensino e extensão, culturais e sociais [...]” (BOTTINO, 2012, p. 23).

Após essa data os seminários de arquivos universitários ganharam espaços nos congressos brasileiros de Arquivologia e, em 1996, foi criado o Comitê de Arquivo Universitário no âmbito da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB).

Nesse mesmo ano o Conselho Internacional de Arquivos promoveu a elaboração da primeira bibliografia sobre a temática de arquivos universitários.

Em 2006 o Arquivo Nacional realizou o I *Workshop* relacionado aos procedimentos de arquivo nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) (BOTTINO, 2012) e, em 2010, as IFES em conjunto, organizaram o I Encontro de Arquivistas das IFES (ENARQUIFES) a fim de debaterem acerca das problemáticas comuns e das perspectivas dos Sistemas de Arquivos de Instituições Federais de Ensino Superior. Em 2011 a Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) organizou o I Simpósio de Arquivologia cujo tema central tratou de Sistemas de Arquivos.

Machado (1994^{apud}JARDIM, 1995, p. 54) “menciona que várias esferas de governo já contam com Sistemas de Arquivo, quase todos estruturados a partir de um órgão central (coordenação e orientação normativa) e órgãos setoriais (execução de normas)”. Uma delas é o Governo do Estado de São Paulo que criou o Sistema de Arquivos do Estado (SAESP) através do Decreto 22.789/84. A concepção do SAESP, também intitulado de Arquivo do Estado, o coloca como cabeça dos arquivos setoriais constituídos por cada Secretaria do Estado. A outra iniciativa foi do município de Rio Claro – São Paulo, em 1979, com a promulgação da Lei Municipal 1.573 que criou o Arquivo Público e Histórico do município (CASTILHO, 1991).

Observa-se também Sistemas de Arquivos em Instituições de Ensino Superior federais e estaduais como, por exemplo, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual de Londrina, Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, Universidade de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas. Esta última foi pioneira no Brasil na criação de Sistema de Arquivos universitários, com a implantação do SIARQ (Sistema de Arquivos da Unicamp) em 1984.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos apoiaram a consecução dos objetivos específicos em relação a: a) identificação na literatura dos elementos que constituem um regime de informação; b) detectar nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do Brasil, os elementos que integram seus regimes de informação e cotejar com os elementos identificados na literatura e; c) compreender a relevância de cada elemento que constitui os regimes de informação dos Sistemas de Arquivos, na perspectiva dos pesquisados.

Alguns critérios ou requisitos foram elencados para se chegar à identificação das Instituições de Ensino Superior que fizeram parte da pesquisa.

Em primeiro lugar (primeira fase) foi preciso saber quais IES do Brasil possuíam natureza jurídica pública, tanto federais quanto estaduais, por intermédio de consulta ao *site* do Ministério da Educação (MEC) em: “Instituições Credenciadas – consulte a página do e-Mec – Consulta Avançada”. Na página de consulta avançada, selecionaram-se alguns campos de pesquisa, que resultaram na listagem de todas as IES públicas credenciadas do Brasil conforme apresentado na Figura 1 abaixo.

FIGURA 1 – Consulta à IES credenciadas.

The image shows the e-MEC website interface for searching higher education institutions. The main heading is "Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados". The search mode is set to "Consulta Avançada". The search criteria are as follows:

- Buscar por:** Instituição de Ensino Superior Curso
- Nome ou Sigla da Instituição:** [Empty text box]
- UF:** [Dropdown menu: Seleccione...]
- Município:** [Dropdown menu: Seleccione...]
- Categoria Administrativa:**
 - Pública Municipal
 - Pública Federal
 - Pública Estadual
 - Privada sem fins lucrativos
 - Privada com fins lucrativos
 - Privada beneficente
 - Especial
- Organização Acadêmica:**
 - Faculdade
 - Centro Universitário
 - Institutos Federais
 - Universidade
- Índice:** [Two dropdown menus: Seleccione...]
- Situação:** [Dropdown menu: Ativa]

A "Pesquisar" button is located at the bottom right of the search form.

Fonte: <http://emec.mec.gov.br/>

A pesquisa no *site* do MEC iniciou-se e terminou no mês de outubro de 2011 e foi retomada em meados do mês maio de 2012, até o final do referido mês.

Na listagem fornecida pelo *site* do MEC, havia 105 Instituições de Ensino Superior públicas no Brasil que eram credenciadas pelo MEC. Porém, averiguando-se com mais precisão, foram percebidas duplicidades de IES nessa listagem, referentes à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), à Universidade Estadual de Goiás (UEG) e à Universidade Federal de Goiás (UFG). Desta forma, o número de IES públicas no Brasil que fariam parte da pesquisa, após consulta ao *site* do MEC, foi 102. Entretanto, posteriormente à averiguação supracitada, foi detectado que a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ) tinha características de “especial” (denominação atribuída pelo MEC) e era de natureza jurídica privada, o que a levou a não fazer parte da pesquisa. Portanto, efetivamente participaram da primeira fase da pesquisa, 101 Instituições de Ensino Superior credenciadas pelo MEC que possuíam natureza jurídica pública.

A segunda fase da pesquisa tratou de investigar, nos *sites* das IES identificadas na primeira fase, a existência de Sistemas de Arquivos, levando em consideração também, títulos similares (dos *links*) que pudessem remeter a uma possível existência de Sistema de Arquivos nas IES pesquisadas, em consonância com o que na pesquisa foi definido como Sistema de Arquivos, ou seja, formalização e legalização do Sistema como órgão institucionalizado e com atividades práticas condizentes com um Sistema de Arquivo.

Dentre os títulos similares a Sistema de Arquivos, averiguados no andamento da pesquisa aos *sites*, estavam Arquivo Central, Arquivo Geral, Sistema de Protocolo, Protocolo, Setor de Protocolo, Sistema de Arquivos Universitários, Divisão de Documentação, Coordenadoria de Documentação, Coordenadoria de Arquivo, Divisão de arquivo, Protocolo Geral, Núcleo de Protocolo Geral, Núcleo de Documentação, Núcleo de Arquivo, Serviço de Arquivo e Protocolo, Protocolo Central, entre outros.

Para se chegar à pesquisa de títulos similares a Sistema de Arquivos, foi preciso acessar (clique) todo e qualquer *link* disponível nos *sites*. Isso significou uma busca profunda e exaustiva em *links* que se referiam desde a Órgãos Suplementares, até Divisões de Almoxarifado, passando por *links* de PróReitorias e de Boletins Notícia. Esses *links* foram importantes na pesquisa não apenas para a

identificação de existência ou não, de Sistemas de Arquivos, mas também para se conseguir os contatos de *e-mail* e telefone desses.

Portanto, das 101 IES públicas, 26 forneceram em seus *sites* informações que pudessem levar ao conhecimento da existência de Sistema de Arquivos conforme explicitado no Quadro 2 do item Ambientes da Pesquisa e 75 IES não apresentaram em seus *sites* existência de Sistemas de Arquivo, como descrito no Quadro 1 na página seguinte, identificadas segundo o Estado da Federação, os nomes das IES, a natureza jurídica e o endereço *web* (*sites*) de cada IES.

QUADRO 1 – IES sem Sistema de Arquivos.

ESTADOS	INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS DE ENSINO SUPERIOR	NATUREZA JURÍDICA	SITES
ALAGOAS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS (UNEAL)	ESTADUAL	www.uneal.edu.br
ALAGOAS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS (UNCISAL)	ESTADUAL	www.uncisal.edu.br
AMAPÁ	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ (UEAP)	ESTADUAL	www.ueap.ap.gov.br
AMAPÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP)	FEDERAL	www.unifap.br
AMAZONAS	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (UEA)	ESTADUAL	www.uea.edu.br
AMAZONAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)	FEDERAL	www.ufam.edu.br
AMAZONAS	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA (UFRA)	FEDERAL	www.ufra.edu.br
BAHIA	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)	ESTADUAL	www.uneb.br
BAHIA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS)	ESTADUAL	www.uefs.br
BAHIA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ (UESC)	ESTADUAL	www.uesc.br
BAHIA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)	ESTADUAL	www.uesb.br
BAHIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)	FEDERAL	www.ufba.br
BAHIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)	FEDERAL	www.ufrb.edu.br
BRASÍLIA	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)	FEDERAL	www.unb.br
CEARÁ	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)	ESTADUAL	www.uece.br
CEARÁ	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO VALE DO AÇARAÚ (UVA)	ESTADUAL	www.uva.br
CEARÁ	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)	FEDERAL	www.unilab.edu.br
CEARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)	FEDERAL	www.ufc.br
CEARÁ	UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI (URCA)	FEDERAL	www.urca.br
ESPIRITO SANTO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)	FEDERAL	www.ufes.br
GOIÁS	UNIVERSIDADE DE RIO VERDE (FESURV)	MUNICIPAL	www.fesurv.br
MARANHÃO	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA)	ESTADUAL	www.uema.br
MARANHÃO	UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DO MARANHÃO (UNIVIMA)	ESTADUAL	www.univima.ma.gov.br
MARANHÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)	FEDERAL	www.ufma.br
MATO GROSSO	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT)	ESTADUAL	www.unemat.br
MATO GROSSO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)	FEDERAL	www.ufmt.br
MATO GROSSO DO SUL	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL (UEMS)	ESTADUAL	www.uems.br
MINAS GERAIS	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS (UEMG)	ESTADUAL	www.uemg.br
MINAS GERAIS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES)	ESTADUAL	www.unimontes.br
MINAS GERAIS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS (UNIFAL)	FEDERAL	www.efoa.br
MINAS GERAIS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ (UNIFEI)	FEDERAL	www.unifei.edu.br
MINAS GERAIS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLLA)	FEDERAL	www.ufla.br
MINAS GERAIS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)	FEDERAL	www.ufmg.br
MINAS GERAIS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI (UFSJ)	FEDERAL	www.ufsj.edu.br
MINAS GERAIS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)	FEDERAL	www.ufv.br
MINAS GERAIS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO (UFTM)	FEDERAL	www.uftm.edu.br

MINAS GERAIS	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM)	FEDERAL	www.uvjm.edu.br
PARÁ	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ (UEPA)	ESTADUAL	www.uepa.br
PARAÍBA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB)	ESTADUAL	www.uepb.edu.br
PARAÍBA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)	FEDERAL	www.ufcg.edu.br
PARANÁ	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)	ESTADUAL	www.uem.br
PARANÁ	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG)	ESTADUAL	www.uepg.br
PARANÁ	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE (UNICENTRO)	ESTADUAL	www.unicentro.br
PARANÁ	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ (UENP)	ESTADUAL	www.uenp.edu.br
PARANÁ	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE)	ESTADUAL	www.unioeste.br
PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)	FEDERAL	www.unila.edu.br
PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)	FEDERAL	www.ufpr.br
PARANÁ	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR)	FEDERAL	www.utfpr.edu.br
PERNAMBUCO	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF)	FEDERAL	www.univasf.edu.br
PERNAMBUCO	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)	FEDERAL	www.ufrpe.br
PIAUI	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI (UESPI)	ESTADUAL	www.uespi.br
PIAUI	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI (UFPI)	FEDERAL	www.ufpi.br
RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ)	ESTADUAL	www.uerj.br
RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO (UENF)	ESTADUAL	www.uenf.br
RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)	FEDERAL	www.ufrrj.br
RIO GRANDE DO NORTE	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN)	ESTADUAL	www.uern.br
RIO GRANDE DO NORTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)	FEDERAL	www.ufrn.br
RIO GRANDE DO NORTE	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA)	FEDERAL	www.ufersa.edu.br
RIO GRANDE DO SUL	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL (UERGS)	ESTADUAL	www.uergs.edu.br
RIO GRANDE DO SUL	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE (UFCSPA)	FEDERAL	www.ufcspa.edu.br
RIO GRANDE DO SUL	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (UNIPAMPA)	FEDERAL	www.unipampa.edu.br
RIO GRANDE DO SUL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)	FEDERAL	www.ufpel.edu.br
RIO GRANDE DO SUL	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)	FEDERAL	www.furg.br
RONDÔNIA	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)	FEDERAL	www.unir.br
RORAIMA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA (UERR)	ESTADUAL	www.uerr.edu.br
	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (UFRR)	FEDERAL	www.ufrr.br
SANTA CATARINA	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU (FURB)	FEDERAL	www.furb.br
SÃO PAULO	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ (UNITAU)	MUNICIPAL	www.unitau.br
SÃO PAULO	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (UNESP)	ESTADUAL	www.unesp.br
SÃO PAULO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)	FEDERAL	www.ufscar.br
SÃO PAULO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP)	FEDERAL	www.unifesp.br
SÃO PAULO	UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL (USCS)	MUNICIPAL	www.uscs.edu.br
SERGIPE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)	FEDERAL	www.ufs.br
TOCANTINS	UNIVERSIDADE DO TOCANTINS (UNITINS)	FEDERAL	www.unitins.br
TOCANTINS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)	FEDERAL	www.uft.edu.br

Fonte: A própria autora.

Das 26 IES identificadas como tendo Sistema de Arquivos, uma, a Universidade Estadual de Londrina, em destaque no Quadro 2 participou, por intermédio do SaueI (Sistema de Arquivos da Uel), de pré-teste do instrumento de coleta de dados (formulário de pesquisa) da pesquisa. Portanto, foram 25 as IES participantes da coleta de dados.

A elaboração do instrumento de coleta de dados (APÊNDICE A) fez parte da terceira fase da pesquisa e a opção foi por um formulário *online*. Dentre muitas ferramentas que disponibilizam formulários *online* gratuitos para pesquisa, o *SurveyMonkey* pareceu ser o mais adequado para o alcance dos objetivos da pesquisa. Ele está disponível em www.surveymonkey.com e oferece a função de construção de formulários/questionários após um cadastro simples. Esta ferramenta também cria os *links* de acesso aos formulários e, caso seja necessário, faz o envio para endereços de *e-mail* previamente cadastrados e para redes sociais.

Após a elaboração e pré-teste do formulário de pesquisa, ocorreram contatos com os Sistemas de Arquivo através dos endereços de *e-mail* informados nos *sites* das IES. As IES que não divulgaram em seus *sites* o endereço de *e-mail* de seus Sistemas de Arquivos foram contatadas via telefone para que fornecessem seus contatos de *e-mail* para posterior envio do formulário de pesquisa.

3.1 Ambientes da Pesquisa

Os sujeitos respondentes da pesquisa foram os chefes, coordenadores, diretores e/ou presidentes de cada Sistema de Arquivos, pois acredita-se serem eles os indivíduos que compreendem a totalidade organizacional e informacional dos sistemas, das IES e da Rede de Arquivos.

Notou-se certa disparidade em relação aos termos (títulos) utilizados pelas IES para se referirem a seus Sistemas de Arquivo. O Quadro 2 na página seguinte, evidencia o exposto. A primeira coluna mostra o nome das IES e a segunda o endereço *web* (*sites*) das IES e/ou de cada Sistema de Arquivos (englobando a alocação desses sistemas na estrutura hierárquica dessas IES) e a denominação dada pelas IES aos seus Sistemas de Arquivos.

QUADRO 2 – IES com Sistema de Arquivos.

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL	SISTEMA DE ARQUIVOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)	www.ufac.br (Unidades Administrativas - Órgãos Suplementares - (Arquivo Geral) ou http://www.ufac.br/portal/unidades-administrativas/orgaos-complementares/arquivo-geral
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)	www.ufal.edu.br (Órgãos de apoio – Administrativo – Sinfra - Arquivo Central)
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG)	www.ueg.br (Pró Reitoria de Planejamento, Gestão e Finanças – Infraestrutura, apoio logístico e suplementos - Arquivo Geral)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)	www.cidarq.ufg.br (Imagem Institucional - Centro de Informação, Documentação e Arquivo - CIDARQ)
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)	http://www.ufgd.edu.br/reitoria/cad/coseg/protocolo (Reitoria – Coordenadoria especial de administração Universitária – COSEG – Divisão de Protocolo)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)	www.prad.ufms.br (Pró Reitoria de Administração – downloads – Protocolo Central – Arquivo Central)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)	http://www.ufff.br/siarqsis/ ou: http://www.siarq.ufff.br (Utilidades – Consulta Pública – Sistema de Arquivos - Siarq)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP)	http://www.proad.ufop.br/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=10&Itemid=12 (Pró Reitoria de Administração – Arquivo Central)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)	www.portal.prefeitura.ufu.br (Prefeitura Universitária - Diretoria de Logística – Divisão de Documentação)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA)	http://www.ufopa.edu.br/institucional/suplementares/arquivo (Institucional – Órgãos Suplementares – Arquivo Central)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)	www.ufpa.br/arquivocentral (Arquivo Central)
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)	www.ufpb.br/arquivogeral (Arquivo Geral)
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)	www.uel.br/sauel/portal (Sistema de Arquivos da Uel – Sauel)
UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO (UPE)	http://www.upe.br/index.php?option=com_content&view=article&id=151 (Órgãos Suplementares - Núcleo de Gestão de Bibliotecas e Documentação –NBID)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)	http://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=37579:arquivo-geral-da-ufpe-ganha-novas-instalacoes&catid=5&Itemid=78 (Progest – Divisão de Arquivo Geral)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)	http://www2.unirio.br/unirio/arqcent (Estrutura – Órgãos Suplementares – Arquivo Central)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)	www.ufrj.br (Pró Reitoria de Gestão e Governança - Divisão de Gestão Documental e da Informação)
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)	http://www.ndc.uff.br (Pró Reitorias e Superintendências – Superintendência de Documentação)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)	www.ufsm.br (Órgãos Suplementares – Departamento de Arquivo Geral)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)	http://www.ufrgs.br/proplan (Pró Reitoria de Planejamento – Departamento Geral de Assessoramento da Proplan – Divisão de Documentação)
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC)	http://www.udesc.br/make_page.php?id=234 (Administração - Pró Reitoria de Planejamento – Gestão Documental (Coordenadoria de Documentação – Cdoc))
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS)	www.uffs.edu.br (Biblioteca – Diretoria de Gestão da Informação (Divisão de Arquivos))
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)	http://proinfra.ufsc.br/dsg/dsg-estrutura ou http://arquivocentral.ufsc.br (Departamento de Serviços Gerais – Divisão de Arquivo ou Departamento de Serviços Gerais – <i>link para site</i> – Divisão de Arquivo Central – acesse o <i>site</i> externo)
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)	www.usp.br/sausp(Arquivo Geral da Universidade de São Paulo - Sausp) www.usp.br/codage (vinculado à CODAGE)
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)	www.siarq.unicamp.br/siarq(Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas – Siarq)
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC)	http://www.ufabc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3819&Itemid=280 (Administração – Secretaria Geral – Divisão de Arquivo e Protocolo)

Fonte: A própria autora.

No Quadro 2, a Universidade Federal do Acre (UFAC), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e a Universidade de São Paulo (USP) utilizam o termo “Arquivo Geral” para designar seus Sistemas de Arquivo; de forma semelhante, os termos “Divisão de Arquivo Geral” e “Departamento de Arquivo Geral”, são utilizados, respectivamente, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

As Universidades que utilizam o termo “Arquivo Central” são: Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) atribui aos seus Sistemas de Arquivos a denominação de “Divisão de Arquivo Central”, termo que se assemelha ao título “Arquivo Central” das demais universidades acima citadas.

Dentre as universidades que utilizam o termo “Sistema de Arquivos” está a Universidade Estadual de Londrina (UEL), a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Duas das 26 IES utilizam o termo “Divisão de Documentação” para designar seus Sistemas de Arquivos: a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E duas Fundações utilizam o termo “Divisão de Protocolo”: a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e a Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC).

Já a Universidade Federal de Goiás (UFG) utiliza o termo “Centro de Informação, Documentação e Arquivo” para seu Sistema de Arquivos; a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) o denomina “Divisão de Arquivos”; a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) o termo “Coordenadoria de Documentação”; a Universidade Federal Fluminense (UFF) o termo “Superintendência de Documentação”; a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) designa “Divisão de Gestão Documental e da Informação”; e a Universidade de Pernambuco (UPE) utiliza a expressão “Núcleo de Gestão de Bibliotecas e Documentação”.

3.1.1 Caracterização das IES Pesquisadas

3.1.1.1 Universidade Federal do Acre (UFAC)

A Universidade Federal do Acre tem sede na cidade de Rio Branco, capital do Estado e é uma instituição pública e gratuita, mantida pela Fundação Universidade Federal do Acre, criada pelo Decreto n.º 74.706, de 17 de outubro de 1974, nos termos da Lei n.º 6.025, de 5 de abril de 1974, e é voltada ao desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão. Sua estrutura é formada por Comissões Permanentes, Órgãos Integradores, PróReitoria de Administração, PróReitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas, PróReitoria de Extensão e Cultura, PróReitoria de Graduação, PróReitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró Reitoria de Planejamento, Reitoria e Órgãos Suplementares (www.ufac.br).

3.1.1.2 Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

A Universidade Federal de Alagoas é a maior instituição pública de ensino superior do Estado de Alagoas. Foi criada em 25 de janeiro de 1961 reunindo as Faculdades de Direito (1933), Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957). O novo Estatuto da Ufal, aprovado pela Portaria do MEC nº 4.067, de 29 de dezembro de 2003, estabeleceu critérios para que um Centro ou Departamento pudesse se tornar uma Unidade Acadêmica. Em janeiro de 2006, foi homologado o Regimento Geral, por meio da Resolução Nº 01/2006 – Consuni/Cepe, que deu origem a uma nova estrutura organizacional. Dentro do Plano de Expansão das instituições públicas de ensino superior, denominado Expansão com Interiorização, do Governo Federal, a Ufal criou, em 2006, o Campus Arapiraca, no agreste alagoano, que se estende de sua sede, em Arapiraca, para as unidades em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa. Em 2010, foi inaugurado o Campus do Sertão, com sede em Delmiro Gouveia e a unidade de Santana do Ipanema (www.ufal.edu.br).

3.1.1.3 Universidade Estadual de Goiás (UEG)

A Universidade Estadual de Goiás foi criada em 1999, pela Lei nº 13.456, de 16 de abril de 1999. Organizada como uma Universidade *multicampi*, sua sede central em Anápolis é resultado do processo de transformação da antiga Universidade Estadual de Anápolis (UNIANA) e da incorporação de outras 12 Instituições de Ensino Superior isoladas, mantidas pelo poder público. Inicialmente a Instituição foi vinculada à Secretaria Estadual de Educação, passando a ser jurisdicionada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia de Goiás a partir de 29 de dezembro de 1999 (www.ueg.br).

3.1.1.4 Universidade Federal de Goiás (UFG)

A Universidade Federal de Goiás foi criada no dia 14 de dezembro de 1960 com a reunião de cinco escolas superiores existentes em Goiânia: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Escola de Engenharia, o Conservatório de Música e a Faculdade de Medicina. A partir dessa data, Goiás passou a formar seus próprios quadros profissionais e a não depender de mão-de-obra qualificada vinda de outras regiões do país (www.ufg.br).

3.1.1.5 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul teve sua origem em 1962, com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia, em Campo Grande, embrião do ensino superior público no sul do então Estado de Mato Grosso. A divisão do Estado de Mato Grosso concretizou a federalização da instituição, que passou a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, através da Lei Federal nº 6.674, de 5 de julho de 1979. Quando o Campus de Dourados foi inaugurado em 20 de dezembro de 1970 promoveu o primeiro vestibular para os cursos de Letras e Estudos Sociais (Licenciatura Curta). Esse Campus posteriormente se tornou a Universidade Federal da Grande Dourados (www.ufms.edu.br).

3.1.1.6 Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

A Universidade Federal de Juiz de Fora foi criada pela Lei nº 3.858, de 23 de dezembro de 1960 e é Instituição Federal de Ensino Superior, com sede na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais. Sua estrutura institucional é formada pelos Colegiados Superiores, Reitoria, Pró-Reitorias, Secretarias, Unidades Acadêmicas, Órgãos Suplementares e Procuradoria Federal (www.ufjf.br).

3.1.1.7 Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

A Universidade Federal de Ouro Preto foi instituída como Fundação de Direito Público em 21 de agosto de 1969, incorporando duas instituições de ensino superior centenárias: a Escola de Farmácia e a Escola de Minas. Conciliando tradição e modernidade, a Universidade Federal de Ouro Preto expandiu-se com a criação de novas unidades acadêmicas e com a implantação de dezenas de cursos. A UFOP oferece atualmente 38 cursos de graduação presencial e seis cursos no Centro de Educação Aberta e a Distância (www.ufop.br).

3.1.1.8 Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

A Universidade Federal de Uberlândia é uma fundação pública de educação superior, integrante da Administração Federal Indireta, com sede e foro na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, autorizada a funcionar pelo Decreto-Lei nº 762, de 14 de agosto de 1969 e federalizada pela Lei nº 6.532, de 24 de maio de 1978. Sua estrutura institucional é formada por Conselhos Superiores, Reitoria, Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Unidades Acadêmicas (www.ufu.br).

3.1.1.9 Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

A Universidade Federal do Oeste do Pará foi criada pela Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009 e é a primeira instituição federal de ensino superior com sede no município de Santarém, na Amazônia. A UFOPA surgiu da incorporação do Campus de Santarém da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Unidade Descentralizada Tapajós da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), que mantinham atividades na região Oeste Paraense. A UFOPA assimilou também outras unidades da UFPA e da UFRA para a formação dos *campi* de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. Em Santarém, a UFOPA mantém suas atividades em dois *campi*: o Campus Rondon, localizado no bairro Caranazal (antigas instalações da UFPA) e o Campus Tapajós, localizado no bairro Salé (antigas instalações da UFRA) (www.ufopa.edu.br).

3.1.1.10 Universidade Federal do Pará (UFPA)

A Universidade do Pará foi criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, sancionada por Juscelino Kubitschek, após cinco anos de tramitação legislativa. Congregou as sete faculdades federais, estaduais e privadas existentes em Belém: Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais. Decorridos mais de 18 meses de sua criação, a Universidade do Pará foi instalada em 31 de janeiro de 1959. Sua instalação foi um ato meramente simbólico, isso porque o Decreto nº 42.427 já aprovara, em 12 de outubro de 1957, o primeiro Estatuto da Universidade que definia a orientação da política educacional da Instituição e, desde 28 de novembro do mesmo ano, já estava em exercício o primeiro reitor, Mário Braga Henriques (www.porta.ufpa.br).

3.1.1.11 Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

A Universidade Federal da Paraíba foi criada pela Lei Estadual nº 1.366, de 02 de dezembro de 1955 e instalada sob o nome de Universidade da Paraíba como resultado da junção de algumas escolas superiores. Posteriormente, com a sua

federalização, aprovada e promulgada pela Lei nº. 3.835, de 13 de dezembro de 1960, foi transformada em Universidade Federal da Paraíba, incorporando as estruturas universitárias existentes nas cidades de João Pessoa e Campina Grande. A partir de sua federalização, a UFPB desenvolveu uma crescente estrutura *multicampi*, isso significou uma atuação em sete *campi* implantados nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras, estrutura posteriormente modificada com a autonomia do *campus* de Campina Grande (www.ufpb.br).

3.1.1.12 Universidade Estadual de Londrina (UEL)

A Universidade Estadual de Londrina, criada pelo Decreto nº 18.110, de 28 de janeiro de 1970, com sede e foro na cidade de Londrina, Estado do Paraná, é entidade de direito público, titular das prerrogativas de autonomia estabelecidas no artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil e no artigo 180 da Constituição do Estado do Paraná. Goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e rege-se por um Estatuto, por Regimento Geral e por Resoluções de seus Conselhos, obedecidas as Legislações Estadual e Federal (SILVA, 1996).

3.1.1.13 Universidade de Pernambuco (UPE)

A Universidade de Pernambuco teve sua origem na Fundação de Ensino Superior da Pernambuco – FESP, mantenedora, desde 1965, de um grupo de Unidades de Ensino Superior pré-existentes no Estado. Extinta a FESP, em 1990, foi criada em seu lugar, pela Lei Estadual nº 10.518, de 29 de novembro de 1990, a Fundação Universidade de Pernambuco, instituição de direito público que viria a ser mantenedora da nova Universidade de Pernambuco, reconhecida pela Portaria Ministerial nº 964, de 12 de junho de 1991. Vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (SECTEC), a UPE tem a missão de contribuir para o desenvolvimento sustentável de Pernambuco através do ensino, da pesquisa e da extensão universitária (www.upe.br).

3.1.1.14 Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

A história da Universidade Federal de Pernambuco teve início em 11 de agosto de 1946, data de fundação da Universidade do Recife (UR), criada por meio do Decreto-Lei da Presidência da República nº 9.388, de 20 de junho de 1946. A UR reunia a Faculdade de Direito do Recife, a Escola de Engenharia de Pernambuco, a Faculdade de Medicina do Recife, com as escolas anexas de Odontologia e Farmácia, a Escola de Belas Artes de Pernambuco e a Faculdade de Filosofia do Recife. Passados 19 anos, a Universidade do Recife foi integrada ao grupo de instituições federais do sistema de educação do País, recebendo a denominação de Universidade Federal de Pernambuco, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (www.ufpe.br).

3.1.1.15 Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, com sede no município do Rio de Janeiro, é uma Fundação instituída pelo Poder Público, vinculada ao Ministério da Educação e integra o Sistema Federal de Ensino Superior. Originou-se da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara – FEFIEG, criada pelo Decreto-Lei nº 773, de 20 de agosto de 1969, passando a denominar-se Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro – FEFIERJ, pelo Decreto-Lei nº 7.683, de 17 de dezembro de 1975, e transformada em Universidade do Rio de Janeiro pela Lei nº 6.655, de 05 de junho de 1979. Sua missão é produzir e disseminar o conhecimento nos diversos campos do saber, preparando profissionais competentes e atualizados para o mundo do trabalho e para a melhoria das condições de vida da sociedade (BRASIL, 2001).

3.1.1.16 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

A Universidade Federal do Rio de Janeiro foi criada no dia 07 de setembro de 1920, com o nome de Universidade do Rio de Janeiro. Reorganizada em 1937, quando passou a se chamar Universidade do Brasil, tem a atual denominação desde 1965. Sua implantação formalizou instituições de ensino superior já existentes: a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e a Faculdade de Direito, sendo esta

última resultante da união de duas outras escolas livres já existentes. Hoje a UFRJ é formada pelas Unidades Acadêmicas, Prefeitura Universitária, Reitoria, PróReitorias, Decanias, Colegiados Superiores, Escritório Técnico, Setor de Convênios e Relações Internacionais, Coordenadoria de Relações Institucionais e Articulações com a sociedade, Auditoria Interna e Procuradoria Federal (www.ufrj.br).

3.1.1.17 Universidade Federal Fluminense (UFF)

A Universidade Federal Fluminense, com sede na cidade de Niterói e âmbito em todo o Estado do Rio de Janeiro, criada pela Lei nº 3.848 de 18 de dezembro de 1960, instituída conforme a Lei nº 3.958 de 13 de setembro de 1961, reestruturada nos termos do Decreto nº 62.414, é uma entidade federal autárquica, deregime especial, com autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar, econômica e financeira. Sua estrutura comporta Cursos de Graduação e Pós-Graduação, Reitoria e Prós-Reitorias, Superintendências, Conselhos Superiores e Hospital Universitário (www.uff.br).

3.1.1.18 Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Universidade Federal de Santa Maria foi criada pela Lei nº 3.834, de 14 de dezembro de 1960, com a denominação de Universidade de Santa Maria, instalada em 18 de março de 1961. A UFSM é uma Instituição Federal de Ensino Superior constituída como Autarquia Especial vinculada ao Ministério da Educação. A atual estrutura conta com Órgãos Executivos, Órgãos Suplementares, Reitoria, PróReitorias, Unidades Universitárias. Da estrutura da Universidade, fazem parte também três escolas de ensino médio e tecnológico: Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Agrícola de Frederico Westphalen e o Colégio Técnico Industrial de Santa Maria. A UFSM está localizada no centro geográfico do estado do Rio Grande do Sul, distante 290 km de Porto Alegre (www.ufsm.br).

3.1.1.19 Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, denominada em 1934 de Universidade de Porto Alegre foi criada pelo Decreto Estadual nº 5.758, de 28 de novembro de 1934. Foi, inicialmente, constituída dos seguintes estabelecimentos: Faculdade de Medicina, com as Escolas de Odontologia e Farmácia; Faculdade de Direito, com a Escola de Comércio; Escola de Engenharia, com os cursos de Veterinária e Agronomia; Instituto de Belas Artes e Faculdade de Educação, Ciências e Letras (www.ufrgs.br).

3.1.1.20 Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

A Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina é fundação pública, sem fins lucrativos, instituída e mantida pelo Estado de Santa Catarina, com base no artigo 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Estadual de 1989 e na Lei nº 8.092, de 12 de outubro de 1990, com sede e foro na cidade de Florianópolis e jurisdição em todo o território catarinense. Regida pela legislação que lhe for aplicável e pelo seu Estatuto, tem por objetivos específicos o ensino, a pesquisa e a extensão, integrados na formação técnico-profissional, na difusão da cultura e na criação filosófica, científica, artística e tecnológica (BRASIL, 1990).

3.1.1.21 Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

A Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul foi empossada no início de 2009 e a Universidade Federal de Santa Catarina cedeu espaço para os trabalhos. Definidos a sede e os cinco *campi* da instituição, as visitas às cidades eleitas seguiram, enquanto o MEC designou a UFSC como tutora da UFFS. Aos poucos ficaram definidos os locais provisórios de instalação da UFFS e foi sendo constituído o Projeto Pedagógico Institucional. Em setembro de 2009, a criação da UFFS é oficializada com a Lei nº 12.029. A data que marca a constituição completa da comunidade acadêmica da UFFS foi 29 de março de 2009 (www.uffs.edu.br).

3.1.1.22 Universidade de São Paulo (USP)

Criada em 1934, a Universidade de São Paulo (USP) é uma universidade pública, mantida pelo Estado de São Paulo e ligada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e das mais importantes instituições de nível superior do Brasil. O talento e dedicação dos docentes, alunos e funcionários têm sido reconhecidos por diferentes *rankings* mundiais, criados para medir a qualidade das universidades a partir de diversos critérios, principalmente os relacionados à produtividade científica (www5.usp.br).

3.1.1.23 Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

A UFSC foi criada com o nome de Universidade de Santa Catarina, em dezembro de 1960 e contava, com 847 alunos e 49 docentes provindos de sete faculdades isoladas que inicialmente a compuseram, junto com uma nova faculdade. As faculdades de Farmácia e Odontologia, Direito e Ciências Econômicas tinham suas raízes no Instituto Politécnico, fundado em 1917 com apoio do governo estadual e na Academia de Comércio, uma instituição privada subsidiada pelo governo estadual, que absorveu o Instituto nos anos 1930. O Instituto Politécnico ofereceu nos anos seguintes os primeiros cursos superiores em áreas técnicas. Durante as discussões que levaram à criação do Curso de Direito nos anos 1930, já se mencionava o interesse em criar uma universidade no Estado. De fato, buscava-se acompanhar um movimento que ocorria no país na onda de criação de universidades públicas, em cidades médias, na década de 1960 (www.ufsc.br).

3.1.1.24 Universidade de Campinas (UNICAMP)

A Unicamp foi oficialmente fundada em 5 de outubro de 1966. Mesmo num contexto universitário recente, em que a universidade brasileira mais antiga tem pouco mais de sete décadas, a Unicamp pode ser considerada uma instituição jovem que já conquistou forte tradição no ensino, na pesquisa e nas relações com a sociedade. O projeto de instalação da Unicamp veio responder à crescente demanda por pessoal qualificado numa região do País, o Estado de São Paulo, que

já na década de 1960 detinha 40% da capacidade industrial brasileira e 24% de sua população economicamente ativa (www.unicamp.br).

3.1.1.25 Universidade Federal do ABC (UFABC)

Pela Lei nº 3.962 de 2004, nasceu a Universidade Federal do ABC. O Projeto Acadêmico da UFABC procurou levar em conta as mudanças no campo da ciência, propondo uma matriz interdisciplinar, caracterizada pela intercessão de várias áreas do conhecimento científico e tecnológico, ressaltando a importância de uma formação integral, que incluiu a visão histórica da civilização e privilegiou a capacidade de inserção social no sentido amplo. Além disso, o projeto tem como meta a criação de um ambiente acadêmico favorável ao desenvolvimento social, contribuindo para a busca de soluções para os problemas regionais e nacionais, a partir da cooperação com outras instituições de ensino e pesquisa e instâncias do setor industrial e dos poderes executivo, legislativo e judiciário (www.ufabc.edu.br).

3.2 Instrumento de Coleta de Dados

Para a coleta de dados foi desenvolvido um formulário de pesquisa (APÊNDICE A) que conteve duas perguntas. A primeira referiu-se à existência ou não dos elementos do Regime de Informação (ATORES, RECURSOS, CANAIS e MENSAGENS) nos Sistemas de Arquivos pesquisados onde os respondentes pudessem assinalar o campo "Sim, existe" (caso o item correspondesse à realidade do Sistema de Arquivos da IES onde eles trabalham) ou o campo "Não, não existe" (caso o item não correspondesse à realidade do Sistema de Arquivos da IES onde trabalham). Os exemplos de Atores apareceram no formulário de pesquisa, nos primeiros itens de respostas, seguidos dos exemplos de Recursos, Canais e Mensagens, onde os sujeitos respondentes pudessem responder às perguntas de forma contínua.

Além dessas opções de resposta relativas aos exemplos de elementos de Regime de Informação, um campo, "Outro (Especifique)" foi colocado na última linha do formulário tanto na pergunta um, quanto na pergunta dois, para que os sujeitos pudessem acrescentar outro(s) exemplo(s) de elemento de Regime de Informação, caso existisse na IES onde eles trabalham o que totalizou em 27 opções de resposta

nesta primeira coluna. Entretanto, não houve respostas nessa opção que pudessem contribuir com os objetivos das perguntas realizadas.

As opções de resposta para “Sim, existe” e “Não, não existe”, referentes à pergunta 1, foram colocadas na segunda e terceiras colunas, respectivamente.

A segunda pergunta se referiu à relevância dos exemplos de elementos Regimes de Informação na opinião dos chefes/diretores dos Sistemas de Arquivos pesquisados, onde estes pudessem atribuir graus de relevância, utilizando-sea escala de *Likert* com seis graus, variando de zero (pouco relevante) a cinco (muito relevante), aos exemplos de ATORES, RECURSOS, CANAIS e MENSAGENS elencados no formulário e selecionados da literatura estudada. Embora os elementos do Regime de Informação formem categorias distintas, conforme explicitado no Quadro 3, na página 85 que resume o aporte teórico sobre o tema, optou-se por não distinguir essas categorias no formulário, uma vez que tal distinção poderia confundir o respondente. Assim, no formulário os sujeitos indicaram suas respostas numa lista contínua de exemplos que constituem os elementos de um Regime de Informação. (vide formulário no Apêndice A).

A escala *Likert* classifica-se como uma escala que visa medir atitudes de forma somatória, em que os sujeitos respondem cada pergunta/item concordando ou discordando com a alternativa de resposta. A posição do indivíduo na escala de atitudes resulta do conjunto de suas respostas a uma série de perguntas/itens considerados significativos da parte do questionador. Não importam os interesses intrínsecos de cada resposta/item, mas importa o resultado total que cada indivíduo obtém pela combinação das respostas aos vários itens/perguntas (OLIVEIRA, 2001).

No cabeçalho do formulário (antes das perguntas), os sujeitos foram informados sobre a finalidade e a importância da participação na pesquisa, ao mesmo tempo em que foi informado o sigilo da pesquisa em relação aos dados que seriam por eles fornecidos.

Mas antes do preenchimento das respostas, foi solicitada a indicação do nome da IES onde trabalham. Além disso, breve nota explicativa propiciou o entendimento da literatura acerca dos elementos que constituem um Regime de Informação e de Sistema de Arquivos.

Com o objetivo de verificar a compreensão, coerência e aplicabilidade das questões, o formulário de pesquisa foi pré testado com um sujeito não participante da pesquisa, cuja instituição de origem tem características semelhantes às da

população em estudo. Os resultados desse pré-teste foram analisados, permitindo assim, a elaboração do formulário definitivo. A IES que participou do pré-teste foi a Universidade Estadual de Londrina no início do mês de abril de 2012.

O próximo passo foi aplicar o formulário definitivo (terceira fase) que, meio das respostas dos sujeitos pesquisados, trouxe o levantamento da realidade dos Sistemas de Arquivos em relação à existência e não existência de elementos de Regime de Informação, tanto como saber os graus de relevância de cada elemento exemplificado.

3.3 Intercorrências da Pesquisa

A acessibilidade e a usabilidade dos *sites* das IES pesquisadas foram, em muitos momentos, pontos de entrave para a pesquisa. Foi preciso, na maioria das vezes, durante a pesquisa aos *sites* dessas IES, percorrer “caminhos” (*links*, *menus*, *guias*) que aparentemente não se relacionavam com o termo Sistema de Arquivos. Assim, foram pesquisados *links* de *downloads*, *links* de notícias, de setores de almoxarifado, de setores de compras, Divisão de Logística, de Infraestrutura e até de Consulta Pública. De fato, todo e qualquer *link* foi acessado a fim de que a pesquisa pudesse ter um resultado mais fidedigno. O campo “Pesquisar” ou “Procurar”, foram em várias vezes nos *sites*, utilizados, indicando-se palavras-chaves que pudessem recuperar informações acerca da existência de Sistemas de Arquivos nas IES pesquisadas. As palavras-chave foram: Sistema de Arquivos, Arquivo Geral, Arquivo Central, Protocolo, Sistema de Protocolo, Arquivo Universitário, dentre outros.

Outro fator de entrave e também de imprevistos foi o envio do formulário de pesquisa e o retorno com as respostas. No dia 23 de abril de 2012 foi enviado para as 25 IES um *e-mail* com o *link* de acesso ao formulário *online*. Como não houve retorno dessas IES, no dia 15 de maio de 2012, outro *e-mail* foi enviado solicitando novamente a participação delas na pesquisa, com o prazo para envio das respostas até 31 de maio de 2012. Em 18 de maio de 2012 uma IES retornou o contato para solicitar o envio do formulário em formato *Word* (Pacote *Office* do *Windows*), dia em que novo *e-mail* foi enviado atendendo à solicitação.

Como a própria ferramenta *SurveyMonkey* poderia enviar os *e-mails* e o *link* para o formulário, em 18 de maio foi reenviado o formulário através do

SurveyMonkey. Outro *e-mail* foi encaminhado, em 29 de maio, às IES participantes da pesquisa a fim de lembrá-las sobre a data final de envio das respostas.

Como no final do mês de maio de 2012 havia apenas algumas respostas, em junho foi feito contato por telefone com aquelas IES que não haviam respondido ao formulário. E após esse contato, outras IES remeteram o formulário respondido. Em 14 de junho de 2012 mais uma IES solicitou via telefone o envio do formulário no formato *Word*, solicitação atendida no mesmo dia.

Em 3 de julho novos contatos telefônicos foram estabelecidos com as IES, porém sem sucesso com as IES federais, que iniciaram greve profissional e estavam com as atividades paralisadas. De qualquer forma, obteve-se sucesso do contato telefônico com as IES estaduais. Nesse dia um novo *e-mail* foi enviado tanto para as IES federais quanto para as estaduais.

Do total de 25 Sistemas de Arquivos, que corresponderia a 100% das IES pesquisadas, dez (40%) responderam ao formulário de pesquisa; entretanto, nove (100%) foi o número válido de respostas utilizadas na análise dos resultados, já que um sujeito, apesar de ter preenchido no formulário o nome da IES onde trabalha, não respondeu às perguntas subsequentes.

A data limite estabelecida para o recebimento das respostas foi 9 de julho de 2012, porém o último recebimento do formulário respondido aconteceu em 4 de julho.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Elementos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições Públicas Brasileiras de Ensino Superior

Os elementos de Regime de Informação mencionados abaixo, mais especificamente no formulário de pesquisa e na análise dos resultados, referem-se ao que Maria Nélide González de Gómez e Marize Chicanel abordaram em um de seus textos de 1999 ao utilizarem a área da saúde para exemplificar como se constituem os Regimes de Informação. Para as autoras, o Regime de Informação em Saúde, é o conjunto de recursos, canais, atores e mensagens que possibilitam, agregam, segmentam ou dispersam os fluxos da informação sobre a Saúde e para a Saúde (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; CHICANEL, 1999). Todavia, nesta pesquisa convencionou-se utilizar os termos **Recursos, Canais, Atores e Mensagens** como categorias de elementos para designar, em qualquer campo de estudo, os elementos que constituem Regimes de Informação específicos e não somente aqueles relacionados à área da saúde. Esse entendimento adveio da literatura conceitual de Regime de Informação e da literatura específica de Recursos, Canais, Atores e Mensagens, pois são explicações relacionadas aos conceitos apresentados por González de Gómez e Chicanel (1999) quando exemplificaram o Regime de Informação em saúde.

Também na literatura de Regime de Informação (R.I) foi possível identificar exemplos e descrições gerais de elementos de Regime de Informação, conforme González de Gómez e Chicanel expressam a respeito dos Recursos, Canais, Atores e Mensagens; todavia, esses exemplos e descrições foram retirados de colocações feitas por Bernd Frohmann (1995), Maria Nélide González de Gómez (1999;2002) e Rodrigo Unger (2006), assim como descrito no Quadro 3.

Entretanto, foi na literatura arquivística referente a Sistema de Arquivos, que se puderam identificar exemplos específicos de elementos de Regime de Informação. Ou seja, esses exemplos se evidenciaram após identificação na literatura, dos elementos de Regime de Informação e as características de Sistemas de Arquivos. Um fator que também auxiliou nesta identificação foi a experiência profissional da proponente desta pesquisa em consultoria e assessoria em gestão de arquivos e documentos e também como docente do curso de Arquivologia da

Universidade Estadual de Londrina, o que possibilitou contato com a realidade do Sistema de Arquivos da UEL, o SAUEL.

Em consonância ao exposto acima, o Quadro 3 (Elementos e exemplos de elementos de Regime de Informação) abaixo colocado, evidencia, na primeira coluna, os elementos de Regime de Informação, apresentados por González de Gómez e Chicanel, na segunda coluna os exemplos e descrições de elementos de Regime de Informação e na terceira coluna os autores que discorrem sobre os exemplos de elementos de Regime de Informação (FROHMANN,1995; GONZÁLEZ DE GÓMEZ,1999; 2002; UNGER,2006).

Quadro 3 – Elementos e exemplos de elementos de Regime de Informação

Categorias de Elementos	Exemplos e Descrições dos Elementos de Regime de Informação	Autores
RECURSOS	Regras, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, distintas maneira de produzir, processar, selecionar e distribuir informação, arranjos organizacionais, bases de dados, acervos documentais textuais	Maria Néida González de Gómez (1999), (2002)
	Tecnologias da informação; acesso aos documentos	Bernd Frohmann (1995)
	Instrumentos tecnológicos e documentos, linguagens documentárias, sistemas de informação, diretrizes políticas, armazenamento, recuperação e transferência de informação.	Roberto J. G. Unger (2006)
CANAIS (formais e informais)	Difusão por rádio e TV; distribuidora de filmes; bibliotecas; publicações acadêmicas, internet; fluxos de transbordamento de dados e a infovia (infra-estrutura onde se projeta um regime de informação da atualidade)	Bernd Frohmann (1995)
	Conversas informais, TV, jornais, internet, discursos	Maria Néida González de Gómez (1999), (2002)
	Representação nas informações disponíveis, estoques de informação (dinâmicos e estáticos), necessidades informacionais entre pessoas de diferentes camadas socio-econômicas	Roberto J. G. Unger (2006)
ATORES	Sujeitos; instituições; autoridades informacionais, grupos; médicos e pacientes (área da saúde); clientela; produtores; organizações; receptores; usuários específicos; públicos amplos; empresa; universidades; domicílios; associações; atores comunitários; coletivos profissionais; agências governamentais	Maria Néida González de Gómez (1999), (2002)
	Distribuidores de filmes, órgãos ou departamentos da administração pública; produtores; consumidores; grandes corporações; consumidores específicos;	Bernd Frohmann (1995)
	Estoques de informação; Produtores de informação; seres humanos com suas necessidades informacionais; pessoas de diferentes camadas sociais e econômicas; ambiente cultural-sócio-econômico-político	Roberto J. G. Unger (2006)
MENSAGENS	Emissores e receptores (internet, jornais, conversas informais, meios e recursos de informação), diálogo, produtores, usuários.	Maria Néida González de Gómez (1999), (2002)
	Emissores e receptores (difusão por rádio e TV, distribuidores de filme, fluxos de dados trans-fronteiriços, infovia), produtores para consumidores.	Bernd Frohmann (1995)
	Emissores e receptores: seres humanos com suas necessidades informacionais, meios físicos que permitem o ir e vir da informação.	Roberto J. G. Unger (2006)

Fonte: Feitoza, Oliveira e Zanetti (2010).

Em relação ao item Recursos do Quadro 3, identificou-se que os exemplos de elementos do Regime de Informação abordados pelos autores supracitados se complementam, uma vez que corroboram o entendimento que Horton Júnior (1979) tinha acerca de Recursos Informacionais. Identificou-se também, que os autores que abordam os exemplos de elementos de Regime de Informação referem-se, na maioria dos conceitos, a recursos informacionais, ou seja, são exemplos que estão intimamente relacionados com informação. Observa-se que outros tipos de recursos, como por exemplo, recursos materiais e financeiros, não são caracterizados por esses autores com a mesma importância que os recursos informacionais.

No item Canais, percebe-se também, que os exemplos fornecidos pelos autores de Regime de Informação estão relacionados com os quesitos de vantagens e desvantagens citados por Dalla Zen (1989). Nota-se que tanto o que se evidencia como vantagens quanto como desvantagens, na visão de González de Gómez (1999, 2002), Frohmann (1995) e Unger (2006), é visto como fator relevante no contexto dos elementos do Regime de Informação.

No item Atores, González de Gómez (1999, 2002), Frohmann (1995) e Unger (2006) destacam exemplos de elementos que se caracterizam pelas relações de cooperação, compartilhamento, interação e colaboração entre as partes. Essa identificação vai ao encontro da visão de Tomaél (2005) quando evidencia a comunicação entre “nós” (atores), o que acontece o tempo todo, seja uma vez ao dia, semanalmente ou anualmente. Corrobora, também, o pensamento de Marteleto (2010) quando caracteriza os atores como políticos, sociais e econômicos.

Quanto ao item Mensagens, percebe-se uma relação estreita com o que Matheus (2005) aborda ao explicitar a existência no processo comunicacional de emissores e receptores de mensagens, ou seja, meios físicos, pessoas ou instituições se comunicando.

Nesse sentido, é oportuno lembrar o ditado popular: “não te dou o peixe, mas te ensino a pescar”, como analogia a esse contexto. A expressão “não te dou o peixe” está para informação, assim como a expressão “mas te ensino a pescar” está para mensagem. O “peixe” no caso seria a informação e o “te ensino a pescar”, a mensagem. Ou seja, o que sai do emissor para o receptor é mensagem e mesmo que este receptor solicite ao emissor, na maioria das vezes, uma informação, isso só se concretizará se houver interesse do receptor em entender (atribuir um significado) à mensagem recebida. Portanto, essa transformação de mensagem em informação dependerá do grau de interesse, necessidade ou interpretação do receptor.

Limae colaboradores (2009, p. 5, grifo nosso) já diziam que “informação designa uma **operação de caráter relacional**, que se constitui, da primeira vez, num processo de experiências e de vivência e só realiza um **valor semântico através de processos seletivos e interpretativos**”.

Desta forma, percebe-se que existe uma linha tênue entre mensagem e informação e na análise dos resultados desta pesquisa definiu-se que quando for mencionado o termo “informação” ou “informações” será no sentido de MENSAGEM (NS) que foi (ram) interpreta (das) por ATORES depois de refletirem acerca de suas

necessidades informacionais e que quando se estiver mencionando MENSAGENS será no sentido de que estas ainda não se transformaram em informação, mas que de acordo com interesse dos ATORES, poderão ser transformadas, a qualquer instante, em informações.

Partindo deste contexto e do que a literatura explicita a respeito dos elementos e dos exemplos de elementos de Regime de Informação, foi construído o formulário de pesquisa (APÊNDICE A) do qual constavam duas perguntas: a primeira relativa à ocorrência dos elementos do Regime de Informação nos Sistemas de Arquivo pesquisados e a segunda concernente à relevância de vários exemplos de elementos que conformam Regimes de Informação, utilizando-se a escala de *Likert*, com seis graus de relevância, do número 0 ao número 5. A análise dos resultados obtidos nestas duas perguntas utilizou as exposições de Frohmann (1995; 2006), González de Gómez (1999; 2002; 2007; 2011), González de Gómez e Chicanel (2008), Braman (1989; 2004; 2011), Wilke e Jardim (2006), Unger (2006), Unger e Freire (2006), Carvalho e Pinheiro (2008), Magnani e Pinheiro (2011), Carvalho (2009), Albagli e Maciel (2009), Loureiro e Albagli (2008), Keohane (1982), Oddone (2006), Silva (2007), Jardim (1995), Bottino (2012), Dalla Zen (1989), Moresi (2003), Lima *et al* (2009), Passarelli *et al* (2009), Foucault (1988), Davenport e Prusak (1998), Bellotto (1991), Tognoli (2010), Sassen (2011) e Boutang (2011).

4.1.1 Ocorrência dos elementos de regime de informação nos sistemas de arquivos das instituições de ensino superior públicas do Brasil

Dentre o total de 25 Sistemas de Arquivos, que correspondem a 100% de sujeitos pesquisados, dez (40%) responderam ao formulário de pesquisa. Entretanto, um sujeito forneceu o nome da IES onde ele trabalha, porém não respondeu às perguntas apresentadas na sequência. Portanto, nove (36%) foi o número válido de respostas e para fins de análise dos resultados esse número significará 100% de respondentes.

O total de indicações (ocorrências) feitas na opção de resposta “Sim, Existe” corresponde a 145 (61,96%) e 89 (38,04%) é o número de indicações feitas na opção de resposta “Não, não existe”, do total geral de 234 respostas (100%), ambas apresentadas na primeira pergunta do formulário de pesquisa. Esses dados significam, nas categorias de elementos de Regime de Informam a 72 (30,76%)

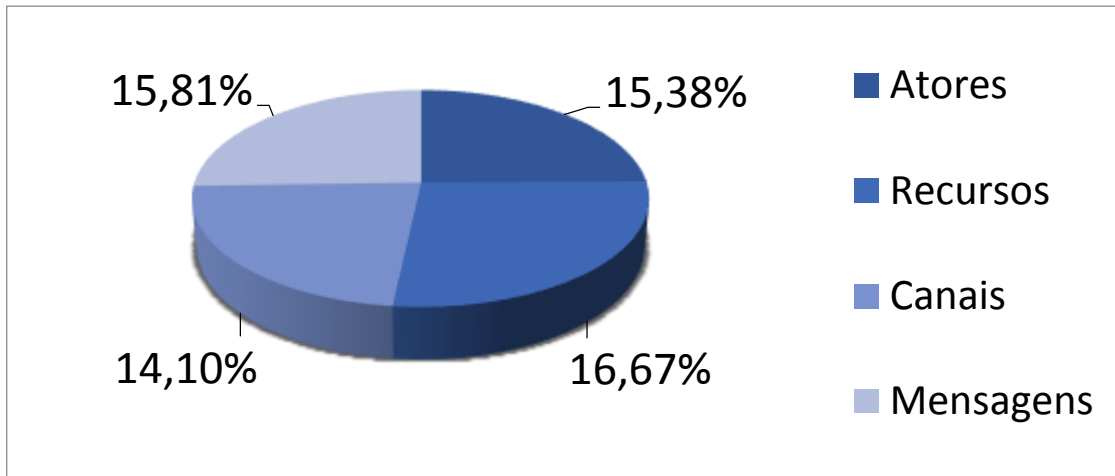
respostas para o elemento ATORES, 54 (23,08%) para o elemento RECURSOS, 54 (23,08%) para o elemento CANAIS e 54 (23,08%) para o elemento MENSAGENS.

O Gráfico 1 na página seguinte, representa a existência dos elementos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil. Nota-se no gráfico predominância de existência, na maioria dos Sistemas de Arquivos pesquisados, de exemplos de elementos de Regime de Informação relacionados com RECURSOS, o que corresponde a 16,67% do total de 234 indicações (100%). Todavia, há certo equilíbrio nas indicações de resposta, já que a diferença de indicações entre os quatro elementos de Regime de Informação variou de 0,43% a 1,28%. Portanto, as quatro categorias de elementos de Regime de Informação apresentadas existem na realidade da maioria dos Sistemas de Arquivos pesquisados, o que de modo geral significa que esses sistemas caminham rumo à conformação de seus regimes a partir do desenvolvimentodas atividades de atendimento às necessidades informacionais dos ATORES, por meio da utilização de RECURSOS e CANAIS de informação a fim de compartilharem MENSAGENS e informações. Este cenário está em consonância com o exposto por Fischer e Melo (2004 *apud* CARVALHO, 2009, p. 9, grifo nosso) pois comentam que no

processo de conformação de um regime de informação, o qual abrange o arcabouço sociocultural existente num território, **a interação entre os atores**, evidencia formas diferenciadas de troca e compartilhamento de informações e de conhecimento, e o **conjunto de serviços, recursos e canais informacionais** criados e utilizados possui regras, normas, ações e políticas relacionadas ao artefato em estudo

O “artefato em estudo” colocado por Fischer e Melo (2004 *apud* CARVALHO, 2009) se refere no caso abordado nessa pesquisa aos Sistemas de Arquivos.

GRÁFICO 1 – Existência dos elementos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil.



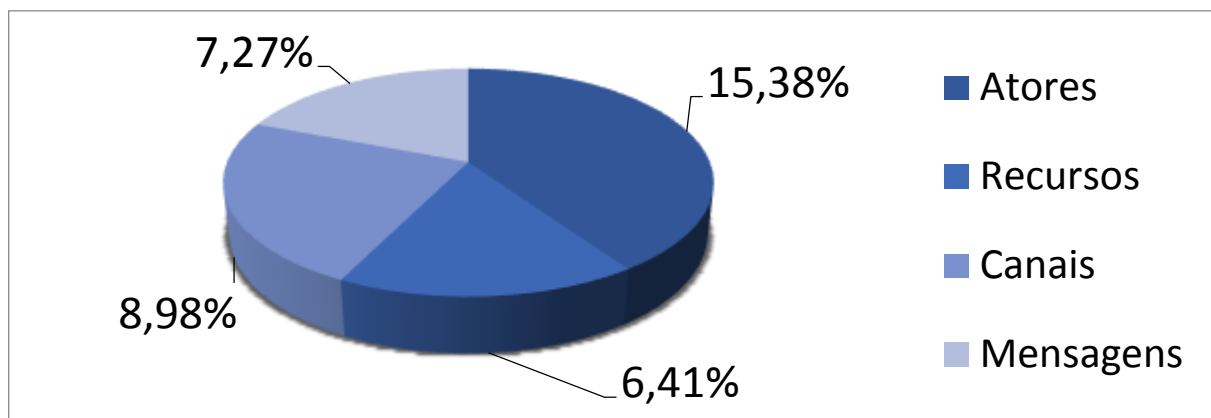
No Gráfico 2, que representa a inexistência dos elementos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil, nota-se a predominância de inexistência na maioria dos Sistemas de Arquivos pesquisados, dos exemplos de elementos de Regime de Informação relacionados a ATORES, o que corresponde a 15,38% do total de 234 indicações (100%). Esse percentual não condiz com a relevância atribuída por Frohmann (1995), González de Gómez (1999; 2002; 2007; 2011), González de Gómez e Chicanel (2008), Braman (1989; 2004; 2011), Unger (2006), Unger e Freire (2006), Carvalho e Pinheiro (2008), Magnani e Pinheiro (2011), Lima e outros (2009), Wilke e Jardim (2006), Albagli e Maciel (2009), Loureiro e Albagli (2008), Keohane (1982) aos atores de Regime de Informação, já que para esses autores, os atores possuem papel *sine qua non*, já que estabelecem as relações de apoio uns com os outros, compartilham indiretamente **relações de amizade, trocam capital social, compartilham informações** importantes e triviais, e uma infinidade de outros papéis (relacionados a ações de informação). Dessa forma Oddone (2006, p. 54, grifo nosso) argumenta que um Regime de Informação “não se fundamenta apenas em conceitos, mas também por **artefatos e práticas**”. Neste caso, os artefatos e práticas se referem às relações entre os ATORES.

São os ATORES e pelos ATORES que as informações, nos Regimes de Informação, são produzidas, disseminadas, compartilhadas e armazenadas, ou seja, as informações nos Regimes de Informação existem para atender as diversas necessidades informacionais dos ATORES.

Neste sentido, González de Gómez e Chicanel (2008, p. 5, grifo nosso) enfatizam que os Regimes de Informação constituem-se na linha em que acontecem as **ações de informação** e estas por suas vezes são realizadas por ATORES sociais em suas práticas e atividades, “ancoradas culturalmente numa forma de vida e geradas em comunidades epistêmicas ou configurações **coletivas de relações intersubjetivas e interacionais**, movidas por diferentes demandas[...]”.

Desta forma, é intrigante refletir que num Regime de Informação específico como dos Sistemas de Arquivos pesquisados, os ATORES não possuam tanta relevância para a maioria desses sistemas, assim como a literatura indica, pois remete à inferência de que a inexistência de alguns ATORES num Sistema de Arquivos (que produz, recebe, dissemina, compartilha e armazena muitas e diversas informações registradas), resulte em desenvolvimento inadequado dessas atividades tanto para os próprios sistemas como a toda a “Rede de Arquivos”.

GRÁFICO 2 – Inexistência dos elementos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil.



A Tabela 1 (Ocorrência dos elementos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil) a seguir, apresenta de forma detalhada o exposto nos gráficos acima, pois se refere aos resultados coletados na primeira pergunta do formulário de pesquisa. Esta tabela apresenta as ocorrências ou indicações de respostas, em números absolutos e percentuais, dos quatro elementos de Regime de Informação, ATORES, RECURSOS, CANAIS e MENSAGENS, relacionadas com a existência e não

existência destes elementos e ainda as ocorrências de cada um dos elementos de Regime de Informação.

TABELA 1 – Ocorrência dos elementos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil.

Elementos de R.I.	Ocorrências				TOTAL	
	Sim, existe	%	Não, não existe	%		
RECURSOS	39	16,67%	15	6,41%	54	23,08%
MENSAGENS	37	15,81%	17	7,27%	54	23,08%
ATORES	36	15,38%	36	15,38%	72	30,76%
CANAIS	33	14,10%	21	8,98%	54	23,08%
TOTAL	145	61,96%	89	38,04%	234	100%

De acordo com a Tabela 1, o elemento de Regime de Informação que mais recebeu indicação de existência nos Sistemas de Arquivos pesquisados, foi RECURSOS com 39 ocorrências, correspondendo ao percentual de 16,67% do total de 234 ocorrências (100%), seguido do elemento MENSAGENS com 37 ocorrências (15,81%), e do elemento ATORES com 36 ocorrências (15,38%). Já o elemento CANAIS foi o que menos recebeu indicação de existência nos Sistemas de Arquivos pesquisados, com 33 ocorrências (14,10%).

Diante do exposto, é possível inferir que a predominância de existência do elemento RECURSOS na maioria dos sistemas pesquisados fortalece a ideia de que os RECURSOS ‘informacionais’ utilizados num dado Regime de Informação se relacionam com **regras, decisões regulamentares, leis**, medidas administrativas, distintas maneira de produzir, processar, selecionar e distribuir informação, arranjos organizacionais, **bases de dados, acervos documentais**(textuais) (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999; 2002, grifo nosso).Referem-se também a: **tecnologias da informação, acesso aos documentos** (FROHMANN, 1995; 2006, grifo nosso),**instrumentos tecnológicos e documentos, linguagens documentárias, sistemas de informação, diretrizes políticas**, armazenamento, recuperação e

transferência de informação (UNGER, 2006, grifo nosso). Todos esses itens se reportam, na literatura conceitual de Regime de Informação, a RECURSOS informacionais.

Nota-se também, que o elemento de R.I. que mais recebeu indicação de não existência nos Sistemas de Arquivo pesquisados, foi ATORES com 36 indicações (15,38%) do total de 234 ocorrências (100%), seguido do elemento CANAIS com 21 indicações (8,98%). Os elementos MENSAGENS e RECURSOS receberam menos indicações de não existência nos Sistemas de Arquivos pesquisados, correspondendo respectivamente a 17 ocorrências (7,27%) e 15 ocorrências (6,41%).

Unger e Freire (2006, p. 105, grifo nosso) contradizem o detectado na primeira pergunta do formulário de pesquisa, especificamente no que tange à inexistência do elemento ATORES na maioria dos Sistemas de Arquivos pesquisados, pois afirmam que Regime de Informação é o conjunto de

redes sociocomunicacionais no qual as informações são **geradas, organizadas** e transferidas de diferentes **produtores**, através de muitos e diversos meios, canais e **organizações**, a diferentes **destinatários ou receptores**, sejam estes **usuários específicos ou públicos amplos**.

Os sujeitos aqui destacados, na visão de Unger e Freire (2006), se referem aos ATORES de Regime de Informação.

Neste sentido, torna-se oportuno apresentar o percentual de indicações feitas para cada exemplo de elementos nas opções de resposta “Sim, Existe” e “Não, não Existe” de maneira separada. A Tabela 2 (Ocorrência dos exemplos de Atores de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil) a seguir, evidencia de forma detalhada os resultados coletados na primeira pergunta do formulário de pesquisa, pois contém resultados referentes aos exemplos de ATORES. Esta tabela apresenta oito exemplos de ATORES sendo eles, “Responsável pelo arquivo corrente na Rede de Arquivos”, “Chefe da divisão/seção de arquivo intermediário”, “Chefe da divisão/seção de arquivo permanente”, “Rede de arquivos”, “Estagiário(s) de Arquivologia”, “Arquivista(s) do Sistema de Arquivos”, “Técnicos administrativos do sistema de arquivos”, “Sistemas de arquivo de outra IES” e as indicações do número de vezes (em números absolutos e percentuais) que os sujeitos responderam ao

solicitado, relacionadas com a existência e não existência dos exemplos de ATORES.

TABELA 2 – Ocorrência de existência e não existência dos exemplos de Atores nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil.

Exemplos de Atores	Ocorrências					
	Sim, existe	%	Não, não existe	%	TOTAL	
• Responsável pelo arquivo corrente na Rede de Arquivos	4	1,71%	5	2,15%	9	3,85%
• Chefe da divisão/seção de arquivo intermediário	5	2,14%	4	1,71%	9	3,85%
• Chefe da divisão/seção de arquivo permanente	5	2,14%	4	1,71%	9	3,85%
• Rede de arquivos	3	1,28%	6	2,56%	9	3,84%
• Estagiário(s) de Arquivologia	1	0,42%	8	3,42%	9	3,85%
• Arquivista(s) do Sistema de Arquivos	8	3,42%	1	0,42%	9	3,85%
• Técnicos administrativos do sistema de arquivos	7	2,99%	2	0,85%	9	3,84%
• Sistemas de arquivos de outras IES	3	1,28%	6	2,56%	9	3,84%
TOTAL	36	15,38	36	15,38	72	30,76%

Percebe-se dentre as indicações relacionadas ao elemento ATORES na Tabela 2, que “Arquivista(s) do Sistema de Arquivos” foi o exemplo que mais recebeu indicação de existência, com oito ocorrências, correspondendo a 3,42% do total de 72 (30,76%), seguido do exemplo “Técnicos administrativos do Sistema de Arquivo” com sete ocorrências (2,99%), do “Chefe da divisão/seção de arquivo intermediário” e “Chefe da Divisão/Seção de Arquivo permanente”, ambos com cinco ocorrências (2,14%), do “Responsável pelo arquivo corrente na Rede” com quatro ocorrências (1,71%) e da “Rede de Arquivos” e dos “Sistemas de Arquivos de outras IES”, ambos com três ocorrências (1,28%). “Estagiário(s) de Arquivologia” foi o exemplo de ATORES que menos recebeu indicação de existência nos Sistemas de Arquivos pesquisados, com uma ocorrência (0,42%).

Em se tratando de não existência, o exemplo relacionado ao elemento ATORES que mais recebeu indicação foi “Estágio(s) de Arquivologia” com oito ocorrências (3,42%), seguido do exemplo “Rede de Arquivos” e “Sistemas de Arquivos de outras IES”, ambos com seis ocorrências (2,56%), do “Responsável pelo

arquivo corrente na Rede” com cinco ocorrências (2,15%), do “Chefe da divisão/seção de arquivo intermediário” e do “Chefe da divisão/seção de arquivo permanente”, ambos com quatro ocorrências (1,71%) e do “Técnicos administrativos do Sistema de Arquivos” com duas ocorrências (0,85%). O exemplo de ATORES que menos recebeu indicação de não existência nos Sistemas de Arquivos foi “Arquivista(s) do Sistema de Arquivos” com uma ocorrência (0,42%).

Interessante notar a existência de Arquivistas em oito dos nove Sistemas de Arquivos pesquisados. Este fato vem atender a uma exigência do Governo Federal brasileiro em alocar Arquivistas em todas as IES federais do Brasil e de incentivar a contratação de Arquivistas nas IES estaduais. Evidencia, também, os vários cursos de Arquivologia que têm surgido no Brasil nos últimos 15 anos, promovendo o ensino, reflexões e práticas arquivísticas, a fim de que seus egressos sejam contratados em ramos específicos de Arquivos(<http://www.sinarquivo.org.br/entrevistacominaldo.html>).

Isso corrobora o exposto por González de Gómez e Chicanel (2008, p. 6, grifo nosso) ao afirmarem que as ações de informação, num Regime de Informação, se conectam “tanto aos poderes seletivos de **instâncias reguladoras** (organização, agentes econômicos), assim como o **‘labor’ informacional especializado (profissionais de informação)** caracterizando a intervenção de uma agência sobre as ações e recursos informacionais de terceiros [...]”. Dessa forma o alto percentual de arquivistas alocados na maioria dos Sistemas de Arquivos pesquisados congrega o labor informacional especializado citado por González de Gómez e Chicanel (2008).

O percentual de inexistência na maioria dos Sistemas de Arquivos pesquisados de “Estagiário(s) de Arquivologia” condiz com a realidade brasileira referente à existência e não existência de cursos de Arquivologia em Instituições de Ensino Superior públicas. Das 16 (100%) universidades brasileiras que possuem cursos de Arquivologia (BOTTINO, 2012)¹, oito (50%), contando com a UEL (pré-teste do instrumento de pesquisa) possuem Sistemas de Arquivo, isto significa

¹ Universidade Federal Fluminense - UFF, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Fundação Universidade do Rio Grande - FURG, Universidade Estadual de Londrina - UEL, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Universidade de Brasília - UNB, Universidade Federal do Pará - UFPA.

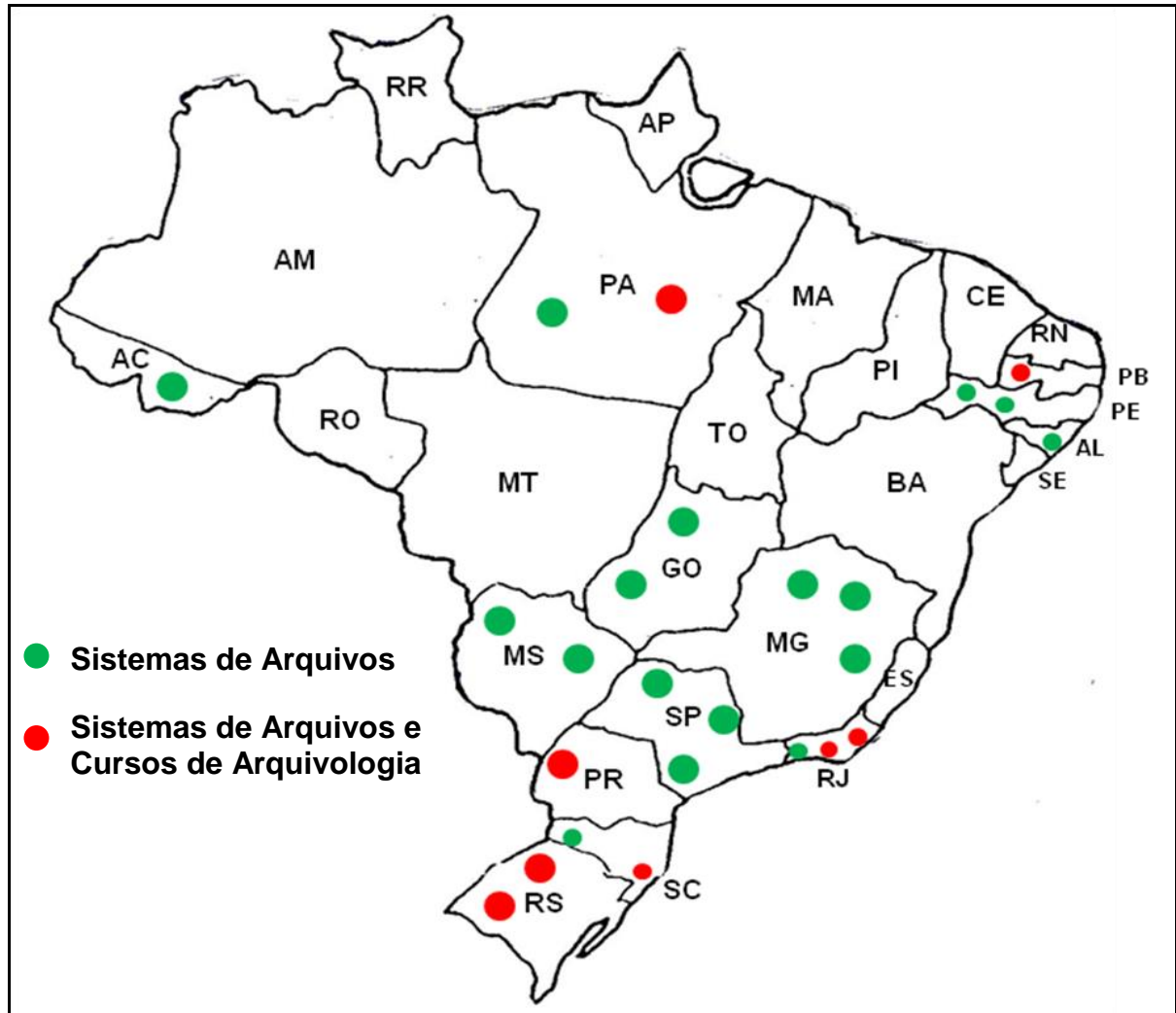
também que das 25 (100%) IES pesquisadas, desconsiderando-se a UEL, apenas oito possuem cursos de Arquivologia, o que equivale a 32 % do total pesquisado.

Das 16 (100%) universidades brasileiras que possuem cursos de Arquivologia, 13 são Federais, o que corresponde a 81,25% do total e três são Estaduais, 18,75% do total. Das 13 Federais e das três Estaduais, sete (43,75%) e duas (12,50%) possuem, respectivamente, Sistema de Arquivos. Dentre as 25 (100%) IES pesquisadas, 20 (80%) são Federais e cinco (20%) são Estaduais. Mas dessas 20 Federais, apenas oito (32%) responderam ao formulário e das cinco Estaduais, duas (8%) o responderam. Entretanto, das oito Federais que responderam ao formulário, uma (4%) não respondeu às perguntas. Esta IES apenas mencionou o nome da Instituição e assim não participou da análise dos resultados. Portanto, das 20 (80%) Federais, apenas sete (28%) responderam ao formulário.

Dessa forma, das sete (43,75%) Federais que possuem cursos de Arquivologia e Sistema de Arquivos, uma (6,25%) respondeu ao formulário. Das duas universidades estaduais que possuem curso de Arquivologia e também Sistema de Arquivo, nenhuma respondeu ao formulário. Portanto, das 25 (100%) IES pesquisadas, apenas nove (36%) responderam o formulário de pesquisa e dessas nove, apenas uma (4%) IES possui o curso de Arquivologia.

O Brasil tem atualmente 26 Estados e 13 deles possuem Sistemas de Arquivos, o que corresponde a 50% do total. Os Estados brasileiros que mais possuem Sistemas de Arquivo em suas IES públicas, tanto federais como estaduais, são Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, todas com três IES, o que corresponde a 46,16% do total (11,54% cada Estado). Em segundo lugar estão Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, com duas IES possuidoras de Sistema de Arquivos, 38,45% do total (7,69% cada Estado). Em terceiro, Acre, Alagoas, Paraíba e Paraná, cada um com uma IES que possui Sistema de Arquivos, correspondendo a 15,40% do total (3,85% cada Estado). A Figura 2 abaixo evidencia mais objetivamente esses dados e apresenta a distribuição dos Sistemas de Arquivos de IES e dos cursos de Arquivologia por Estado.

FIGURA 2 – Estados brasileiros com Sistemas de Arquivo e Cursos de Arquivologia.



Fonte: A própria autora.

Dos 13 (50%) Estados com Sistemas de Arquivos, oito possuem Sistemas de Arquivos e cursos de Arquivologia, o que corresponde a 30,77% do total e, cinco (19,23%) não possuem. Desses oito Estados, apenas um (3,85%) possui Sistema de Arquivos e curso de Arquivologia em IES Estadual. O restante, sete (26,92%), possuem Sistemas de Arquivos e cursos de Arquivologia em IES Federais. A Região Sul do Brasil é a que mais possui IES com Sistema de Arquivos e cursos de Arquivologia, quatro no total. A Região Sudeste possui duas IES com Sistemas de Arquivo e cursos de Arquivologia, a Região Norte e a Região Nordeste possuem cada uma, uma IES com Sistema de Arquivos e curso de Arquivologia. Percebe-se neste cenário, que a única IES que possui Sistema de Arquivos e curso de

Arquivologia e que respondeu ao formulário de pesquisa é uma Instituição Federal de Ensino Superior da Região Sul.

Se a IES possui curso de Arquivologia poderia promover a contratação de estágios para seus Sistemas de Arquivos de forma mais rápida e tranquila, justamente por arrolarem normalmente nos processos de contratação aspectos acadêmicos de supervisões de estágio, questões financeiras relativas a transporte e alimentação dos estagiários e por envolver o estabelecimento de convênios e seguros. As supervisões de estágio aconteceriam periodicamente, o transporte talvez não representasse custo, a alimentação poderia ser feita no Restaurante Universitário da própria IES contratante e o convênio que normalmente é firmado entre contratada (empresa que solicita o estagiário) e a IES possuidora do curso de Arquivologia, não seria necessário, fato que também influenciaria em um custo menor com o seguro do estagiário.

Mas um fato que chama atenção é a não indicação da existência da “Rede de Arquivos e dos Sistemas de Arquivos de outras IES” na maioria dos Sistemas de Arquivos pesquisados. Primeiro porque pela literatura arquivística, a exemplo do que Portugal (1993 *apud* JARDIM, 1995, p. 45) e Heredia Herrera (1991 *apud* JARDIM, 1995, p. 46, grifo nosso) argumentam, um sistema de arquivos se configura em atividades articuladas referentes a um conjunto de arquivos que “independentemente de suas posições nas estruturas administrativas” (“**rede de centros e serviços técnicos**”) desempenham suas funções de maneira integrada em prol de objetivos comuns, visando estruturar a transferência, o recolhimento, depósito, arranjo e descrição e serviço dos documentos (JARDIM, 1995).

Depreende-se que para que um Sistema de Arquivos possa se constituir como tal, é preciso dentre outros fatores (interesse da própria IES e legislação pertinente), a existência da Rede de Arquivos, formada nas IES, pelos centros e departamentos acadêmicos e administrativos, reitorias e pró reitorias, e também pelos serviços técnicos como os desenvolvidos pelos órgãos suplementares, órgãos de apoio e pelas prefeituras dos *campi*.

Neste sentido, é possível perceber que em alguns momentos da Rede de Arquivos das IES pesquisadas, uma unidade não se envolve qualitativamente com um número grande de pessoas e é ainda menos possível constatar que novas unidades nessa Rede de Arquivos (grupos de pessoas produzindo e utilizando arquivos) aparecem no decorrer do funcionamento da rede.

O autor afirma que as redes são extremamente importantes, pois favorecem a integração entre suas unidades e com redes regionais, nacionais e muitas vezes internacionais e mundiais por cooperaram e compartilharem recursos e mensagens (SANTOS, 2002).

Segundo, porque o compartilhamento de informações entre os Sistemas de Arquivos de outras IES poderia trazer vantagens aos sistemas pesquisados no sentido de aprenderem com o que já está sendo praticado com eficácia. Neste sentido, González de Gómez (2007, p.170, grifo nosso) contribuem para melhor visualização da importância de se estabelecer a **comunicação e compartilhamento** de informações entre os Sistemas de Arquivos do Brasil: [...] “um regime de informação **prescreve sujeitos, instituições,** regras e autoridades informacionais, **meios e recursos preferenciais de informação, padrões de excelência e critérios para seu processamento seletivo**”. Portanto, seria encurtar o caminho até os acertos, definindo meios e recursos preferenciais de informação, através de informações advindas de outros Sistemas de Arquivos e diminuir possíveis erros referentes a padrões de excelência fracos e critérios ineficazes para o processamento seletivo de informações, provenientes do relato de experiências já vivenciadas. Citando Di Mambro (2012), o intercâmbio de informações entre os sistemas de arquivos é importante para uma ajuda mútua entre as universidades, troca de experiências e parcerias nas ações para elaboração de produtos informacionais ou não, produzidos no contexto de uma determinada universidade poderão ser utilizados por outras, com grande proveito.

Já a Tabela 3 (Ocorrências de existência e não existência dos exemplos de Recursos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil) a seguir, também apresenta de forma detalhada os resultados coletados na primeira pergunta do formulário de pesquisa, porém são resultados referentes aos exemplos do elemento RECURSOS. Esta tabela apresenta seis exemplos de RECURSOS sendo eles, “Manuais de procedimentos”, “Instruções normativas”, “Legislação Arquivística”, “Instrumentos de pesquisa”, “Serviço/setor/divisão de Protocolo”, “Política de Gestão de documentos” e, as ocorrências (indicações) de respostas (em números absolutos e percentuais) relacionadas à existência e não existência dos exemplos de RECURSOS.

TABELA 3 –Ocorrências de existência e não existência dos exemplos de Recursos nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil.

Exemplos de Recursos	Ocorrências					
	Sim, existe	%	Não, não existe	%	TOTAL	
• Manuais de procedimentos	4	1,71%	5	2,14%	9	3,85%
• Instruções normativas	7	2,99%	2	0,85%	9	3,84%
• Legislação Arquivística	8	3,42%	1	0,43%	9	3,85%
• Instrumentos de Pesquisa	6	2,56%	3	1,28%	9	3,84%
• Serviço/setor/divisão de Protocolo	9	3,85%	0	0,00%	9	3,85%
• Política de Gestão de documentos	5	2,14%	4	1,71%	9	3,85%
TOTAL	39	16,67%	15	6,41%	54	23,08%

Referente ao elemento RECURSOS na Tabela 3, o exemplo que mais recebeu indicação de existência nos Sistemas de Arquivos foi “Serviço /setor/divisão de Protocolo” com nove ocorrências (3,85%), do total de 54 ocorrências (23,08%) seguido do exemplo “Legislação Arquivística” com oito ocorrências (3,42%), de “Instruções normativas” com sete ocorrências (2,99%), de “Instrumentos de Pesquisa” com seis ocorrências (2,56%) e de “Política de Gestão de Documentos” com cinco ocorrências (2,14%). O exemplo “Manuais de procedimentos” foi o que menos recebeu indicação de existência nos Sistemas de Arquivos pesquisados com quatro ocorrências (1,71%).

No que tange à não existência dos exemplos do elemento RECURSOS, o exemplo que mais recebeu indicação foi “Manuais de procedimentos” com cinco ocorrências (2,14%), seguido do exemplo “Política de Gestão de Documentos” com quatro ocorrências (1,71%), de “Instrumentos de pesquisa” com três ocorrências (1,28%) e “Instruções normativas” com duas ocorrências (0,85%). O exemplo de RECURSOS que menos recebeu indicação de não existência nos Sistemas de Arquivos pesquisados foi “Legislação Arquivística” com uma ocorrência (0,43) já que o exemplo “Serviço/setor/divisão de Protocolo” não recebeu indicação pelos sujeitos pesquisados.

Nota-se a existência do “Serviço/setor/divisão de Protocolo” em todos os Sistemas de Arquivo pesquisados e este fato transparece a importância desse serviço. Entretanto, é preocupante o fato de que na maioria dos Sistemas de Arquivos pesquisados, a utilização de normas, diretrizes, padrões, políticas e regras, procedimentos referentes ao desenvolvimento das atividades e cumprimento das funções desses sistemas, não é praticada. É preocupante porque, de acordo com Jardim (1995, p. 53, grifo nosso), as normas e diretrizes arquivísticas que decorrem de uma política “devem **refletir diretamente as características presentes no cotidiano de uma administração**”, neste caso, dos Sistemas de Arquivos. Refletem também os distintos aspectos do seu processo decisório e, em consequência, as formas mais adequadas — técnica e politicamente — de controle de tramitação documental, arquivamento e recuperação da informação.

O conceito de Regime de Informação de González de Gómez (2002), neste caso, justifica a importância do Protocolo e ao mesmo tempo reafirma a necessidade de existência de regras e diretrizes nos ambientes de informação (Regimes de Informação)

Regime de Informação são os modos de produção informacional dominante numa formação social, conforme o qual são definidos sujeitos, instituições, **regras e autoridades informacionais**, os meios e os **recursos preferenciais de informação**, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p.34, grifo nosso).

Ou seja, a existência de Protocolo em todos os Sistemas de Arquivos pesquisados o define como um RECURSO preferencial de informação num Regime de Informação específico como os Sistemas de Arquivos. Sabe-se que o Protocolo favorece o controle de produção de documentos e fluxo e recuperação dos processos documentais relativos a todas as atividades das Instituições de Ensino Superior. Neste contexto, o desenvolvimento das ações de informação coerente com as regras e as autoridades informacionais no âmbito desses Sistemas de Arquivo pode ser promovido pela elaboração e utilização dos Manuais de procedimentos e da Política de Gestão de Documentos.

A “Política de Gestão de Documentos”, em consonância com uma Política de Informação Organizacional e englobando também Procedimentos de Arquivo, regula e medeia as ações de informação (registradas) nos Sistemas de Arquivos, mas

muito mais na “Rede de Arquivos”, pois sabe-se que a Rede é composta por ATORES que, em sua maioria, não possuem conhecimento das práticas adequadas de Gestão de Documentos e nem de organização de arquivos e que, para tanto, precisam de normas e diretrizes que uniformizem suas ações. De acordo com Braman (2011) o aprendizado de políticas seria facilitado pela a análise de regimes.

A Tabela 4 (Ocorrências de existência e não existência dos exemplos de Canais de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil), mostra de forma detalhada os resultados coletados na primeira pergunta do formulário de pesquisa, com resultados referentes aos exemplos do elemento CANAIS. Esta tabela apresenta seis exemplos de CANAIS sendo eles, “Base/Banco de dados”, “Site das IES/Sistema de arquivo”, “Comunicação entre chefias internas”, “Publicações técnicas/científicas”, “Acesso ao acervo”, “Web 2.0 (Sistemas Colaborativos – Ex.: Redes Sociais)” e, as ocorrências (indicações) de respostas (em números absolutos e percentuais) relacionadas à existência e não existência dos exemplos de CANAIS.

TABELA 4 – Ocorrências de existência e não existência dos exemplos de Canais nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil.

Exemplos de Canais	Ocorrências				TOTAL	
	Sim, existe	%	Não, não existe	%		
• Base/Banco de dados	7	2,99%	2	0,85%	9	3,84%
• Site da IES/sistema de arquivos	4	1,71%	5	2,14%	9	3,85%
• Comunicação entre chefias internas	8	3,42%	1	0,43%	9	3,85%
• Publicações técnicas/científicas	4	1,71%	5	2,14%	9	3,85%
• Acesso ao acervo	7	2,99%	2	0,85%	9	3,84%
• Web 2.0 (Sistemas Colaborativos - Ex.: Redes Sociais)	3	1,28%	6	2,56%	9	3,84%
TOTAL	33	14,10%	21	8,98%	54	23,08%

Nota-se dentre os exemplos do elemento CANAIS na Tabela 4, que com oito ocorrências (3,42%) do total de 54 ocorrências (23,08%), “Comunicação entre chefias internas” foi o que mais recebeu indicação de existência, seguido de “Base/Banco de dados” e “Acesso ao acervo”, ambos com sete ocorrências (2,99%)

e “Site da IES/Sistema de Arquivos” e “Publicações técnicas/científicas”, com quatro ocorrências (1,71%) cada um. E com três ocorrências (1,28%), “Web 2.0” foi o exemplo que menos recebeu indicação de existência nos Sistemas de Arquivos pesquisados.

Com seis ocorrências (2,56%) “Web 2.0” foi o exemplo de CANAIS que mais recebeu indicação de não existência, seguido por “Publicações técnicas/científicas” e “Site da IES/sistema de arquivos”, ambos com cinco ocorrências (2,14%). “Base de dados/Banco de dados” e “Acesso ao acervo” receberam duas indicações cada (0,85%) e “Comunicação entre as chefias internas” recebeu menos indicações, uma ocorrência (0,43%).

Interessante notar que oito dos nove Sistemas de Arquivos pesquisados prezam pela Comunicação entre as chefias internas. Entretanto, a “Web 2.0” não é muito utilizada por alguns desses sistemas. Esse último fator contradiz o exposto por Unger (2006) ao afirmar que os Regimes de Informação “são o cenário no qual os seres humanos convivem com a profissão do fluxo informacional” (**comunicação**, troca de informações, ofertas de informação) “de intensa característica heterogênea, **permitida**, principalmente, pela **tecnologia, eletrônica, robótica, informática e telemática**” (UNGER, 2006, p. 30, grifo nosso).

Mas o fato de existir “Comunicação entre as chefias internas” (canais formais e informais) reafirma o pensamento de Dalla Zen (1989) para quem os canais formais contêm informações registradas, o que permite a ampla cobertura de uma área, são de caráter permanente, públicos e acessíveis; e reafirma, também, o pensamento de Moresi (2003, p. 5) ao afirmar que “nos canais informais, o processo de comunicação é ágil e seletivo, e a informação circulada é mais atual e tem maior probabilidade de relevância, porque é obtida pela interação efetiva entre os pesquisadores” (atores). Neste sentido, Unger (2006, p. 28, grifo nosso) contribui para estes argumentos ao dizer que num Regime de Informação, “as ofertas informacionais são advindas de **meios de comunicação, mídia eletrônica**, academias de ensino e pesquisa, organismos governamentais e não governamentais[...]”.

Frisa-se então, a necessidade de uma comunicação que permita o compartilhamento de informações e a cooperação/colaboração entre os ATORES nesses Regimes de Informação específicos, principalmente porque as chefias internas precisam estabelecer a comunicação e compartilhamento eficientes e

eficazes o tempo todo, pois são elas que coordenam e lideram as práticas informacionais nestes sistemas. Essa comunicação e compartilhamento se fazem oportunos para o funcionamento adequado dos Sistemas de Arquivos, já que atualmente esses sistemas, de modo geral, estão trabalhando baseados na Arquivística Integrada, onde a importância do documento está relacionado ao seu tratamento (gestão de documentos), de forma a não se dissociar o conceito de arquivos correntes, intermediários e permanentes.

Considera-se importante, também, que na atual conjuntura dos Sistemas de Arquivos, a “Web 2.0”, que engloba as redes colaborativas e redes sociais (*Second Life, Orkut, Facebook, Twitter, Wikipedia*, entre outras), seja utilizada na promoção de uma comunicação mais rápida e eficaz entre estas partes, na geração de conhecimento específico, como fonte de pesquisa, acesso dos usuários aos acervos, compartilhamento de informações (sugestões, críticas, dúvidas, solicitações). São, portanto, elementos facilitadores da disseminação de notícias (projetos, campanhas, iniciativas sociais e institucionais, entre outras). De fato, Boutang (2011, p. 91) enfatiza a *Web 2.0* como sendo uma tecnologia digital de “rastreadabilidade da atividade cognitiva em rede e que permite um novo tipo de apropriação da atividade humana, favorecendo a emergência do capitalismo cognitivo na captura das externalidades positivas dessa rede”.

A Tabela 5 (Ocorrências de existência e não existência dos exemplos de Mensagens de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil) colocada a seguir, também apresenta de forma detalhada os resultados coletados na primeira pergunta do formulário de pesquisa, com resultados referentes aos exemplos do elemento Mensagens. Esta tabela apresenta seis exemplos de MENSAGENS sendo eles, “Mensagens do/e para o protocolo”, “Mensagens do/e para a rede de arquivos”, “Mensagens das/e para as chefias das divisões do sistema de arquivos”, “Mensagens da/e para a reitoria”, “Mensagens dos/e para os técnicos administrativos do sistema de arquivos”, “Mensagens externas à IES” e, as ocorrências (indicações) de respostas (em números absolutos e percentuais) relacionadas à existência e não existência dos exemplos de MENSAGENS.

TABELA 5 – Ocorrências de existência e não existência dos exemplos de Mensagens nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil.

Exemplos de Mensagens	Ocorrências					
	Sim, existe	%	Não, não existe	%	TOTAL	
• Mensagens do/e para o protocolo	7	2,99%	2	0,86%	9	3,85%
• Mensagens do/e para a rede de arquivos	4	1,71%	5	2,14%	9	3,85%
• Mensagens das/e para as chefias das divisões do sistema de arquivos	6	2,56%	3	1,28%	9	3,84%
• Mensagens da/e para a reitoria	7	2,99%	2	0,86%	9	3,85%
• Mensagens dos/e para os técnicos administrativos do sistema de arquivos	6	2,56%	3	1,28%	9	3,84%
• Mensagens externas à IES	7	2,99%	2	0,86%	9	3,85%
TOTAL	37	15,81%	17	7,27%	54	23,08%

Na Tabela 5, consta dentre os exemplos do elemento MENSAGENS, que “Mensagens do/e para o protocolo”, “Mensagens da/e para a reitoria” e “Mensagens externas à IES” foram os exemplos que mais receberam indicação de existência nos Sistemas de Arquivos pesquisados, todas com sete ocorrências (2,99%) do total de 54 (23,08%) respostas. Em segundo lugar estão “Mensagens das/e para as chefias das divisões do sistema de arquivos” e “Mensagens dos/e para os técnicos administrativos”, ambos com seis ocorrências (2,56%). “Mensagens do/e para a rede de arquivos” foi o exemplo de MENSAGEM que menos recebeu indicação de existência nos Sistemas de Arquivos pesquisados, com quatro ocorrências (1,71%).

Relacionado à não existência de exemplos do elemento MENSAGENS, está “Mensagens do/e para a rede de arquivos” com cinco ocorrências (2,14%), o que corresponde ao maior número de indicações. Em seguida estão “Mensagens das/e para as chefias das divisões do sistema de arquivos” e “Mensagens dos/e para os técnicos administrativos”, ambos com três ocorrências (1,28%). Já “Mensagens do/e para o protocolo”, “Mensagens da/e para a reitoria” e “Mensagens externas à IES”, todas com duas ocorrências (0,86%), foram as que menos receberam indicação de não existência nos Sistemas de Arquivos pesquisados.

Foi possível detectar a importância da troca de mensagens entre a maioria dos Sistemas de Arquivos pesquisados com o Serviço/setor/divisão de Protocolo,

com a Reitoria e com órgãos externos às IES. Entretanto, a relação entre a não existência da “Rede de Arquivos” na maioria dos sistemas pesquisados com a não existência de “Mensagens do/e para a rede de arquivos” é um fato preocupante, pois a não existência da Rede de Arquivos (locais de produção e acúmulo de arquivos intermediários e permanentes) ocasionará a não existência de mensagens da Rede para os Sistemas de Arquivo e dos Sistemas de Arquivos para a Rede.

Entende-se que como um elemento (ATORES) de Regime de Informação específico, a Rede de Arquivos deveria envolver e desenvolver canais formais (informações registradas oficiais, passíveis de controle) e informais (contato face a face ou mediados por computador) na promoção da troca de mensagens com os Sistemas de Arquivos. Todavia, sabe-se que nos canais formais “o processo de comunicação é lento, ainda que necessário para a consolidação da memória e a difusão de informações para o público em geral” (MORESI, 2003, p. 5). Os canais informais, apesar de em alguns momentos permitirem a troca de dados incompletos, favorecem a disseminação da informação corrente, informação mais atualizada e relevante. Para Lima e colaboradores (2009, p. 1756, grifo nosso) a configuração de um regime de informação requer “uma observação das relações entre tecnologias e organização da informação e da **comunicação entre os atores**”. Esses atores “aprendem com suas experiências e constroem conhecimentos **nas interações com outros na execução de atividades, particularmente pelo compartilhamento de informação**” (LIMA *et al*, 2009, p. 1756, grifo nosso). Neste sentido, as estruturas de comunicação e informação envolvidas nos regimes de informação dos Sistemas de Arquivos pesquisados, “podem aperfeiçoar os vínculos entre indivíduos e grupos que agenciam um empreendimento, contribuindo assim para a realização de seus objetivos” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011, p. 189-190).

Por conseguinte, o andamento das atividades dos Sistemas de Arquivos pesquisados será facilitado por meio das mensagens que chegam do Protocolo, da Reitoria e de órgãos externos à IES e do envio de mensagens a estes. E a falta de transmissão de mensagens acarretará dificuldades aos Sistemas de Arquivos pesquisados referentes à transferência dos arquivos intermediários e do recolhimento dos arquivos permanentes, da Rede de Arquivos para os Sistemas de Arquivos. As tecnologias de informação e comunicação (TIC) “constitutivas também de novas dinâmicas de interação social” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2007, p. 174), poderiam auxiliar na troca e transmissão dessas mensagens. As tecnologias de

informação e comunicação (TIC), fornecem atualmente, “a base técnica para novos modos de **reprodução e valorização do capital, seja o capital financeiro, transformado em pura informação, seja o capital produtivo**, ao permitirem a flexibilização do aparato técnico e do trabalho [...]” (ALBAGLI; MACIEL, 2011, p. 22, grifo nosso). O sentido dado por Albagli e Maciel (2011) ao advento das tecnologias de informação e comunicação advoga a favor de seu uso na reprodução e valorização do capital intangível dos ATORES nos Sistemas de Arquivos.

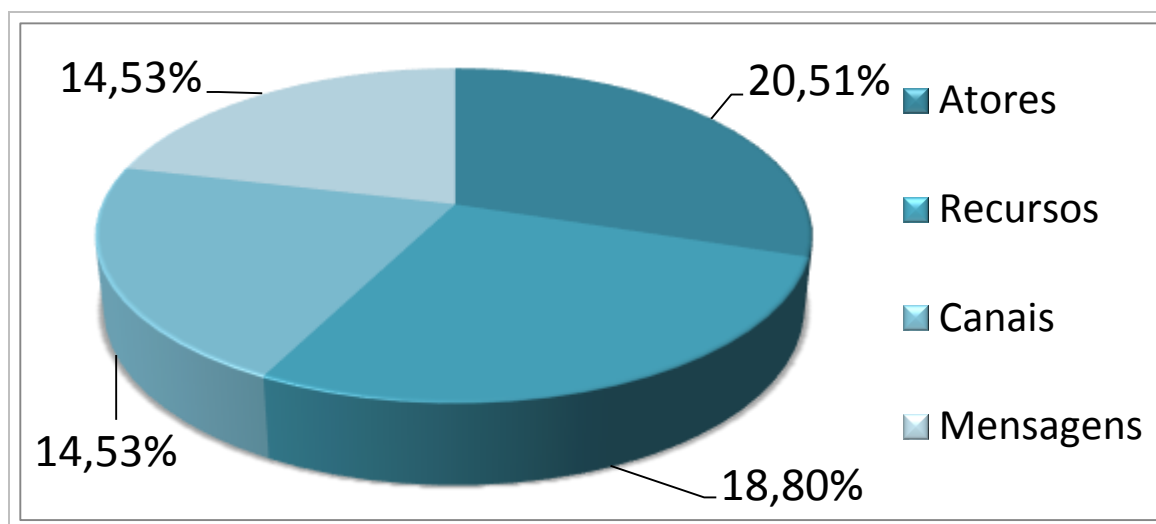
4.1.2 Relevância dos exemplos de elementos de regime de informação nos sistemas de arquivos das instituições de ensino superior públicas do Brasil

A segunda pergunta obteve 234 (100%) indicações de resposta em todos os graus de relevância. O grau de relevância cinco recebeu 160 ocorrências (68,37%), o grau de relevância quatro recebeu 52 ocorrências (22,22%), o grau de relevância três recebeu 15 ocorrências (6,41%), o grau de relevância dois, quatro ocorrências (1,71%), o grau de relevância um, zero ocorrências (0,00%) e o grau de relevância zero, três ocorrências (1,28%). O que significa, nas categorias de elementos em todos os graus de relevância, 72 (30,76%) ocorrências para o elemento ATORES e 54 (23,08%) para os elementos RECURSOS, CANAIS e MENSAGENS.

O Gráfico 3 representa o grau de relevância cinco dos elementos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil. Nota-se nesse gráfico que na maioria dos Sistemas de Arquivos pesquisados há predominância do elemento ATORES, o que corresponde a 20,51% do total de 234 indicações (100%). Portanto, para esses sistemas os ATORES são muito relevantes para o desenvolvimento adequado de suas atividades. No processo de desenvolvimento de um determinado ambiente informacional (= Regime de Informação = Sistema de Arquivos), são os ATORES que se envolvem nas ações coletivas (PASSARELLI *et al*, 2009). Essa ação coletiva espelha a interação entre pessoas em ambientes onde ocorrem influências e transformações variadas, permitindo relações de poder, determinadas pela distribuição de recursos e necessidades entre os atores e pelas estruturas organizacionais de cada organização (FOUCAULT, 1988). Numa hierarquia organizacional, as relações de poder envolvem o legislador (diretor, diretor-presidente, diretor-chefe, diretor sênior, ou seja, alta administração) e os legislados (funcionários – atores - de nível técnico e

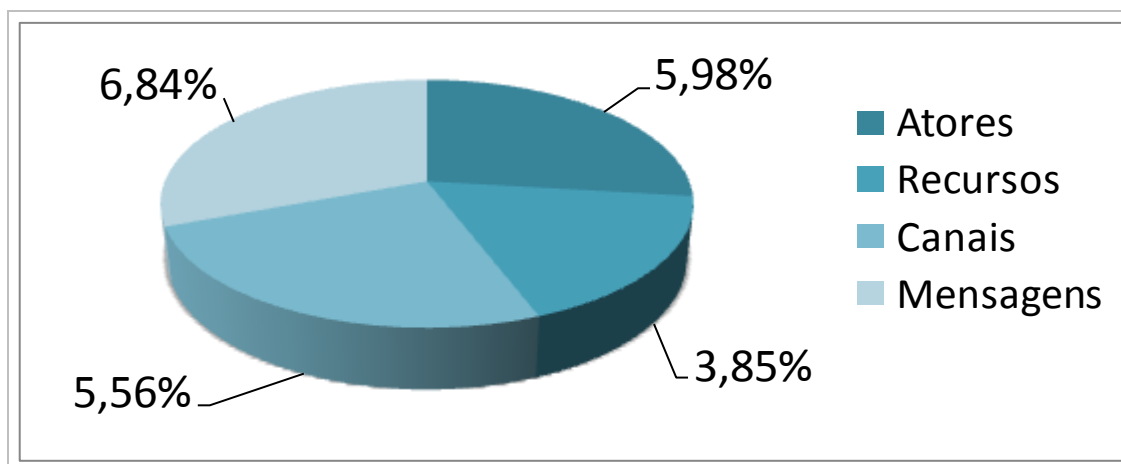
acadêmico inferior) (DAVENPORT; PRUSAK, 1998). Essas relações de poder são extremamente necessárias para que as normas e diretrizes sejam aceitas e praticadas por todos.

GRÁFICO 3 – Grau 5 de relevância dos elementos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil.



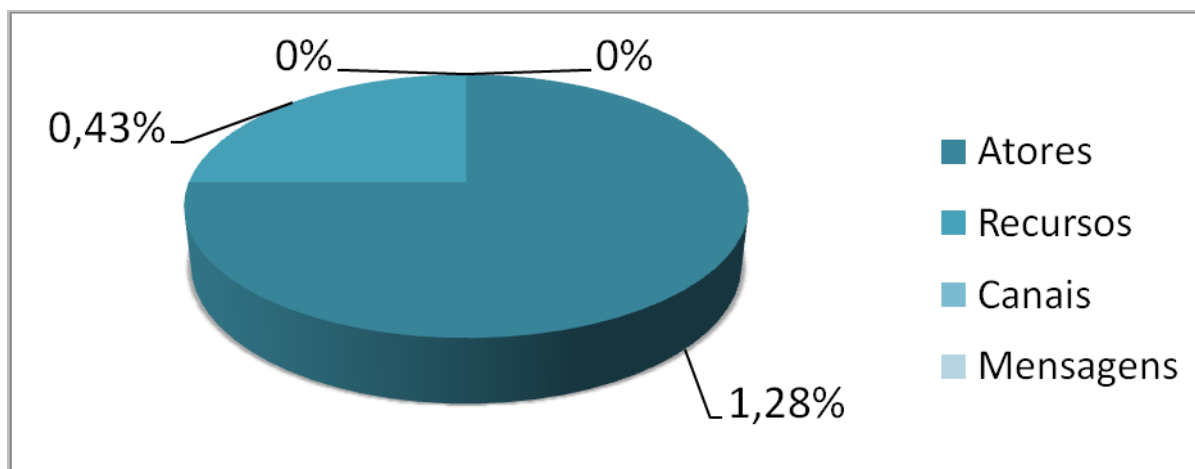
O Gráfico 4 representa o grau de relevância quatro dos elementos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil. Há predominância na maioria dos Sistemas de Arquivos pesquisados, do elemento MENSAGENS, o que corresponde a 6,84% do total de 234 indicações (100%). Portanto, na opinião desses sistemas a transmissão/troca de MENSAGENS entre os vários órgãos e entidades, internos ou externos a eles, possui relevância moderada. Essas opiniões evidenciam o pensamento de Matheus (2005, p. 148-149) ao colocar que em “qualquer processo que envolve a comunicação da informação há sempre uma mensagem” (sinal com significado) “que é emitida, tendo sido solicitada ou não e dessa forma, há diferentes possibilidades para tal mensagem ser recebida e interpretada como informação” (signo/significado semântico). Ou seja, todas as vezes que uma informação é requerida, ela obrigatoriamente é enviada como mensagem e, independentemente de a solicitação ser voluntária ou não, a recepção e a interpretação da mensagem como informação serão posteriores.

GRÁFICO 4– Grau 4 de relevância dos elementos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil.



Já o Gráfico 5 representa o grau de relevância de três dos elementos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil. Observa-se a predominância nos Sistemas de Arquivos pesquisados, do elemento CANAIS, o que corresponde a 2,99% do total de 234 indicações (100%). Portanto, nota-se baixa relevância na visão desses sistemas na utilização de CANAIS de informação, fato que enfraquece a relevância dada pelos Sistemas de Arquivos pesquisados às MENSAGENS. As mensagens sempre sairão de um emissor a um receptor através de CANAIS, sejam estes formais ou informais e se a relevância atribuída pelos Sistemas de Arquivos, a esses CANAIS não aumentar, todo o processo de comunicação será prejudicado, já que ações de informação que são movimentadas por indivíduos (ATORES) que agem conforme necessidades de busca e uso das informações, são otimizadas por canais e recursos de informação, bem como pela troca de mensagens que esses indivíduos estabelecem entre si.

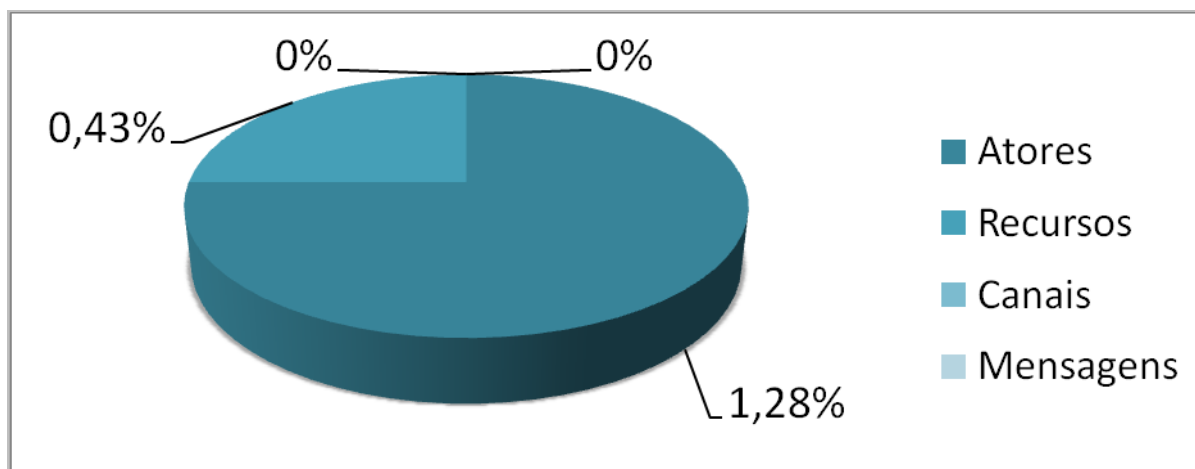
GRÁFICO 5– Grau 3 de relevância dos elementos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil.



O Gráfico 6 representa o grau de relevância dos elementos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil. Evidencia-se nesse gráfico, predominância do elemento ATORES na maioria dos Sistemas de Arquivos pesquisados, o que corresponde a 1,28% do total de 234 indicações (100%). Percebe-se pouca relevância do elemento ATORES para alguns desses sistemas e esse dado evidencia talvez o desconhecimento desses Sistemas de Arquivos de que os ATORES são “nós” (classes de equivalência, quando se identifica indivíduos estruturalmente equivalentes) que possibilitam distinguir os papéis representados numa rede (neste caso, a Rede de Arquivos), determinando os atores que têm papéis similares (MARTELETO, 2010).

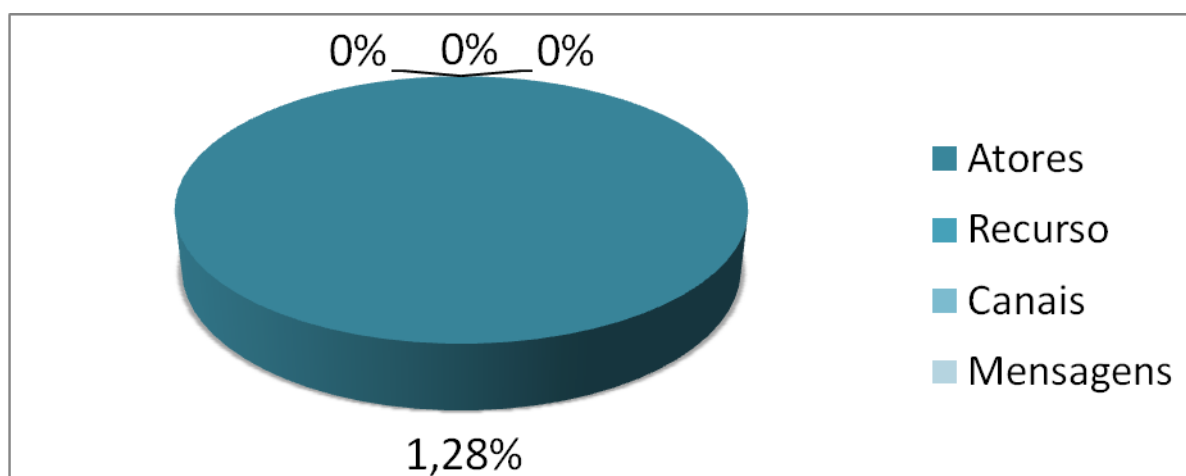
Todavia, justifica-se de certa forma este cenário, pois ressalta González de Gómez (2007) que os atores, dentro de regimes de informação específicos constantemente sofrerão mutações quanto às suas características, pois serão sempre condicionados ao atendimento das demandas (mutáveis) de negócios das organizações. Regime de Informação, neste caso, “indica efeitos crescentes na diminuição de papéis e iniciativas, e a configuração prévia de um agente (atores) das ações de informação (o Estado, as instituições, os profissionais intermediários, os usuários)” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2007, p. 170).

GRÁFICO 6 – Grau 2 de relevância dos elementos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil.



O Gráfico 7 demonstra o grau de relevância zero dos elementos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil, pois o grau de relevância um (relevância indiferente), não recebeu indicações. Neste gráfico nota-se predominância do elemento ATORES na maioria dos Sistemas de Arquivos pesquisados, o que corresponde a 1,28% do total de 234 indicações. Portanto, para alguns sistemas, os ATORES não possuem relevância o que também transparece seus desconhecimentos acerca dos papéis exercidos pelos ATORES em toda a Rede de Arquivos e em todos os Sistemas de Arquivos.

GRÁFICO 7 – Grau Zero de relevância dos elementos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil.



A Tabela 6 (Graus de relevância dos elementos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições públicas brasileiras de Ensino Superior) a

seguir, também referente aos resultados coletados na segunda pergunta do formulário de pesquisa, mostra de forma detalhada o exposto nos gráficos acima. Esta tabela apresenta os quatro elementos de Regime de Informação, ATORES, RECURSOS, CANAIS e MENSAGENS, as ocorrências (indicações) de respostas (números absolutos e percentuais) relacionadas aos graus de relevância zero, um, dois, três, quatro e cinco dos elementos de Regime de Informação e, o percentual de indicações de cada elemento de Regime de Informação.

TABELA 6 – Relevância dos elementos de Regime de Informação nos Sistemas de Arquivos das Instituições públicas brasileiras de Ensino Superior.

Exemplos de Atores	Graus de Relevância												TOTAL	
	0	%	1	%	2	%	3	%	4	%	5	%		
ATORES	3	1,28%	0	0,00%	3	1,28%	4	1,71%	14	5,98%	48	20,51%	72	30,76%
RECURSOS	0	0,00%	0	0,00%	1	0,43%	0	0,00%	9	3,85%	44	18,80%	54	23,08%
CANAIS	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	7	2,99%	13	5,56%	34	14,53%	54	23,08%
MENSAGENS	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4	1,71%	16	6,84%	34	14,53%	54	23,08%
TOTAL	3	1,28%	0	0,00%	4	1,71%	15	6,41%	52	22,22%	160	68,37%	234	100%

De acordo com a Tabela 6, o elemento ATORES foi o que mais recebeu indicação no grau de relevância cinco por parte dos Sistemas de Arquivos pesquisados, com 48 ocorrências, correspondendo a 20,51% do total de 234 ocorrências (100%), seguido do elemento RECURSOS com 44 ocorrências (18,80%). Os elementos CANAIS e MENSAGENS foram os que menos receberam indicação no grau de relevância cinco, ambos com 34 ocorrências (14,53%).

Com 16 ocorrências (6,84%) dentre o total de 234 (100%), o elemento MENSAGENS foi o que mais recebeu indicações no grau de relevância quatro, seguido do elemento ATORES com 14 ocorrências (5,98%) e do elemento CANAIS com 13 ocorrências (5,56%). O elemento RECURSOS foi o que menos recebeu indicação neste grau, com nove ocorrências (3,85%).

Do total de 234 ocorrências (100%), no grau de relevância três, o elemento CANAIS foi o que mais recebeu indicação com sete ocorrências (2,99%) e os que menos receberam indicação foram os elementos ATORES e MENSAGENS ambos

com quatro ocorrências (1,71%). Não houve indicação dos Sistemas de Arquivos pesquisados, para o elemento RECURSOS neste grau de relevância.

O elemento ATORES foi o que mais recebeu indicações no grau de relevância dois com três ocorrências (1,28%) do total de 234 ocorrências (100%), seguido do elemento RECURSOS com uma ocorrência (0,43%). Os elementos CANAIS e MENSAGENS não receberam indicação neste grau de relevância.

No que se refere ao grau um de relevância, apresentado na Tabela 6, nenhum dos elementos de Regime de Informação apresentou indicação pelos Sistemas de Arquivos pesquisados.

Todavia, no grau de relevância zero houve indicações apenas para o elemento ATORES, com três ocorrências (1,28%).

Dessa forma, pode-se entender que a diferença entre os elementos de Regime de Informação no tange à suas altas relevâncias (grau cinco) é pequena, pois varia de 1,71% a 4,27% entre eles. Este fator transparece a relevância de todos esses elementos nos Sistemas de Arquivos pesquisados e contribui para a conformação de seus Regimes.

Nesse sentido, torna-se interessante apresentar o percentual de indicações feitas para cada exemplo de elementos nos graus de relevância (zero ao cinco) de maneira separada. Desta forma, a Tabela 7 (Relevância dos exemplos de Atores nos Sistemas de Arquivos das Instituições públicas brasileiras de Ensino Superior), apresenta de forma detalhada os resultados coletados na segunda pergunta do formulário de pesquisa em relação aos exemplos do elemento ATORES. Apresenta também, oito exemplos de ATORES sendo eles, “Responsável pelo arquivo corrente na Rede de Arquivos”, “Chefe da divisão/seção de arquivo intermediário”, “Chefe da divisão/seção de arquivo permanente”, “Rede de arquivos”, “Estagiário(s) de Arquivologia”, “Técnicos administrativos do sistema de arquivos”, “Sistemas de arquivo de outra IES” e as ocorrências (indicações) de respostas (números absolutos e percentuais) relacionadas os graus de relevância zero, um, dois, três, quatro e cinco do elemento ATORES.

TABELA 7 – Relevância dos exemplos de Atores nos Sistemas de Arquivos das Instituições públicas brasileiras de Ensino Superior.

Exemplos de Atores	Graus de Relevância												TOTAL	
	0	%	1	%	2	%	3	%	4	%	5	%		
• Responsável pelo arquivo corrente na Rede de Arquivos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	0,85%	7	3%	9	3,84%
• Chefe da divisão/seção de arquivo intermediário	1	0,43%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	0,85%	6	2,56%	9	4,14%
• Chefe da divisão/seção de arquivo permanente	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,43%	2	0,85%	6	2,56%	9	3,84%
• Rede de arquivos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	0,85%	7	3%	9	3,84%
• Estagiário(s) de Arquivologia	1	0,43%	0	0,0%	1	0,43%	0	0,0%	1	0,43%	6	2,56%	9	3,85%
• Arquivista(s) do Sistema de Arquivos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	0,85%	7	3%	9	3,84%
• Técnicos administrativos do sistema de arquivos	1	0,43%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	0,85%	6	2,56%	9	3,84%
• Sistemas de arquivos de outras IES	0	0,0%	0	0,0%	2	0,85%	3	1,28%	1	0,43%	3	1,28%	9	3,84%
TOTAL	3	1,29%	0	0,00%	3	1,28%	4	1,71%	14	5,96%	48	20,52%	72	30,76%

Percebe-se dentre as indicações relacionadas ao elemento ATORES na Tabela 7, que “Responsável pelo arquivo corrente na Rede de Arquivos”, “Rede de arquivos” e, “Arquivista(s) do Sistema de Arquivos” são os exemplos de elementos de Regime de Informação que mais receberam indicação no grau de relevância cinco, todos com sete ocorrências (3%) do total de 72 ocorrências (30,76%), seguidos do “Chefe da divisão/seção de arquivo intermediário”, “Chefe da divisão/seção de arquivo permanente”, “Estagiário(s) de Arquivologia” e, “Técnicos administrativos do sistema de arquivos”, todos com seis ocorrências (2,56%). O exemplo que menos recebeu indicação no grau de relevância cinco foi “Sistemas de Arquivos de outras IES” com três ocorrências (1,28%).

No que tange ao grau de relevância quatro, lideram no número de indicações recebidas, os exemplos “Responsável pelo arquivo corrente na Rede de Arquivos”, “Chefe da divisão/seção de arquivo intermediário”, “Chefe da divisão/seção de arquivo permanente”, “Rede de Arquivos”, “Arquivista(s) do Sistema de Arquivos” e, “Técnicos administrativos do Sistema de Arquivos”, todos com duas ocorrências (0,85%). E com menos indicações foram “Estagiário(s) de

Arquivologia” e, “Sistemas de arquivos de outras IES”, ambos com uma ocorrência (0,43%).

Já no que se refere ao grau de relevância três, “Sistemas de arquivos de outras IES” recebeu o maior número de indicações, o que corresponde a três ocorrências (1,28%). “Chefe da divisão/seção de arquivo permanente” com uma ocorrência (0,43%) foi o exemplo de elemento de Regime de Informação que menos recebeu indicação. Os exemplos “Responsável pelo arquivo corrente na Rede de Arquivos”, “Chefe da divisão/seção de arquivo intermediário”, “Rede de Arquivos”, “Estagiário(s) de Arquivologia”, “Arquivista(s) do Sistema de Arquivos” e “Técnicos administrativos do Sistema de Arquivos”, não receberam indicação pelos Sistemas de Arquivos pesquisados.

Assim como no grau de relevância dois, “Sistemas de arquivos de outras IES” também foi o exemplo de elemento de Regime de Informação mais indicado pelos Sistemas de Arquivos pesquisados no grau de relevância dois com duas ocorrências (0,85%). O menos indicado foi “Estagiário(s) de Arquivologia” com uma ocorrência (0,43%). “Responsável pelo arquivo corrente na Rede de Arquivos”, “Chefe da divisão/seção de arquivo intermediário”, “Chefe da divisão/seção de arquivo permanente”, “Rede de Arquivos”, “Arquivista(s) do Sistema de Arquivos” e, “Técnicos administrativos do Sistema de Arquivos”, foram os exemplos de elemento de Regime de Informação sem ocorrências.

O grau de relevância um foi o único dentre todos os graus que não recebeu indicações nos exemplos de elementos de Regime de Informação pelos Sistemas de Arquivos pesquisados. Entretanto, houve três indicações no grau de relevância zero. “Chefe da divisão/seção de arquivo intermediário”, “Estagiário(s) de Arquivologia” e, “Técnicos administrativos do Sistema de Arquivos” foram os exemplos de elementos de Regime de Informação que mais receberam indicações, todos com uma ocorrência (0,43%). “Responsável pelo arquivo corrente na Rede de Arquivos”, “Chefe da divisão/seção de arquivo permanente”, “Rede de Arquivos”, “Arquivista(s) do Sistema de Arquivos” e “Sistemas de Arquivos de outras IES” não receberam indicações.

Os dados indicam que um profissional com capacitação e/ou experiência específica em arquivos é relevante para os Sistemas de Arquivos pesquisados, já que sete, das nove IES que responderam ao formulário apontam o grau cinco de relevância para “Arquivista (s) do Sistema de Arquivos”. E embora a Rede de

Arquivos não tenha sido indicada como existente na maioria dos Sistemas de Arquivos pesquisados, outro fator interessante é que essas mesmas sete IES mencionaram o “Responsável pelo Arquivo corrente na Rede de Arquivos” e a própria “Rede de Arquivos” no grau cinco de relevância. Ou seja, apesar de não haver alta existência nesses sistemas, a “Rede de Arquivos” e o “Responsável pelo Arquivo corrente a Rede” são muito relevantes.

A alta relevância do Arquivista para esses sistemas atende ao exposto na Lei nº 6.546/78 que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e descreve as atribuições do Arquivista quanto ao planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo; planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo; planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos; orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos; orientação da avaliação e seleção de documento, dentre outras (BRASIL, 1978).

Nota-se também alta relevância atribuída por alguns Sistemas de Arquivos ao “Chefe da divisão/seção de arquivo intermediário”, “Chefe da divisão/seção de arquivo permanente” e aos “Técnicos administrativos do Sistema de Arquivos”, relevância moderada aos “Sistemas de arquivos de outras IES” e ao “Estagiário(s) de Arquivologia” e nenhuma relevância para “Chefe da divisão/seção de arquivo intermediário”, “Estagiário(s) de Arquivologia” e “Técnicos administrativos do Sistema de Arquivos”.

Essa realidade corrobora o exposto por Frohmann (1995) ao dizer que Regime de Informação é “um sistema ou rede, mais ou menos estável, no qual a informação flui através de determinados canais – dos **produtores específicos**, via estruturas organizacionais específicas, para **consumidores ou usuários específicos**” (FROHMANN, 1995, p. 4, grifo nosso). Desta maneira, evidencia-se a importância dada pelos Sistemas de Arquivos (produtores e também consumidores específicos) pesquisados, em primeiro lugar, ao valor primário e à administração dos arquivos na primeira idade dos documentos (arquivos correntes - composição básica da “Rede de Arquivos”), justamente por esses sistemas terem mencionado a alta relevância do Responsável pelo arquivo corrente na Rede de Arquivos (produtores e também consumidores específicos).

Em segundo lugar, ao terem indicado o exemplo “Chefes das divisões de arquivo intermediário e arquivo permanente” como muito relevante, evidenciaram a

importância desses arquivos, que estão na “Rede de Arquivos”, mas que de acordo com uma temporalidade estabelecida pela IES, aguardam transferência e recolhimento para o Sistema de Arquivos.

Quando a relevância do “Responsável pelo arquivo corrente na Rede de Arquivos” e dos “Chefes das divisões de arquivo intermediário e arquivo permanentes” são mencionadas, isto significa que a integração e interação entre esses ATORES também é muito relevante para os Sistemas de Arquivos pesquisados.

Acredita-se que a Arquivística tradicional, aquela amparada apenas pelo valor secundário dos arquivos (valor histórico) intitulados por muitos autores, a exemplo de Bellotto (1991), como arquivos permanentes, dá lugar nos Sistemas de Arquivos pesquisados, à Arquivística Integrada, aquela em que o documento deve ser considerado para fins de tratamento (organização e recuperação) desde seu nascimento (produção) (TOGNOLI, 2010). Este quadro positivo é fortalecido pela alta relevância atribuída pela maioria dos Sistemas de Arquivos pesquisados ao “Chefe da divisão/seção de arquivo intermediário”, “Chefe da divisão/seção de arquivo permanente” e “Técnicos administrativos do Sistema de Arquivos”, que receberam seis indicações cada no grau de relevância cinco. Este quadro evidencia a importância de um cenário (Sistemas de Arquivo) de inter-relacionamentos orgânicos entre os arquivos correntes (documentos em tramitação ou não que são objetos de consultas frequentes pela entidade que o produziu, a quem compete a sua administração), arquivos intermediários (documentos originários de arquivos correntes, com uso pouco frequente, que aguardam destinação) e arquivos permanentes (documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor histórico) (ARQUIVO NACIONAL, 2004).

A Tabela 8 (Graus de relevância dos exemplos de Recursos nos Sistemas de Arquivos das Instituições públicas brasileiras de Ensino Superior) colocada a seguir, apresenta de forma detalhada os resultados coletados na segunda pergunta do formulário de pesquisa, porém resultados referentes aos exemplos do elemento RECURSOS. Esta tabela apresenta seis exemplos de RECURSOS sendo eles, “Manuais de procedimentos”, “Instruções normativas”, “Legislação Arquivística”, “Instrumentos de pesquisa”, “Serviço/setor/divisão de Protocolo”, “Política de Gestão de documentos” e, as ocorrências (indicações) de respostas (em números absolutos

e percentuais) relacionadas aos graus de relevância zero, um, dois, três, quatro e cinco do elemento RECURSOS.

TABELA 8 – Relevância dos exemplos de Recursos nos Sistemas de Arquivos das Instituições públicas brasileiras de Ensino Superior.

Exemplos de Recursos	Graus de Relevância													TOTAL	
	0	%	1	%	2	%	3	%	4	%	5	%			
• Manuais de procedimentos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,43%	8	3,42%	9	3,85%	
• Instruções normativas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,43%	8	3,42%	9	3,85%	
• Legislação Arquivística	0	0,00%	0	0,00%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,43%	8	3,42%	9	3,85%	
• Instrumentos de Pesquisa	0	0,00%	0	0,00%	1	0,43%	0	0,0%	3	1,27%	5	2,14%	9	3,84%	
• Serviço/setor/divisão de Protocolo	0	0,00%	0	0,00%	0	0,0%	0	0,0%	2	0,85%	7	2,99%	9	3,84%	
• Política de Gestão de documentos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,43%	8	3,42%	9	3,85%	
TOTAL	0	0,00%	0	0,00%	1	0,43%	0	0,00%	9	3,84%	44	18,81%	54	23,08%	

Dentre as indicações relacionadas ao elemento RECURSOS na Tabela 8, os “Manuais de procedimentos”, “Instruções normativas”, “Legislação Arquivística” e “Política de Gestão de Documentos” são os exemplos de elementos de Regime de Informação que mais receberam indicação no grau de relevância cinco, todos com oito ocorrências (3,42%) do total de 54 ocorrências (23,08%), seguidos do “Serviço/setor/divisão de Protocolo” com sete ocorrências (2,99%). O exemplo que menos recebeu indicação no grau de relevância cinco foi “Instrumentos de Pesquisa”, com cinco ocorrências (2,14%).

No que tange ao grau de relevância quatro, o exemplo “Instrumento de Pesquisa” lidera no número de indicações recebidas com três ocorrências (1,28%), seguido pelo “Serviço/setor/divisão de Protocolo” com duas ocorrências (0,85%). Com menos indicações ficaram “Manuais de procedimentos”, “Instruções normativas”, “Legislação Arquivística” e “Política de Gestão de Documentos”, todos com uma ocorrência (0,43%).

Os graus de relevância três, um e zero não receberam indicações dos Sistemas de Arquivos pesquisados, nos exemplos RECURSOS relativos aos elementos de Regime de Informação, o que corresponde a zero ocorrência. Houve

uma indicação no grau de relevância dois para “Instrumentos de Pesquisa”, o que significa 0,43% das ocorrências.

Interessante, e ao mesmo tempo preocupante, é notar que a maioria (oito) dos Sistemas de Arquivos pesquisados indicou como mais relevante (grau cinco), os exemplos de elementos de Regime de Informação que se referem a diretrizes, normas, padrões, políticas e regras, ou seja, aos “Manuais de Procedimento” (material produzido pelos próprios Sistemas de Arquivo e utilizado como base para todas as atividades práticas inerentes ao tratamento dos arquivos), “Instruções Normativas” (material produzido pela administração das IES, a fim de normatizar as ações dos órgãos), “Legislação Arquivística” (produzida por órgãos específicos de arquivo em âmbito nacional e internacional e visam a regulamentação das práticas arquivísticas das mais variadas) e “Política de Gestão de Documentos” (produzida pelos Sistemas de Arquivo com o objetivo de estabelecer as regras e diretrizes políticas para a promoção de ações eficazes e eficientes a curto, médio e longo prazos da gestão de documentos). Interessante porque esses sistemas são cientes da importância de se utilizar regras, normas, diretrizes em suas atividades de arquivo e do benefício desta utilização para todo o Sistema de Arquivo, para a Rede de Arquivos e para a IES, mas é preocupante porque ao serem questionados sobre a existência dessas normas e diretrizes nos Sistemas de Arquivos onde trabalham, a maioria dos sujeitos respondentes afirmou não existirem. Refutando essa constatação da pesquisa valemo-nos do argumento de Couture (1998, p. 1-2 *apud* INDOLFO, 2012, p. 11, grifo nosso) para quem “a legislação arquivística é **parte indissociável e primeira de toda política de gestão de documentos [...]**”, pois “a solução da maior parte dos problemas colocados pela gestão de arquivos” (direção, supervisão e coordenação das atividades de um arquivo) “passa pela infraestrutura legislativa”.

Em consonância com a realidade dos Sistemas de Arquivos pesquisados está o pensamento de Braman (2004, p. 23, grifo nosso) de que Regime de Informação é um conjunto de “**princípios explícitos ou implícitos, normas, regras, procedimentos de tomada de decisão** que facilitam a convergência de expectativas de atores numa área específica”. Em conformidade com Braman (2004), Magnani e Pinheiro (2011, p. 596, grifo nosso) explicitam que os Regimes de Informação “estão sendo trabalhados na Ciência da Informação como uma forma de se obter uma paisagem do campo de **ação político de informação** relacionando

atores, tecnologias, representações, **normas, e padrões regulatórios** que configuram **políticas implícitas ou explícitas de informação**". Ou seja, uma das características mais salientes dos Regimes de Informação é o fato de eles envolverem, mesmo que de modo menos rígido, regras, normas, diretrizes e políticas, fato que não está presente na prática da maioria dos Sistemas de Arquivos pesquisados. Pensa-se ser adequado vislumbrar a tendência de prática desses sistemas no planejamento, elaboração e implantação de políticas específicas (exemplo: Política de Gestão de Documentos, Política de Informação, Política de Organização de Arquivos, dentre outras) que possam direcionar as atividades de arquivo não só nos Sistemas, mas também para toda a Rede de Arquivos.

Todavia, mesmo que para alguns dos sistemas pesquisados, "Instrumento de Pesquisa" e "Serviço/setor/divisão de Protocolo" possuam relevância moderada (grau quatro) no âmbito de seus Regimes de Informação, em sua maioria os sistemas pesquisados prezam pelo Protocolo, ou seja, pelo controle da produção de documentos e do fluxo e recuperação dos processos documentais, pois apresentaram sete indicações para o grau de relevância cinco. Este cenário está em consonância com o exposto por Silva (2007, p. 24, grifo nosso) ao afirmar que "o controle dos **fluxos informacionais** é fundamental, pois contribui para a caracterização de um Regime de Informação e tal controle pode acontecer por **vias legais formais ou mesmo por vias informais**". Neste caso, o controle dos fluxos de informação (registradas) será exercido pelos Sistemas de Arquivos através do "Serviço/setor/divisão de Protocolo" (via legal formal).

A Tabela 9 (Relevância dos exemplos de Canais nos Sistemas de Arquivos das Instituições públicas brasileiras de Ensino Superior) colocada a seguir, mostra de forma detalhada os resultados coletados na segunda pergunta do formulário de pesquisa, com resultados referentes aos exemplos de CANAIS. Esta tabela apresenta seis exemplos do elemento CANAIS sendo eles, "Base/Banco de dados", "Site das IES/Sistema de arquivo", "Comunicação entre chefias internas", "Publicações técnicas/científicas", "Acesso ao acervo", "Web 2.0 (Sistemas Colaborativos – Ex.: Redes Sociais)" e as ocorrências (indicações) de respostas (em números absolutos e percentuais) relacionadas os graus de relevância zero, um, dois, três, quatro e cinco do elemento CANAIS.

TABELA 9 – Relevância dos exemplos de Canais nos Sistemas de Arquivos das Instituições públicas brasileiras de Ensino Superior.

Exemplos de Canais	Graus de Relevância												TOTAL	
	0	%	1	%	2	%	3	%	4	%	5	%		
• Base/Banco de dados	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	0,85%	7	3,00%	9	3,85%
• Site da IES/sistema de arquivos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	0,85%	2	0,85%	5	2,14%	9	3,84%
• Comunicação entre chefias internas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	0,85%	7	3,00%	9	3,85%
• Publicações técnicas/científicas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	0,85%	2	0,85%	5	2,15%	9	3,85%
• Acesso ao acervo	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	0,85%	7	3,00%	9	3,85%
• Web 2.0 (Sistemas Colaborativos - Ex.: Redes Sociais)	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	3	1,28%	3	1,28%	3	1,28%	9	3,84%
TOTAL	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	8	2,98%	13	5,53%	34	14,57%	54	23,08%

No que se refere ao elemento CANAIS na Tabela 9, percebe-se dentre as indicações que “Base/Banco de dados”, “Comunicação entre chefias internas” e “Acesso ao Acervo” foram os exemplos de elementos de Regime de Informação que mais receberam indicação no grau de relevância cinco, todos com sete ocorrências (3%) do total de 54 (23,08%), seguidos do “Site da IES/Sistema de Arquivos” e “Publicações técnicas/científicas”, ambos com cinco ocorrências (2,15%). O exemplo que menos recebeu indicação no grau de relevância cinco foi “Web 2.0” com três ocorrências (1,28%).

Entretanto, no que tange ao grau de relevância quatro, “Web 2.0” com três ocorrências (1,28%), lidera o número de indicações recebidas. E com menos indicações ficaram “Base/Banco de dados”, “Site da IES/Sistema de Arquivos”, “Comunicação entre chefias internas”, “Publicações técnicas/científicas” e “Acesso ao Acervo”, todos com duas ocorrências (0,85 %).

Assim como no grau de relevância quatro, no grau de relevância três, “Web 2.0” lidera o número de indicações recebidas com três ocorrências (1,28%). O “Site da IES/Sistema de Arquivos” e “Publicações técnicas/científicas”, com duas ocorrências (0,85%) cada, receberam o menor número de indicações, já que os exemplos “Base/Banco de dados”, “Comunicação entre chefias internas” e “Acesso

ao Acervo”, não receberam indicações pelos Sistemas de Arquivos pesquisados, com zero ocorrências.

Os graus de relevância dois, um e zero foram os que não receberam dos Sistemas de Arquivos pesquisados indicações nos exemplos do elemento CANAIS.

As Tecnologias de Informação que englobam de certa forma Bancos de Dados e Bases de Dados (softwares de armazenamento e recuperação de dados e informações) e que promovem a preservação e o acesso aos arquivos são aspectos muito relevantes para os Sistemas de Arquivos pesquisados, pois “Base/Banco de Dados” foi o exemplo de CANAIS que mais teve indicações no grau cinco de relevância. Esses dados reforçam o comentário de González de Gómez (2012, p. 29, grifo nosso): “as **bases de dados** seriam um dos *loci* onde os **efeitos e as potências das mudanças nos cenários contemporâneos de informação**” (Regimes de Informação), “ficariam em evidência, enquanto geram mecanismos de construção de sujeitos”.

Braman (2011, p. 46) comenta que “ocorrem falhas significativas (mudanças) sobre decisões rotineiras” nos regimes de informação, assim como o surgimento de novas ideias, “quando a tomada de decisão é bloqueada e/ou quando decisões fundamentais desviam a atenção das políticas para novas questões”. Desta forma, Nesse caso, as estratégias de preservação, a rede de atores e, os artefatos científicos e tecnológicos específicos “manchariam” os regimes de informação específicos, ou seja, dos sistemas de arquivo (FROHMANN, 2006).

Mas parece existir resistência dos Sistemas de Arquivos pesquisados sobre a importância da “Web 2.0” (redes colaborativas, redes sociais) na promoção das ações de informação relativas às mais diversas atividades desenvolvidas por eles.

O termo “Tecnologias de Informação”(T.I)é entendido por González de Gómez e Chicanel (2008, p. 2) como “Tecnologias Digitais de Informação” e como “Tecnologias de Informação e Comunicação” dependendo do seu uso em contextos referentes à Internet por exemplo. Para as autoras,

os modos de integração dos atores se configuram na interseção das tecnologias de informação com as dinâmicas organizacionais e, dessa forma, um pesquisador da área de computação, poderia contribuir participativamente na formação de novos arranjos comunicativos entre esses atores, em empreendimentos comunitários de cooperaçãoa exemplo dos *softwares* livres, produção de conteúdos colaborativos e geração de novas formas de

validação comunicativa e gnosiológica, como as 'wikis' (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; CHICANEL, 2008, p. 12).

Para Wilke e Jardim (2006, p. 4, grifo nosso) “[...] **a estrutura tecnológica cada vez mais torna disponível a informação digitalizada numa convergência de meios, que, desenvolvidos uns em interface com outros, abre-nos a possibilidade de acesso praticamente em qualquer lugar e tempo**”. São as chamadas tecnologias interativas que, na visão de Sassen (2011, p.167), “facilitam as transações em múltiplas escalas e a simultânea interconectividade entre aqueles que estão, em grande medida, circunscritos a uma localidade”, neste caso, nos regimes de informação específicos dos Sistemas de Arquivos.

Portanto, pensa-se ser necessário na atualidade dos Sistemas de Arquivos pesquisados o início de práticas relacionadas ao uso e desenvolvimento de estruturas tecnológicas que visem o compartilhamento mais rápido de informações digitais e eletrônicas, e que promovam também a preservação destas informações. Uma parceria com pesquisadores em T.I seria aconselhável.

A Tabela 10 (Graus de relevância dos exemplos de Mensagens nos Sistemas de Arquivos das Instituições públicas brasileiras de Ensino Superior) colocada a seguir, representa detalhadamente os resultados coletados na primeira pergunta do formulário de pesquisa, relativos aos exemplos de MENSAGENS. Esta tabela apresenta seis exemplos do elemento MENSAGENS sendo eles, “Mensagens do/e para o protocolo”, “Mensagens do/e para a rede de arquivos”, “Mensagens das/e para as chefias das divisões do sistema de arquivos”, “Mensagens da/e para a reitoria”, “Mensagens dos/e para os técnicos administrativos do sistema de arquivos”, “Mensagens externas à IES” e, as ocorrências (indicações) de respostas (em números absolutos e percentuais) relacionadas os graus de relevância zero, um, dois, três, quatro e cinco do elemento MENSAGENS.

TABELA 10 – Relevância dos exemplos de Mensagens nos Sistemas de Arquivos das Instituições públicas brasileiras de Ensino Superior.

Exemplos de Mensagens	Graus de Relevância													TOTAL	
	0	%	1	%	2	%	3	%	4	%	5	%			
• Mensagens do/e para o protocolo	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,42%	2	0,85%	6	2,57%	9	3,84%	
• Mensagens do/e para a rede de arquivos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,42%	2	0,85%	6	2,57%	9	3,84%	
• Mensagens das/e para as chefias das divisões do sistema de arquivos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	3	1,28%	6	2,57%	9	3,86%	
• Mensagens da/e para a reitoria	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	3	1,28%	6	2,57%	9	3,85%	
• Mensagens dos/e para os técnicos administrativos do sistema de arquivos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	3	1,28%	6	2,57%	9	3,85%	
• Mensagens externas à IES	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	0,85%	3	1,28%	4	1,71%	9	3,84%	
TOTAL	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4	1,69%	16	6,82%	34	14,56%	54	23,08%	

Em se tratando das indicações relacionadas ao elemento MENSAGENS, percebe-se que “Mensagens do/e para o protocolo”, “Mensagens do/e para a rede de arquivos”, “Mensagens das/e para as chefias das divisões do sistema de arquivos”, “Mensagens da/e para a reitoria” e, “Mensagens dos/e para os técnicos administrativos do sistema de arquivos” são os exemplos de elementos de Regime de Informação que mais receberam indicação no grau de relevância cinco, todos com seis ocorrências (2,57%) do total de 54 (23,08%). O exemplo que menos recebeu indicação no grau de relevância cinco foi “Mensagens externas à IES” com quatro ocorrências (1,71%).

No que tange ao grau de relevância quatro, lideram as indicações recebidas, os exemplos “Mensagens das/e para as chefias das divisões do sistema de arquivos”, “Mensagens da/e para a reitoria”, “Mensagens dos/e para os técnicos administrativos do sistema de arquivos” e “Mensagens externas à IES”, todos com três ocorrências (1,28%). E com menos indicações estão “Mensagens do/e para o protocolo” e “Mensagens do/e para a rede de arquivos”, ambos com duas ocorrências (0,85%).

Em relação ao grau de relevância três, “Mensagens externas à IES” recebeu o maior número de indicações, com duas ocorrências (0,85%). “Mensagens do/e para o protocolo” e “Mensagens do/e para a rede de arquivos”, com uma ocorrência (0,42%) cada, foram os exemplos de elemento de Regime de Informação que menos receberam indicações. Os exemplos “Mensagens das/e para as chefias das divisões do sistema de arquivos”, “Mensagens da/e para a reitoria” e “Mensagens dos/e para os técnicos administrativos do sistema de arquivos”, não receberam indicação nesse grau de relevância.

Em relação aos exemplos do elemento MENSAGENS, os graus de relevância dois, um e zero não receberam indicações dos Sistemas de Arquivos pesquisados.

Um aspecto que evidencia a extrema relevância dos Regimes de Informação e dos elementos que os constituem é a transmissão e recepção de mensagens entre os Sistemas de Arquivos pesquisados e o “Protocolo”, entre esses sistemas e a “Rede de Arquivos”, entre as “Chefias das divisões do sistema de arquivos” e, entre os “Técnicos administrativos do Sistema de Arquivos”. Pois, o desenvolvimento adequado dos Sistemas de Arquivos pesquisados é propiciado pela troca de mensagens e pelo compartilhamento de informações e colaboração/cooperação entre os ATORES.

Essa troca permite que essas mensagens ao chegarem até os receptores (ATORES), sejam eles a Rede de Arquivos, as chefias das divisões dos Sistemas de Arquivos ou outros órgãos internos ou externos à IES, sejam transformadas em informações, já que para González de Gómez e Chicanel (1999, p. 6, grifo nosso) “a informação acontece nos **sujeitos (atores)** como uma passagem ou movimento de um ‘estado’ ou de uma **‘base’ de conhecimento a outro estado ou base de conhecimentos**”.É, então, este cenário de interação, integração e compartilhamento de informações entre os mais diversos ATORES que fará com que os Regimes de Informação específicos se fortaleçam como unidades organizacionais, ou seja, ATORES e ações são determinantes para a conformação desses Regimes de Informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da união entre as necessidades dos Sistemas de Arquivos e a solução proposta pela análise de Regimes de Informação emergiu a proposta desta dissertação que trata dos Regimes de Informação dos Sistemas de Arquivos de Universidades Federais e Estaduais do Brasil, cujo objetivo maior foi analisar os regimes de informação dos Sistemas de Arquivos de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do Brasil com foco em suas conformações.

O primeiro passo dado para a consecução do objetivo geral foi a identificação, na literatura, dos elementos que constituem um regime de informação. Isto produziu todo o aporte teórico da dissertação e a construção de um quadro conceitual de elementos que constituem Regimes de Informação de acordo com a literatura e auxiliou a análise dos resultados obtidos na coleta de dados.

Fato importante advindo da pesquisa para detecção dos Sistemas de Arquivos nas IES é a constatação de que das 101 IES pesquisadas, apenas 26 possuem Sistemas de Arquivos e destas, somente uma IES possui curso de Arquivologia. Foi identificado que das 26 IES, quatro são estaduais e 22 são federais.

A literatura regime de informação mostrou, em muitos momentos, que os autores ao se referirem a elementos e a exemplos de elementos de Regime de Informação o fazem como sinônimos. Isto é possível notar especialmente em relação à sinonímia entre Canal e Recurso, e Ator e Canal. O consenso evidente entre os autores é o termo Mensagem que significa, para todos os pesquisados, informação ainda não processada, informação ainda não interpretada.

Houve também disparidade entre os termos utilizados pelas IES pesquisadas ao se referirem a seus Sistemas de Arquivos. Dentre eles o que mais chama atenção é o termo Divisão de Protocolo, porque não carrega por si só o significado de Sistema de Arquivos.

Para detectar o entendimento dos responsáveis pelos Sistemas de Arquivos acerca dos elementos que os constituem e comparar com os aportes da literatura sobre a constituição de Regimes de Informação, foi realizada pesquisa com as IES selecionadas. Desta forma, pode-se perceber que em muitos aspectos conceituais, os autores de Regime de Informação atribuem significado idêntico aos exemplos de elementos de Regime de Informação que se apresentam em categorias de

elementos (Atores, Recursos, Canais e Mensagens) diferentes. Todavia, foi possível detectar nos Sistemas de Arquivos pesquisados que os exemplos de elementos de Regime de Informação se referem a ações distintas, particulares e que se referem a categorias de elementos diferentes. Notou-se também que esses exemplos de elementos de Regime de Informação se complementam em muitos momentos da realização das atividades dos Sistemas de Arquivos.

Em relação à existência dos elementos do Regime de Informação nas IES pesquisadas, identificamos que **Recursos** foi o elemento mais evidente. Dos exemplos de Recursos identificados, o “Serviço/setor/divisão de Protocolo” esteve presente em todos os Sistemas de Arquivos pesquisados. E o elemento menos presente nos Sistemas de Arquivos é **Canais**, sendo “Web 2.0” o exemplo que mais recebeu indicação de não existência.

Por meio da opinião dos sujeitos respondentes (chefes, presidentes, diretores) foi possível compreender a relevância de cada elemento de Regime de Informação dentro dos Sistemas de Arquivo e o entendimento da conformação de seus regimes através da relevância dos exemplos de elementos que constituem seus Regimes de Informação. Entendendo, nesta pesquisa, o grau cinco como de extrema relevância dos elementos de Regime de Informação, pode-se dizer que, de certa forma, todos os elementos de Regime de Informação (Atores, Recursos, Canais e Mensagens) representados na pesquisa por seus exemplos, são altamente relevantes para todos os Sistemas de Arquivos pesquisados. E, embora muitos desses exemplos não estejam presentes em alguns desses sistemas, fica nítido que o elemento **Atores** é o mais relevante dentre os quatro, já que recebeu mais indicações no grau cinco.

Os exemplos de **Atores** mais relevantes são o “Responsável pelo arquivo corrente na Rede de Arquivos”, a “Rede de arquivos” e o “Arquivista(s) do Sistema de Arquivos”. O elemento **Canais** e o elemento **Mensagens** são os menos relevantes, com “Web 2.0” e “Mensagens externas à IES”, respectivamente, os menos indicados no grau cinco de relevância.

Todavia, existe uma incoerência nos resultados obtidos na pesquisa. Nota-se, por exemplo, que “Instrumentos de Pesquisa” é um dos exemplos do elemento **Recursos** que menos existe, mas o “Acesso ao acervo” é um dos exemplos do elemento **Canais** que mais existe nos Sistemas de Arquivos pesquisados. Ora, então fica a questão: como é possível propiciar aos **Atores** o acesso aos acervos

custodiados pelos Sistemas de Arquivos e pela Rede de Arquivos a não ser por meio de “Instrumentos de Pesquisa”?

Outro exemplo de incoerência é o fato de muitos dos Sistemas de Arquivos pesquisados indicarem a existência de “Mensagens do e para o protocolo”, “Mensagens das e para as chefias internas”, “Mensagens da e para a Reitoria”, “Mensagens externas às IES” e, “Mensagens dos e para os Técnicos administrativos” e da pouca existência da “Web 2.0” e “Site da IES e/ou do Sistema de Arquivos”. Questiona-se então: é possível que na atual conjuntura da comunidade profissional universitária, dita globalizada, estabelecer um nível eficiente de compartilhamento dessas mensagens sem a utilização da “Web 2.0” e dos “Sites das IES e/ou dos Sistemas de Arquivos”?

Fator de questionamento também é a baixa ocorrência dos “Sistemas de Arquivos de outras IES” (como **Atores**) e a ocorrência significativa das “Mensagens externas à IES”. É questionável porque fica evidenciada a incoerência de se estabelecer o compartilhamento de mensagens com um público externo que não seja os Sistemas de Arquivos de outras IES. Se os Sistemas de Arquivos de outras IES não são considerados **Atores** na opinião dos Sistemas de Arquivos aqui pesquisados, o processo de compartilhamento das mensagens com qualquer outro público externo a essas IES torna-se disfuncional e sem propósito. A intenção maior neste caso é que os Sistemas de Arquivos como um todo que compõe uma grande rede nacional de arquivos, se fortaleçam e cresçam justamente com a troca de experiência, a troca de mensagens e de informações entre eles.

Um ponto preocupante é que esta pesquisa tratou de levantar estudos referentes à Sistema de Arquivos de **Instituições de Ensino Superior** que têm no tripé ensino, pesquisa e extensão as suas bases, os seus princípios e as suas ações efetivas. Entretanto, na opinião da maioria dos Sistemas pesquisados, respeitar esse tripé não é muito relevante, já que as “Publicações técnicas” foram mencionadas somente quatro vezes no grau cinco. Isto significa que apenas para quatro dos nove respondentes publicar, divulgar, disseminar, compartilhar as ações de informação, as atividades, as experiências ocorridas com os Sistemas de Arquivos são fatores importantes para o crescimento e fortalecimento tanto desses Sistemas quanto das próprias IES.

Neste sentido, é possível notar que a conformação dos Regimes de Informação dos Sistemas de Arquivos de Instituições de Ensino Superior públicas do

Brasil atualmente se configura pela existência e trabalho dos “Arquivistas” e dos “Técnicos administrativos” auxiliados pelos “Chefes das divisões de arquivo intermediário e permanente”. Suas funcionalidades exigem a utilização dos recursos informacionais advindos do “Setor/serviço/divisão de protocolo”, da “Legislação arquivística” e das “Instruções normativas” que contêm mensagens que são transmitidas através dos canais relativos a “Comunicação entre as chefias internas”, “Banco/base de dados”, e “Acesso ao acervo” que têm a função de compartilhar “Mensagens do e para o Protocolo”, “Mensagens das e para as chefias das divisões”, “Mensagens da e para a Reitoria” e, “Mensagens dos e para os Técnicos Administrativos” e “Mensagens externas à IES”.

Entretanto, levando-se em consideração a grande indicação de respostas no grau cinco de relevância para alguns exemplos de elementos de Regime de Informação, é possível vislumbrar uma conformação ideal para esses Regimes, de acordo com a perspectiva dos respondentes. Essa conformação almejada se refere à instauração da “Rede de Arquivos” coordenada pelo “Responsável pelo arquivo corrente” e supervisionada pelo “Arquivista”, valorizando também nesse processo, o trabalho dos “Técnicos administrativos” e dos “Chefes das divisões de arquivo intermediário e permanente”, além da contratação de “Estagiários de Arquivologia”. As funcionalidades dessa “Rede de Arquivos” ideal exigiria a utilização dos recursos informacionais advindos além das “Instruções normativas” e da “Legislação Arquivística”, também dos “Manuais de procedimentos” e da “Política de Gestão de Documentos” sem se esquecer da finalidade do “Setor/serviço/divisão de protocolo”. Esses recursos deverão conter mensagens que serão transmitidas através dos canais “Comunicação entre as chefias internas”, “Banco/base de dados” e “Acesso ao acervo”, e também dos “Sites das IES e/ou dos Sistemas de Arquivos”, das “Publicações técnicas”, tendo em mente uma futura aquisição ou desenvolvimento de “Web 2.0”. Esses canais teriam a função de compartilhar além das “Mensagens do e para o Protocolo”, “Mensagens das e para as chefias das divisões”, “Mensagens da e para a Reitoria”, “Mensagens dos e para os Técnicos Administrativos” e “Mensagens externas à IES”.

Esta conformação seria facilitada com o fomento da discussão entre pares (Sistemas de Arquivos, comunidade Arquivística em geral) visando à disseminação do saber e do fazer, a partir dos conhecimentos adquiridos e das experiências

vivenciadas por aqueles que atuam na área, com a organização de encontros e reuniões periódicas e sistematizadas.

A retomada do Comitê de Arquivos Universitários junto à AAB e às demais associações de arquivistas existentes nos vários estados brasileiros visando alcançar seus objetivos e congregar o maior número possível de universidades participantes, a criação da Câmara Setorial de Arquivos Universitários no âmbito do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e o estabelecimento de uma rede de arquivos universitários no Brasil são sugestões assertivas de Mariza Bottino (2012) voltadas para a ampliação das reflexões sobre a temática de Sistemas de Arquivo.

Em âmbito local, a “divulgação do acervo arquivístico junto aos cursos em funcionamento nas universidades, mostrando como ele pode contribuir no ensino e na pesquisa” também se configura como agente de desenvolvimento dos atuais Sistemas de Arquivos, assim como a “prestação de assistência técnica, por parte do Sistema de Arquivos, na organização de arquivos e prestação de serviços à Empresa Junior da instituição, quando houver” (BOTTINO, 2012, p. 34).

Chegando ao final, constatamos que os objetivos estabelecidos para o desenvolvimento desta pesquisa mostraram-se pertinentes em todos os momentos. Pertinentes no levantamento da literatura conceitual, no momento da formulação do instrumento de pesquisa e também na análise dos resultados obtidos. Mas, acima de tudo, a pesquisa promoveu o delineamento de aspectos práticos, reflexões e possibilidades de entendimentos e conhecimentos que não compunham a expectativa da proponente deste estudo nas circunstâncias que precederam a pesquisa.

Previa-se ou esperava-se que ao final da pesquisa pudessem surgir elementos clareadores da formação dos Regimes de Informação dos Sistemas de Arquivos das IES públicas do Brasil, mas não fazia parte da expectativa da proponente desta pesquisa identificar gargalos nessas configurações. Esses gargalos se referem às incoerências existentes na conformação dos Regimes de Informação dos Sistemas de Arquivos pesquisados.

E partindo da identificação dos gargalos, apresentada na Análise dos Resultados desta pesquisa e evidenciada nas Considerações Finais deste estudo, acreditamos abrir portas para novas pesquisas que possam, de alguma forma, favorecer perspectivas atenuantes para esses cenários. Tanto perspectivas

relacionadas com Sistemas de Arquivos e Regimes de Informação, quanto as que se referem à Arquivologia e à Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S.; MACIEL, M.L. Informação, conhecimento e desenvolvimento. In: MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. (Org.). **Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social**. Brasília: Ibict/Unesco, 2007. Cap. 1, p.15-34.

_____. Informação, poder e política: a partir do sul, para além do sul. In: MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. (Org.). **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. Cap. 1, p. 9-39.

_____. **Novas condições de circulação e apropriação da informação e do conhecimento: questões no debate contemporâneo**. 2009. Disponível em: <http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/bitstream/123456789/438/1/GT%205%20Ttxt%205-%20ALBAGLI,Sarita.DOC_%20MACIEL,%20M.%20L.%20Novas%20Condi%C3%A7%C3%B5es...pdf>. Acesso em: 06 out. 2011.

ALVES, J. B. M. **Teoria geral dos sistemas**. 2006. Disponível em: <<http://www.kern.ispeople.org/egc/tgs/LivroTGS-tudo.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2012.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

ASHBY, W. R. **An introduction to cybernetics**. London : J.Wiley, 1956.

BARRETO, A. A. Políticas nacionais de informação: discurso ou ação: apenas um olhar em três documentos sobre o assunto. **DataGramZero**, v.4, n. 2, abr. 2003. Disponível em: <www.dgz.org.br>. Acesso em: 26 nov. 2007.

BELLOTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo. TA Queiroz, 1991.

BERTALANFFY, L. von. **Teoria general de los sistemas**. 10. ed. México: FCE, 1995.

BOTTINO, M. Arquivo universitário: sonho ou realidade? In: VENÂNCIO, R.; NASCIMENTO, A. (Org). **Universidades e arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012, p. 23-35.

BOUTANG, Y.M. Wikipolítica e economia das abelhas: informação, poder e política em uma sociedade digital. In: MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. (Org). **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p. 67-102.

BRAMAN, S. The emergent global information policy regime. In _____. (Ed.). **The emergent global information policy regime**. Houndsmills ,UK: Palgrave Macmillan, 2004. p. 12-38.

_____. Defining information. **Telecommunications Policy**, Tokyo, v. 13, p. 233-242, 1989.

_____. A economia representacional e o regime global da política de informação
In: MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. **Informação, conhecimento e poder**: mudança
tecnológica e inovação social. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p. 41-66.

BRANCO, M. A. F. **Informação e saúde**: uma ciência e suas políticas em uma nova
era. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

BRASIL. Decreto n. 1.173, de 29 de junho de 1994. Dispõe sobre competência,
organização e funcionamento do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e do
Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e dá outras providências. **Diário Oficial da
República Federativa do Brasil**, Brasília, v. 132, n. 123, p. 9665, jun. 1994. Seção
I.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 9 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de
arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da República
Federativa do Brasil**, Brasília, v. 29, n. 6, p. 455, jan. 1991. Seção I.

_____. **Resolução nº 2.245, de 15 de fevereiro de 2001**. Dispõe sobre aprovação
das alterações no Estatuto da Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO. Disponível
em: <<http://www.unirio.br/reitoria/res2245estatuto.htm>>. Acesso em: 05 set. 2012.

_____. **Decreto nº 6.401, de 28 de dezembro de 1990**. Aprova o Estatuto da
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Disponível em:
<<http://secon.udesc.br/leis/estatuto90.htm>>. Acesso em: 05 set. 2012.

_____. Lei nº 6.546, de 04 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das
profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivos e, dá outras providências. **Diário
Oficial da União**, Brasília, 05 de julho de 1978.

BRITTO, J. Cooperação interindustrial e redes de empresas. In: KUPFER, D.;
HASENCLEVER, L. (Org.). **Economia industrial**: fundamentos teóricos e práticos
no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 345-388.

CALLON, M. Éléments pour une sociologie de la traduction. la domestication des
coquilles St-Jacques et des marins pêcheurs dans la baie de St. Brieuc. **L'Année
Sociologique**, n.36, p.169-206,1986.

CAPRA, F. **A teia da vida**. São Paulo : Cultrix, 1998.

CARVALHO, A. M. A. **Conformação de um regime de informação**: a experiência
do arranjo produtivo local de eletrônica de Santa Rita do Sapucaí – Minas Gerais,
2009, 248f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da
Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

_____.; PINHEIRO, M. M. K. Regime de informação em arranjos produtivos locais.
In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO –
ENANCIB, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANCIB/USP, 2008.

CARVALHO, E. L. **Informação orgânica**: recurso estratégico para tomada de
decisão pelos membros do Conselho de Administração da Universidade Estadual de
Londrina. 2001.93f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Faculdade de
Biblioteconomia e Ciência da Informação, Pontifícia Universidade Católica de
Campinas, 2001.

CASTILHO, A. T. (Org.). **A sistematização de arquivos públicos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

CHAUI, M. H. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1997.

CUNHA, L. G. C. Sistemas e redes de informação. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 33-43, 1977.

DALLA ZEN, A. M. Canais, fontes e uso da informação científica: uma abordagem teórica. **Revista de Biblioteconomia e Comunicação**, Porto Alegre, v. 4, p. 29-41, jan./dez. 1989.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Ecologia da informação**: porque só a tecnologia não basta na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

DI MAMBRO, G. Criação e implantação do Sistema de Arquivos da UFJF. In: VENÂNCIO, R.; NASCIMENTO, A. (Org.). **Universidades & Arquivos**: gestão, ensino e pesquisa. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2012, p. 141-161.

ELKIN-KOREN, N. The privatization of information policy. **Ethics and Information Technology**, v. 2, n. 4, p. 201-209, Dec. 2001.

FACKLER, M. In Korea, bureaucrats lead the technology charge. **The New York Times**, 16 mar. 2006. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2006/03/16/business/worldbusiness/16seoul.html>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

FEITOZA, L. A.; OLIVEIRA, M.; ZANETTI, R. R. **Regime de Informação**: histórico, aspectos conceituais, identificação e caracterização de seus elementos. (Texto elaborado na disciplina Política e Economia da Informação do Mestrado Profissional em Gestão da Informação), Londrina, 2010.

FERREIRINHA, I. M. Nunes; RAITZ, T. R. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista de Administração Pública- RAP**, Rio de Janeiro, v.44, n.2, p. 367-83, mar./abr. 2010.

FIDALGO, A. **O modo de informação de Mark Poster**. Covilhã, PT : Universidade da Beira Interior, 2001, p. 345-363. Disponível em: <<http://www.filinfo.bem-vindo.net/node/477>>. Acesso em: 23 ago. 2012.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Ligia Pondé Vassallo. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

FREIRE, L. De L. Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 11, n.26, p. 46-65, jan./jun. 2006.

FRISCHEISEN, L. C. F. **Políticas públicas**: a responsabilidade do administrador e o Ministério Público. São Paulo: Max Limonad, 2000.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actors network theory. In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmonton, Alberta. **Annals...** Edmonton, 1995. Disponível em: <<http://fims.uwo.ca/people/faculty/frohm/selected%20papers.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

FROHMANN, B. The public, material and social aspects of information in the contemporaneity. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO -ENANCIB, 7., 2006, – SP. **Anais...** Marília: ANCIB/ UNESP, 2006.

GALLO, S. **Ética e cidadania**: caminhos da filosofia. Campinas: Papyrus, 1997.

GOMES, M. Y. F. S.de F. O estado e o processo de implantação de uma política nacional de informação científica e tecnológica no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 17, n.2 ,p. 105-117, jul./dez. 1988.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**. Rio de Janeiro, v.5,n.2, p.7-30, jul./dez. 1999.

_____. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

_____. Ciência da Informação, economia e tecnologias de informação e comunicação: a informação nos entremeios. In: MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. (Org). **Informação e desenvolvimento**: conhecimento, inovação e apropriação social. Brasília: IBICT, UNESCO, 2007. Cap.7, p. 149- 184.

_____. Informação, conhecimento e poder: do ponto de vista das relações entre política, economia e linguagem. In: MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. (Org.). **Informação, conhecimento e poder**: mudança tecnológica e inovação social. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p. 183-210.

_____. As ciências sociais e a questão da informação. **Morpheus – Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 14, p. 18-37, abr. 2012.

_____; CHICANEL, M. A mudança de regimes de informação e as variações tecnológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANCIB/USP, 2008. p. 1-14.

_____; _____. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 57-93, abr. 1999.

HORTON JÚNIOR, F. **Information resources management**: concept and cases. Ohio: Association for Systems Management, 1979.

INDOLFO, A.C. Vinte anos da lei de arquivos: a questão da gestão de documentos. In: VENÂNCIO, R.; NASCIMENTO, A. (Org.). **Universidades & Arquivos**: gestão, ensino e pesquisa. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2012. p. 9-22.

JARDIM, J. M. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**.1995. Disponível em:<www.uff.br/ppgci/editais/sistemas.pdf>. Acesso em: 14 jun.2010.

_____. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANCIB/USP, 2008.

JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A.; NHARRELUGA, R. S. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 1, p. 2-22, jan./abr. 2009.

KEOHANE, R. O. The demand for international regimes. **International Organization**, v.36, n.2, p.325-355, Spring, 1982.

LAW, J. Notes on the theory of the actor-network: ordering, strategy and heterogeneity. **Systems Practice**, v.5, p.379-393, 1992. Tradução para o português de Fernando Manso. Disponível em:<<http://www.necso.ufrj.br/Trads/Notas%20sobre%20a%20teoria%20Ator-Rede.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

LE MOIGNE, J. L. **A teoria do sistema geral**: teoria da modelização. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

LIMA, C. R. M. et al. Regime de informação e esfera pública em arranjos produtivos locais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 10, 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANCIB/UFPB, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/317/1/LIMAClovisEnancib2009.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

LÓPEZ VARGAS, M.; ROMERO, R. M. Nacimiento y desarrollo del enfoque sistémico como uno de los métodos generales de investigación. **Clepsidra**, n. 3, p. 31-41, 2006.

LOUREIRO, I. M. A; ALBAGLI, S. O papel do ambiente informacional na geração do conhecimento e inovação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANCIB/USP, 2008.

MAGNANI, M. C. B.; PINHEIRO, M. K. Regime e informação: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações em Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p.593-610, set. 2011.

MARCIANO, J. L. P. Bases teóricas para a formulação de políticas de informação. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 37-50, jul./dez. 2006.

MARIA, J. **Estrutura e competência da Divisão de Arquivo-Geral**: Universidade Federal de Santa Maria. 22 set. 2004. Disponível em: <<http://www.voy.com/19210/526.html>>. Acesso em: 2 out. 2011.

MARQUES, R. M.; PINHEIRO, M. M. K. Política de informação no Brasil: uma análise sob a ótica da legislação de telecomunicações. In: SIMPÓSIO DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS EM COMUNICAÇÃO, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO CIDADÃ – LECOTEC, 1., 2008. **Anais...** Bauru, 2008. p. 160-181.

MARTELETO, R. M. Redes sociais, mediação e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em Ciência da Informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 3, n. 1, p. 27-46, jan./dez. 2010.

MATHEUS, R. F. Rafael Capurro e a filosofia da informação: abordagens, conceitos e metodologias de pesquisa para a Ciência da Informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 140-165, jul./dez. 2005.

MATURANA, H.; VARELA, F. **De máquinas y seres vivos**: uma teoria de la organización biológica. Santiago: Editorial Universitária, 1973. Disponível em: <<http://escoladeredes.net/group/bibliotecahumbertomaturana>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

MINGERS, J. A classification of the philosophical assumptions of management science methods. **Journal of the Operational Research Society**, v. 54, n. 6, p. 559–570, June, 2003.

MORAES, M. **Alianças para uma psicologia em ação**: sobre a noção de rede. Disponível em: <<http://www.necso.ufrj.br/Ato2003/MarciaMoraes.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

MORESI, E. (Org.) **Metodologia de pesquisa**. Brasília, 2003. Disponível em: <www.inf.ufes.br/~falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2010.

NOGUEIRA, J. **Plano, programa e projetos**. Disponível em: <<http://www.jaironogueira.noradar.com/jairo13.htm>>. Acesso em: 06 out. 2011.

ODDONE, N. E. IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 1, p.45-56, jan./abr. 2006.

OLIVEIRA, T. M. V. Escalas de mensuração de atitudes: Thurstone, Osgood, Stapel, Likert, Guttman, Alpert. **Revista Administração**, v. 2, n. 2, 2001. Disponível em: <www.fecap.br/admonline/art22/tania/htm>. Acesso em: 08 nov. 2011.

ORNA, E. Information policies: yesterday, today, tomorrow. **Journal of Information Science**, v. 34, n. 4, p. 547-565, 2008. Disponível em: <<http://jis.sagepub.com/cgi/reprint/34/4/547>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

PAES, M. L. **Arquivo**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PASSARELLI, B. et al. Atores em rede: subjetividades e desejos em expansão. **Logos 30**: Tecnologias de Comunicação e Subjetividade, Rio de Janeiro, v. 16, 2009. Disponível em: <http://www.logos.uerj.br/PDFS/30/05_logos30_BrasilinaDricaHernaniJuliana.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2010

PAULA, J. A. Plano, programa e projeto: a experiência brasileira. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 101-125, dez. 2003.

POSTER, M. **Foucault, marxism and history**: mode of production versus mode of information. Chicago: Chicago University Press, 1990.

RAMOS, E. M. F. **O trabalho de Humberto Maturana e Francisco Varela**. Disponível em: <<http://www.inf.ufsc.br/~a.c.mariani/autopoiese/maturana-edla.html>>. Acesso em: 06 out. 2011.

ROWLANDS, I. Understanding information policy: concepts, frameworks and research tools. **Journal of information Science**, v. 22, n. 1, p. 13-25, 1996.

SACOMANO NETO, Mario. **Morfologia, propriedades e posicionamentos das redes**: contribuições às análises interfirmas. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DA PRODUÇÃO-SIMPEP, 11., Bauru, 8 a 10 nov. 2004. Disponível em: <www.simpep.feb.unesp.br>. Acesso em: 15 dez. 2010.

SANTOS, P. L. V. A. C. As novas tecnologias na formação do profissional da informação. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Profissionais da informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2002, p. 103-116.

SAUEL: Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <<http://www.uel.br/sauel/portal/>>. Acesso em: 02 out. 2011.

SASSEN, S. Conhecimento político informal e seus efeitos capacitantes: o papel das novas tecnologias. In: MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. (Org.) **Informação, conhecimento e poder**: mudança tecnológica e inovação social, Rio de Janeiro: Garamond, 2011, Cap. 6, p. 151-182.

SCHWARZELMÜLLER, A. F.; GESTEIRA, I. A. L.; BULCÃO, M. Políticas públicas de informação no Brasil: norte, nordeste e centro-oeste. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM INFORMACÃO-CINFORM, 9., Salvador, 07 a 09 junho 2009. **Anais...** Salvador : UFBA, 2009.

SÉRVIO, N. **Arquivo geral da UFPE ganha novas instalações**. Disponível em: <http://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=37579:arquivo-geral-da-ufpe-ganha-novas-instalacoes&catid=5&Itemid=78>. Acesso em: 02 out. 2011.

SILVA, E. M.; GARCIA, J. C. R. Política de informação científica e tecnológica no Brasil: desejo ou realidade? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANCIB/UFPB, 2009. Disponível em: <<http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/>>. Acesso em: 02 out. 2011.

SILVA, J. C. **Peroba rosa**. Londrina: Eduel, 1996.

SILVA, S. L. **Construindo o direito de acesso aos arquivos da repressão**: o caso do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SILVA, T. E.; TOMAÉL, M. I. Políticas de informação: tendências internacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANCIB/UFPB, 2009. Disponível em: <<http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/>>. Acesso em: 02 out. 2011.

SIMPÓSIO DE ARQUIVOLOGIA DA UFMG: **Sistemas de Arquivos Universitários**: desafios e perspectivas, 1., 2011. Belo Horizonte: UFMG, 2011. Disponível em: <http://simposiodearquivologia.eci.ufmg.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=3>. Acesso em: 22 out. 2011.

SOUZA, J. P. G.; GARCIA, C. L.; CARVALHO, J. F. T. **Dicionário de política**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1998.

TOGNOLI, N.B. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea**. 2010. 120f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

TOMAÉL, M. I. **Redes de conhecimento: o compartilhamento da informação e do conhecimento em consórcio de exportação do setor moveleiro**. 2005. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

UHLMANN, G. W. **Teoria geral dos sistemas : do atomismo ao sistemismo – uma bordagem sintética das principais vertentes contemporâneas desta proto-teoria**. São Paulo: Instituto Siegen, 2002.

UNGER, R. J. G. **Regimes de informação na sociedade da informação: uma contribuição para a gestão da informação**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

_____.; FREIRE, I. M. Sistemas de informação e linguagens documentárias no contexto dos regimes de informação: um exercício conceitual. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 102-115, jul./dez. 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Arquivo Geral**. Disponível em:<<http://www.ufpb.br/arquivogeral/>>. Acesso em: 12 out. 2011.

VENÂNCIO, R. Arquivos universitários no Brasil: esboço de uma cronologia. In: _____; NASCIMENTO, A. (Org.). **Universidades & arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012

VIEIRA, J. A. **Organização e sistemas**.2000. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/InfEducTeoriaPratica/article/view/6363/3814>. Acesso em: 17 out. 2010.

WILKE, V. C. L.; JARDIM, J. M. **Dispositivo de informação contemporâneo: considerações preliminares para uma arqueogenealogia do horizonte informacional em nossa contemporaneidade**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO -ENANCIB, 7, 2006,Marília. **Anais...** Marília: ANCIB/UNESP, 2006.

APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE PESQUISA

DIRETOR(A)/CHEFE

Meu nome é Leonina Amanda Feitoza e estou desenvolvendo uma pesquisa de dissertação acerca dos Sistemas de Arquivo das Universidades Estaduais e Federais do Brasil, no programa de Mestrado Profissional em Gestão de Informação da Universidade Estadual de Londrina. Para tanto, preciso de sua ajuda no sentido de responder ao formulário em anexo. Os dados referentes à sua IES, colhidos neste formulário, permanecerão em absoluto sigilo.

Atenciosamente,

Leonina Amanda Feitoza

POR GENTILEZA ESCREVA O NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES) ONDE VOCÊ TRABALHA. LEMBRO QUE ESTA IDENTIFICAÇÃO NÃO SERÁ DIVULGADA NA PESQUISA EM QUESTÃO.

Duas informações são pertinentes, antes que se responda ao formulário:

- 1ª – Os itens abaixo especificados, de acordo com a literatura, são elementos que fazem parte dos ambientes onde as informações são produzidas, recebidas, utilizadas, organizadas, armazenadas e compartilhadas. Envolve também, todas as ações de informação intencionais e não intencionais. Essas ações são movimentadas por indivíduos (atores) que agem conforme necessidades (que mudam o tempo todo) de busca e uso de informações e que, para tanto, são otimizadas por canais e recursos de informação, e ainda pela troca de mensagens que esses indivíduos estabelecem entre si.
- 2ª - O termo Sistema de Arquivos também pode significar: Arquivo Central, Arquivo Geral, Arquivo Universitário e Sistema de Arquivos Universitários.

1. Dos exemplos de **ATORES**, **RECURSOS**, **CANAIS** e **MENSAGENS** especificados abaixo, assinale o campo "Sim, existe" (caso o item corresponda com a realidade do Sistema de Arquivos da IES onde você trabalha) ou assinale o campo "Não, não existe" (caso o item não corresponda com a realidade do Sistema de Arquivos da IES onde você trabalha).

	Sim, existe	Não, não existe
• Responsável pelo arquivo corrente na Rede de Arquivos		
• Chefe da divisão/seção de arquivo intermediário		
• Chefe da divisão/seção de arquivo permanente		
• Rede de arquivos		
• Estagiário(s) de Arquivologia		
• Arquivista(s) do Sistema de Arquivos		
• Técnicos administrativos do sistema de arquivos		
• Sistemas de arquivos de outras IES		
• Manuais de procedimentos		
• Instruções normativas		
• Legislação Arquivística		
• Instrumentos de Pesquisa		
• Serviço/setor/divisão de Protocolo		
• Política de Gestão de documentos		
• Base/Banco de dados		
• Site da IES/sistema de arquivos		
• Comunicação entre chefias internas		
• Publicações técnicas/científicas		
• Acesso ao acervo		
• Web 2.0 (Sistemas Colaborativos - Ex.: Redes Sociais)		
• Mensagens do/e para o protocolo		
• Mensagens do/e para a rede de arquivos		
• Mensagens das/e para as chefias das divisões do sistema de arquivos		
• Mensagens da/e para a reitoria		
• Mensagens dos/e para os técnicos administrativos do sistema de arquivos		
• Mensagens externas à IES		
• Outro (especifique):		

2. Atribua aos exemplos de **ATORES**, **RECURSOS**, **CANAIS** e **MENSAGENS** abaixo especificados, seus graus de relevância, mesmo que sua resposta à questão anterior tenha sido Não, considerando 0 (pouco relevante) e 5 (muito relevante).

	Grau de Relevância 0	Grau de Relevância 1	Grau de Relevância 2	Grau de Relevância 3	Grau de Relevância 4	Grau de Relevância 5
• Responsável pelo arquivo corrente na Rede de Arquivos						
• Chefe da divisão/seção de arquivo intermediário						
• Chefe da divisão/seção de arquivo permanente						
• Rede de arquivos						
• Estagiário(s) de Arquivologia						
• Arquivista(s) do Sistema de Arquivos						
• Técnicos administrativos do sistema de arquivos						
• Sistemas de arquivos de outras IES						
• Manuais de procedimentos						
• Instruções normativas						
• Legislação Arquivística						
• Instrumentos de Pesquisa						
• Serviço/setor/divisão de Protocolo						
• Política de Gestão de documentos						
• Base/Banco de dados						
• Site da IES/sistema de arquivos						
• Comunicação entre chefias internas						
• Publicações técnicas/científicas						
• Acesso ao acervo						
• Web 2.0 (Sistemas Colaborativos - Ex.: Redes Sociais)						
• Mensagens do/e para o protocolo						
• Mensagens do/e para a rede de arquivos						
• Mensagens das/e para as chefias das divisões do sistema de arquivos						
• Mensagens da/e para a reitoria						
• Mensagens dos/e para os técnicos administrativos do sistema de arquivos						
• Mensagens externas à IES						
• Outro (especifique)						